

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Sueli Costa

**O (NÃO) PREENCHIMENTO DO OBJETO ANAFÓRICO NA  
LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE DIACRÔNICA DO  
PB E DO PE DOS SÉCULOS XIX E XX**

Tese submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em Linguística da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Doutor em Linguística.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Izete Lehmkuhl  
Coelho

Florianópolis  
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

C837n Costa, Sueli

O (não) preenchimento do objeto anafórico na língua portuguesa [tese]:  
análise diacrônica do PB e do PE dos séculos XIX e XX / Sueli Costa ;  
orientadora, Izete Lehmkuhl Coelho. - Florianópolis, SC, 2011.

268 p.: grafs., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Língua portuguesa - Gramática. 3. Mudanças  
linguísticas. 4. Língua portuguesa - Sintaxe. I. Coelho, Izete Lehmkuhl.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação  
em Linguística. III. Título.


CDU 801


**O (não) preenchimento do objeto anafórico na Língua Portuguesa:  
análise diacrônica do PB e do PE dos séculos XIX e XX**

**SUELI COSTA**


Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final para  
obtenção do título de

**DOUTOR EM LINGÜÍSTICA**

  
Prof. Dr. Rosângela Hammes Rodrigues  
Coordenadora do PPGL/UFSC

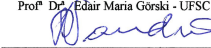
  
Prof. Dr. Izete Lehmkuhl Coelho  
Presidente e Orientadora - UFSC

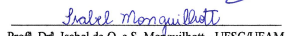
**Banca Examinadora:**

  
Prof. Dr. Silvia R. O. Cavalcante - UFRJ

  
Prof. Dr. Marco Antonio Martins - UFRN

  
Prof. Dr. Edair Maria Górski - UFSC

  
Prof. Dr. Paulino Vandresen - UFSC

  
Prof. Dr. Isabel de O. e S. Montgullhott - UFSC/UFAM

Florianópolis, 04 de agosto de 2011.



*A todos aqueles - linguistas ou não - que acreditam na ciência e que dedicam a vida à busca do conhecimento com a crença de que sempre há algo a descobrir ou aprender.*

*A todos aqueles que já vieram e também àqueles que estão por vir cujos estudos - em qualquer que seja a área e a época - contribuirão para o progresso da humanidade.*



## AGRADECIMENTOS

A **Deus**... sem ele, eu não seria ninguém.

Aos **meus pais**... sem eles, eu não existiria.

À **Professora Dra. Izete Lehmkuhl Coelho**, minha orientadora, conselheira e grande exemplo de profissionalismo, competência, dedicação e amizade. Obrigada pelo constante incentivo e pela compreensão nos momentos em que precisei de um tempo a mais...

À **Professora Dra. Edair Maria Görski**, sempre pronta a nos atender e ajudar... Sempre pronta a colocar “minhocas na nossa cabeça” para nos fazer pensar... Obrigada, pelas discussões valiosas nas aulas de Sociolinguística e, em especial, por ter me orientado no artigo de qualificação.

À Professora **Dra. Maria Eugênia Lamoglia Duarte**, pelas valiosas sugestões feitas a esta tese, ainda na fase de projeto.

Aos **amigos da pós**, Marco Antonio Martins, Isabel Monguilhott, Ana Kelly, Cadu, Christiane de Souza, Patrícia Sachet, Leandra Cristina de Oliveira, Patrícia Rocha... obrigada pela oportunidade de conhecê-los pelos momentos em que compartilhamos experiências, angústias descontração.

À **Universidade Federal de Santa Catarina**, fonte fecunda de conhecimento em cujas águas, desde a graduação, pude ter o privilégio de mergulhar.

A **todos os professores do Curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística** da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao **CNPq**, pelo apoio financeiro.

Aos **colegas do IFSC**, pela acolhida quando ingressei na instituição e pela torcida enquanto escrevia a tese.

Ao meu companheiro, **Tarcísio**, pelo incentivo constante, pela alegria e vibração a cada etapa do Doutorado que eu vencia. A ele também, pela energia, pela força de vontade de viver e por ser um exemplo vivo de que “a vida é um sopro do Criador numa atitude repleta de amor”.

À **vida**, que nos reserva tantas surpresas, tantas alegrias, tantas experiências e, com elas, tanto aprendizado...



## RESUMO

Esta pesquisa trata da investigação diacrônica em torno da (não)realização do objeto anafórico na língua portuguesa. Investigamos como esse fenômeno ocorreu do século XIX para o século XX, tomando como *corpus* peças teatrais do Português Brasileiro (PB) e do Português Europeu (PE) escritas por autores nascidos em Florianópolis e em Lisboa, respectivamente. O suporte teórico que embasa a pesquisa está pautado na teoria de variação e mudança linguística (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV, 1972; 1978; 1982; 1994) e na teoria de Kroch (1978, 1989, 1994, 2001) sobre a propagação da mudança e as gramáticas em competição. Considerando apenas os contextos com verbos transitivos em que ocorram objetos anafóricos, observamos se há mudança e, em caso positivo, de que maneira ela ocorreu no PB e no PE. O *corpus* é composto de vinte e oito peças teatrais (quatorze do PB e quatorze do PE) cujos autores nasceram nos séculos XIX e XX, de onde se extraíram os dados que foram submetidos ao programa estatístico VARBRUL (PINTZUK, S., 1988) para que se processasse a análise. Após a análise dos resultados, observou-se que, no PE, antecedentes oracionais são favorecedores de elipse do objeto, enquanto que no PB houve expressivo aumento na ocorrência de objetos nulos com antecedentes SNs, do século XIX para o século XX. Além disso, os resultados sugerem, nos termos de Kroch, a existência de gramáticas em competição no PB: uma de objetos nulos e outra de objetos preenchidos.

**Palavras-chave:** objeto nulo, variação e mudança linguística, gramáticas em competição



## ABSTRACT

This work presents a diachronic investigation of anaphoric object realization in Portuguese. It investigates how this phenomenon occurs in 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Centuries in Brazilian (BP) and European Portuguese (EP) based on Linguistic Variation and Change Theory (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV, 1972; 1978; 1982; 1994) and Grammatical Competition Theory (KROCH 1978, 1989, 1994, 2001). The research deals with contexts whose verbs are transitive and anaphoric objects are present to investigate if linguistic change occurs and if so, how it is in PB and in PE. The study involves twenty-nine theater texts (fourteen from BP and fifteen from EP) whose authors were born in Florianópolis and Lisboa to investigate if there is any change in the way anaphoric objects appear (or not). It will be possible to know which contexts allow null objects on BP and EP after submitting data to VARBRUL statistic program (PINTZUK S., 1988) to process the analysis. The study shows that in PE, object elipsis is correlated with oracional antecedents; on the other hand, in PB, specially in 20<sup>th</sup> Century, noun phrases originate more frequently objects as empty categories. Moreover, the results suggest, according to Kroch's theory, that there is grammatical competition in PB, since data show that objects may be full or elliptic.

**Key words:** Null object, linguistic variation and change, grammatical competition



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Peças de teatro florianopolitano analisadas(PB).....	165
<b>Quadro 2:</b> Peças de teatro lisboeta analisadas (PE).....	166
<b>Quadro 3:</b> Grupos de fatores selecionados na análise do PB e do PE, segundo a ordem de significância .....	208



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Percentual de objetos nulos dos séculos XIX ao XX, no PB (adaptado de CYRINO, 1990) .....	93
<b>Gráfico 2:</b> Percentual de objetos nulos no PB e no PE dos séculos XIX e XX (Cf. COSTA, 2009) .....	94
<b>Gráfico 3:</b> Verbo auxiliar no inglês em diferentes contextos (adaptado de KROCH, 1989, p. 22) .....	150
<b>Gráfico 4:</b> Frequência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e X segundo os grupos de fatores <i>animacdadce do referente e estatuto do referente</i> .....	210
<b>Gráfico 5:</b> Frequência de objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo os grupos de fatores <i>animacdadce do referente e estatuto do referente</i> .....	210
<b>Gráfico 6:</b> Frequência de objetos anafóricos nulos no PB, segundo os grupos de fatores <i>animacidade do referente, estatuto do referente e pessoa do discurso</i> , considerando-se o ano de nascimento do autor da peça teatral.....	219
<b>Gráfico 7:</b> Frequência de objetos anafóricos nulos no PE, segundo os grupos de fatores <i>animacidade do referente, estatuto do referente e pessoa do discurso</i> , considerando-se o ano de nascimento do autor da peça teatral.....	219
<b>Gráfico 8:</b> Percentual de clíticos e de objetos nulos, por século, com referente SN não oracional no PB e no PE.....	221
<b>Gráfico 9:</b> Percentuais de sujeitos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo os resultados de Duarte (1995).....	234
<b>Gráfico 10:</b> Percentuais de objetos nulos no PB dos séculos XIX e	

XX, segundo os resultados de Cyrino (1990).....	234
<b>Gráfico 11:</b> Percentuais de sujeito e de objeto nulo no PB e no PE dos séculos XIX e XX.....	238



### LISTA DE TABELAS:

<b>Tabela 1:</b> Número de ocorrências de pronomes plenos e categorias vazias por informante, segundo Omena (1978) .....	60
<b>Tabela 2:</b> Frequência de retenção do objeto direto anafórico em cinco momentos históricos (Extraída de TARALLO, <i>apud</i> CYRINO, 1993, p. 173) .....	61
<b>Tabela 3:</b> Distribuição de dados computados segundo a variante usada ( <i>Cf.</i> DUARTE [1986], 1989, p. 21).....	62
<b>Tabela 4:</b> Objetos nulos no tempo (adaptada de CYRINO, 1990) .....	66
<b>Tabela 5:</b> Objetos nulos vs. preenchido no PB e no PE (adaptada de CYRINO, 2001, p. 176) .....	70
<b>Tabela 6:</b> Distribuição de posições nulas de objeto vs preenchidas (adaptada de CYRINO, 1997, 246) .....	71
<b>Tabela 7:</b> Percentual de objetos nulos, por século, no PB e no PE .....	91
<b>Tabela 8:</b> Número de dados analisados no PB e no PE, por século .....	164
<b>Tabela 9:</b> Percentuais de objeto nulo e preenchido em dados do PB e do PE .....	181
<b>Tabela 10:</b> Percentuais de objetos anafóricos nulos e preenchidos em dados do PB e do PE segundo o grupo de fatores <i>estatuto da oraç</i> .....	182
<b>Tabela 11:</b> Percentuais de ocorrência de objeto nulo e preenchido em dados do PB e do PE, segundo o grupo de fatores <i>pessoa do discurso</i> .....	184
<b>Tabela 12:</b> Número e percentuais de objetos nulos e preenchidos no	

PB e no PE segundo o grupo de fatores <i>forma de realização</i> do objeto <i>anafórico</i> .....	185
<b>Tabela 13:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de nulos em dados do PB e do PE, segundo o grupo de fatores <i>animacidade c' referente</i> .....	186
<b>Tabela 14:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos e preenchidos em dados do PB e do PE, simultaneamente, segundo o grupo de fatores <i>século de nascimento do autor da peça teatral</i> .....	187
<b>Tabela 15:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PB e no PE, segundo o grupo de fatores <i>estatuto do referente</i> .....	188
<b>Tabela 16:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB e do PE, segundo o grupo de fatores <i>estatuto da oração</i> .....	188
<b>Tabela 17:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB e do PE, segundo o grupo de fatores <i>especificidade do referente</i> .....	189
<b>Tabela 18:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB e do PE, segundo o grupo de fatores <i>pessoa do discurso</i> .....	190
<b>Tabela 19:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores <i>animacidade do referente</i> .....	192
<b>Tabela 20:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores <i>século de nascimento do autor da peça teatral</i> .....	194
<b>Tabela 21:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos	

no PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores <i>estatuto do referente</i> .....	195
<b>Tabela 22:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores <i>pessoa do discurso</i> .....	196
<b>Tabela 23:</b> Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo os grupos de fatores <i>animacidade do referente, estatuto do referente e pessoa do discurso</i> .....	197
<b>Tabela 24:</b> Percentual de clíticos e nulos como forma de (não)realização de objetos anafóricos no PB dos séculos XIX e XX.....	198
<b>Tabela 25:</b> Percentual de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, com antecedente SN oracional, SN não oracional e VP.....	198
<b>Tabela 26:</b> Frequência e probabilidade de objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores <i>animacidade do referente</i> .....	201
<b>Tabela 27:</b> Frequência e probabilidade de objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores <i>estatuto do referente</i> .....	202
<b>Tabela 28:</b> Frequência e probabilidade de objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores <i>estatuto da oração</i> .....	202
<b>Tabela 29:</b> Frequência e probabilidade de objetos anafóricos nulos em dados do PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores <i>século de nascimento do autor da peça teatral</i> .....	203
<b>Tabela 30:</b> Frequência e probabilidade de objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores <i>especificidade do</i>	

<i>referente</i> .....	204
<b>Tabela 31:</b> Frequência de objetos anafóricos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo os grupos de fatores animacidade do referente, estatuto do referente e especificidade do referente .....	205
<b>Tabela 32:</b> Percentual de clíticos e objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX .....	206
<b>Tabela 33:</b> Percentual de objetos nulos com antecedente SN oraciona SN não oracional e VP no PE dos séculos XIX e XX.....	207
<b>Tabela 34:</b> Frequência de objetos nulos no PB e no PE dos séculos XIX e XX, segundo os grupos de fatores selecionados em cada rodada.....	209
<b>Tabela 35:</b> Percentual de clíticos no PB e no PE, segundo o grupo de fatores século de nascimento do autor da peça teatral .....	216
<b>Tabela 36:</b> Percentual de ocorrência de sujeitos nulos (adaptada de DUARTE, 1995).....	225
<b>Tabela 37:</b> Percentuais de sujeitos e objetos nulos no PB e no PE dos séculos XIX e XX.....	23

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	25
-------------------------	----

### *CAPÍTULO I – REVISITANDO O OBJETO*

<b>1.0 Introdução</b> .....	35
<b>1.1 Das construções transitivas ao objeto</b> .....	35
A Transitividade .....	35
Chegando ao objeto .....	46
<b>1.2 Sobre a (não)realização do objeto</b> .....	59
<b>1<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> Algumas considerações</b> .....	92

### *CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO*

<b>2.0 Introdução</b> .....	97
<b>2.1 Postulados sobre a teoria da variação e mudança</b>	
<b>linguística</b> .....	97
Mudança linguística.....	98
Regra variável.....	127
<b>2.2 A teoria Gerativa</b> .....	130
<b>2.3 A variação <i>intra</i> e <i>inter</i>-linguística:</b>	
<b>sociolinguística paramétrica</b> .....	136
<b>2.4 Sociolinguística e gramática gerativa:</b>	

<b>uma aproximação (?)</b> .....	139
<b>2.5 Gramáticas em competição e a propagação da mudança, segundo Kroch</b> .....	145
<b>2.6 Algumas considerações</b> .....	155

### *CAPÍTULO III - A ANÁLISE EMPÍRICA*

<b>3.0 Introdução</b> .....	157
<b>3.1 Sobre o Método</b> .....	157
<b>3.2 Descrição do <i>corpus</i></b> .....	163
<b>3.3 Variáveis e hipóteses</b> .....	167
<b>3.4 A análise</b> .....	180
<b>3.4.1 Rodada com todos os dados do PB e do PE</b> .....	181
Animacidade do referente.....	186
Século de nascimento do autor da peça teatral.....	186
Estatuto do referente.....	187
Estatuto da oração.....	188
Especificidade do referente.....	189
Pessoa do discurso.....	190
<b>3.4.2 O Objeto direto anafórico em dados do PB</b> .....	191
Animacidade do referente.....	192

Século de nascimento do autor da peça teatral.....	193
Estatuto do referente.....	194
Pessoa do discurso.....	195
<b>Comparando-se os séculos, o que dizem os resultados do PB?</b> .....	196
<b>3.4.3 O objeto direto anafórico em dados do PE</b> .....	199
Animacidade do referente.....	200
Estatuto do referente.....	201
Estatuto da oração.....	202
Século de nascimento do autor da peça teatral.....	203
Especificidade do referente.....	204
<b>Comparando-se os séculos, o que dizem os resultados do PE?</b> .....	20
<b>Considerações acerca do objeto anafórico no PB e no PE....</b>	207
<b>3.5 Sobre a (não)realização do objeto anafórico e do sujeito.</b>	221
Revisitando (brevemente) o sujeito.....	222
Comparando resultados .....	235
<b><i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i></b> .....	243
<b><i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i></b> .....	247
<b><i>ANEXO A</i></b>	
<b><i>ANEXO B</i></b>	





## *INTRODUÇÃO*

Não é novidade que muitos fenômenos como o preenchimento do sujeito, a ordem do sujeito, a concordância e, entre outros, a (não)realização do objeto anafórico<sup>1</sup> estão em variação na língua portuguesa (LP). Provas disso, podemos observar em nosso cotidiano, pois diversos são os exemplos que ilustram as diferentes possibilidades de uso linguístico.

Em se tratando de estudos diacrônicos, várias pesquisas têm sido feitas nos últimos anos. São investigações que buscam explicação para variações e mudanças ocorridas na língua e que, para tanto, lançam mão dos mais diversos *corpora* de análise para tentar explicar o que ocorreu - ou está ocorrendo -, por exemplo:

a) quanto ao (não)preenchimento do sujeito:

Duarte (1995) mostrou em estudo diacrônico sobre o preenchimento do sujeito no PB em peças teatrais dos séculos XIX e XX que a preferência por sujeitos nulos vem sendo substituída pelo uso cada vez maior de pronomes plenos. Vivenciamos, segundo a autora, um período de transição entre uma língua *pro-drop* e uma *língua não pro-drop*. Os sujeitos nulos que ainda encontramos são, para a autora, “resíduos de um paradigma que acabou por perder sua riqueza flexional” (p.124).

(1) a.Fomos convidados para a festa.

---

1 Neste trabalho, *anáfora* é concebida como a retomada (reativação) de referentes mencionados previamente no texto, em que o elemento anafórico e o seu antecedente estabelecem uma relação de correferência. (Cf. KOCH, I.; ELIAS, V. M., 2009)

b. Nós fomos convidados para a festa.

b) quanto à ordem sujeito-verbo ou verbo-sujeito:

Em meio a muitos pesquisadores, por exemplo, Pontes (1986) e Berlinck (1988), Coelho (2000) se preocupou em investigar a ordem do sujeito. Segundo o estudo realizado por ela, há uma restrição sintático-semântica com base na natureza do verbo e na relação deste com seu argumento interno capaz de licenciar a ordem verbo-sujeito. A autora conclui, então, que somente verbos inacusativos permitem a ordem verbo-sujeito estabelecendo, portanto, uma relação entre ordem e inacusatividade no PB.

(2) a. O telefone tocou quando você saiu.

b. Tocou o telefone quando você saiu.

c) quanto à (não)concordância:

Outro assunto que vem aguçando o interesse dos linguistas é a concordância. Em *Doa-se lindos filhotes de poodle*, por exemplo, Scherre (2005) discute essa questão. Ela lembra que, principalmente na fala, a diferença básica entre brasileiros e portugueses e entre os brasileiros mais escolarizados e menos escolarizados “está na quantidade de concordâncias que não são feitas” (p. 131). E mais, a autora afirma que não é só no PB que isso acontece. Segundo Scherre (*op. cit*), há registros de construções do português europeu falado não-padrão dos anos 1950 e 1960, de norte a sul e de leste a oeste, que se assemelham a construções brasileiras quanto à (não)concordância. A

autora cita alguns exemplos retirados de trabalhos de pesquisadores portugueses sobre o assunto:

- (3) Condo morria pessoas de família chegada (Cruz, 1991:159)
- (4) As borricêras que viero ontem é que fez isto. (Marques, 1968:61)
- (5) Coma dos meus bolinhos, que foi fritinho só in azeite (Silva Pereira, 1951:161)

d) quanto ao uso dos pronomes:

Dentre tantos fenômenos em variação que vêm sendo estudados na LP, está também o uso dos pronomes. Não é novidade, por exemplo, que o pronome *tu* preconizado nas gramáticas vem sendo substituído em muitos dos estados brasileiros pelo pronome *você*. Tal processo, por sua vez, também vem acompanhado de outras mudanças, como a substituição do pronome possessivo *seu* por *dele*, para evitar ambiguidade gerada pela possibilidade de o locutor poder estar se referindo ao seu interlocutor ou não, como exemplifica Mattos e Silva (2006, p. 144): *Comprei seu livro ontem* ou *Zélia Gattai escreveu um novo romance; seu livro está sendo muito bem vendido*. O uso do segundo possessivo *seu* no exemplo dado pela autora poderia gerar dúvidas quanto ao interlocutor saber se o livro é de Zélia Gattai ou se do próprio interlocutor. Por isso, para resolver esse problema, nota-se no PB uma tendência ao emprego de *dele* / *dela* em lugar de *seu* / *sua*. Assim, teríamos *Zélia Gattai escreveu um novo romance; o livro dela está sendo muito bem vendido*.

Com relação ainda ao sistema pronominal, também observamos no PB o uso frequente do pronome lembrete em detrimento do uso dos

relativos, como acontece em *O rapaz que eu encontrei ele na sala de aula era professor* em vez de *O rapaz com quem eu encontrei na sala de aula era o professor*.

Além dessas mudanças e dentre muitas outras observáveis no dia-a-dia, é possível notar ainda que o uso dos pronomes complementos clíticos vem sendo diferenciado em relação ao que postulam as gramáticas tradicionais. Percebe-se que, no cotidiano, os clíticos de terceira pessoa (o, a, os, as) quase já não aparecem, sendo substituídos por um sintagma nominal, pelo pronome sujeito correspondente (uso muitas vezes estigmatizado) ou ainda, simplesmente, pelo apagamento do objeto direto, como nos exemplos a seguir:

- (6) - Você viu aquela moto na vitrine da loja? Tive vontade de comprar aquela máquina!
- E por que você não a compra? As facilidades de pagamento são muitas...
  - É... acho que vou comprar **cv**<sup>2</sup>...

Os fenômenos que estão em variação na língua portuguesa dizem respeito tanto a aspectos léxico-semânticos, fonológicos, morfológicos, morfossintáticos e discursivos quanto sintáticos, e é justamente no âmbito da sintaxe que se situa o fenômeno que é objeto desta pesquisa: *o(não) preenchimento do objeto anafórico na língua portuguesa*.

Nosso intuito é rastrear a (não)realização de objeto em peças teatrais dos séculos XIX e XX escritas por autores florianopolitanos e

---

2 cv: categoria vazia

lisboetas para, depois, comparar os resultados obtidos com os de outros trabalhos já desenvolvidos com base nos dados de outras amostras. Assim, será possível analisar e comparar os resultados com o intuito de confirmar – ou não – a tendência ao apagamento do objeto anafórico no Português Brasileiro e no Português Europeu (doravante, PE), utilizados nas peças teatrais que são analisadas.

Após a análise e comparação dos resultados, investigaremos quais contextos são favorecedores ou inibidores do preenchimento do objeto e, nos casos de preenchimento, quais os recursos linguísticos utilizados para sua realização.

Considerando, ainda, a proposta de existência de gramáticas em competição de Kroch (1978; 1989; 1994; 2001), analisaremos os resultados a fim de investigar se estamos, no PB, diante de um caso de competição entre gramáticas no que diz respeito ao preenchimento do objeto e, ainda, como se comporta o PE quanto a esse mesmo fenômeno. Esperamos que os resultados dessa investigação sirvam para encontrar respostas aos questionamentos que seguem e a outros, feitos ao longo desta tese:

- (i) Os resultados desta pesquisa com peças teatrais de autores de Santa Catarina atestam outros resultados com *corpora* de outros estados brasileiros em relação à tendência ao apagamento do objeto pronominal?
- (ii) Há indicativo de mudança em progresso?
- (iii) Em caso afirmativo, como a mudança se encaixa no sistema?

- (iv) Quais os condicionadores que estão associados à (não) realização do objeto? Em que medida o ano de estreia da peça teatral –fator extralinguístico – está associado à (não)realização do objeto no PB e no PE?
- (v) Os grupos de fatores que condicionam o apagamento do objeto são os mesmos em cada século, tanto para o PB quanto para o PE?
- (vi) Existe, no PE da amostra em estudo, a mesma tendência que possivelmente se observa na amostra do PB quanto ao apagamento do objeto pronominal?
- (vii) Em caso afirmativo, a partir de quando se começa a perceber essa tendência no PE?
- (viii) No PB e no PE, os grupos de fatores relacionados ao fenômeno são os mesmos em cada amostra? Em que diferem? Por quê?
- (ix) Há uma situação de gramáticas em competição (*Cf.* KROCH 1989, 1994, 2001) na amostra em estudo para o PB ou o PE? Ou em ambos?

Ao tentarmos responder aos questionamentos a respeito da língua, logo percebemos que esta não é uma tarefa simples. Prova disso é que, por mais que muitos estudiosos já tenham proposto definições e explicações para os mais variados objetos de estudo, suas conclusões continuam sendo alvo de reflexão e de crítica. Isso ocorre porque, em primeiro lugar, a língua é viva e mutante e, como tal, não pode ser

pacificamente enquadrada em determinadas teorias. Em segundo lugar, muitos indivíduos, falantes da língua, vem de um sistema de ensino que buscava classificar palavras, nomear termos e “obrigar” a todos a fazer uso da tal língua emoldurada na gramática que aprendemos (?) na escola.

Para Mattos e Silva (1989), a gramática a que chamamos tradicional é contraditória, uma vez que estabelece regras de uma determinada língua para serem seguidas por indivíduos que já conhecem essa língua. Muitas vezes, a língua que os indivíduos trazem consigo acaba sendo estigmatizada e considerada “errada” por ser diferente daquela que as gramáticas “ensinam”. Acaba-se, então, por considerar “correta” somente a língua proposta pelas gramáticas ou adotada por certa parcela da população.

A autora critica as gramáticas quando afirma que elas são formuladas com base na escrita de grandes autores e na escolha de uma variante como sendo “a melhor”. Assim, a valorização da língua descrita nas gramáticas e utilizada por uma elite da população passa a ser mais uma “arma” para tentar justificar a discriminação das classes dominantes contra os menos favorecidos, pois acaba reforçando o “dialeto da elite”.

Apesar de concordarmos com a visão da autora quanto ao fato de a gramática tradicional ser um instrumento favorecedor da discriminação linguística e social, a gramática, enquanto conjunto de regras que regem uma língua, possui grande importância no estudo das línguas. É importante que se considerem as normas apresentadas pelos gramáticos normativos como ponto de partida, por exemplo, na análise de uma possível mudança no PB, capaz, quem sabe, de eliminar certos estigmas criados pela sociedade, no que se refere à língua que

utilizamos.

Sendo assim, no primeiro capítulo desta tese são feitas considerações acerca da transitividade dos verbos e sobre o objeto, bem como a apresentação de resultados de algumas pesquisas já realizadas e que têm como foco de análise a realização (ou não) do objeto. Em seguida, no Capítulo II, é apresentada a base teórica desta pesquisa, que tem início com a Teoria da Variação e Mudança e chega às ideias de Anthony Kroch acerca das gramáticas em competição. São apresentadas também, discussões pontuais de teoria gerativa, em especial do modelo de Princípios e Parâmetros, que vão servir como base teórica para o levantamento de algumas hipóteses referentes a grupos de fatores internos.

Logo após, no Capítulo III, são apresentados a metodologia utilizada na pesquisa e os resultados da análise dos dados de objeto anafórico encontrados nas peças teatrais. Como nossa intenção é também observar os resultados de (não)preenchimento do sujeito e do objeto para estabelecer entre eles uma possível relação, fez-se necessária, ainda, a inclusão de uma seção em que são apontadas algumas questões relativas a esses dois fenômenos que, ao que tudo indica, estão bastante relacionados. Por último, são apresentadas a conclusão e as referências bibliográficas.

Com certeza, o que há de mais inovador em nossa pesquisa é o *corpus* utilizado. A maioria dos trabalhos desenvolvidos sobre o assunto tem por base dados de regiões brasileiras diferentes do Sul (Florianópolis, mais especificamente). Em nossa pesquisa, além de concentrarmos dados do PB em obras de autores cuja origem é o sul do Brasil - o que já é uma inovação -, é preciso considerar, também, que a região da cidade de Florianópolis foi colonizada basicamente por



imigrantes portugueses (açorianos), o que deve possivelmente fazer com que traços linguísticos lusitanos dos séculos XIX e XX possam estar registrados no modo de falar das personagens apresentadas nas peças. Tal fato poderá ser atestado ou não ao se confrontarem os resultados obtidos para o PB (escrito por autores nascidos em Florianópolis) e para o PE (escrito por autores nascidos em Lisboa).

O *corpus* que analisamos também nos permitiu, nas palavras de Labov (1994), fazer “o melhor uso dos maus dados” de que dispúnhamos. Nossa escolha por trabalhar com peças teatrais não foi por acaso; buscávamos dados que fossem o mais próximo possível da fala das pessoas dos dois séculos investigados. Assim, o texto teatral tornou-se a melhor opção, uma vez que, em se tratando de estudo diacrônico, não poderíamos dispor de gravações para a coleta dos dados.



## CAPÍTULO I

### *REVISITANDO O OBJETO*

#### **1.0 Introdução**

Nossa proposta neste capítulo é (i) apresentar conceitos de algumas gramáticas tanto prescritivas quanto descritivas referentes a transitividade e objeto; (ii) mostrar resultados de estudos que tiveram como foco a análise do complemento verbal e, por último, (iii) trazer para a discussão alguns objetivos desta pesquisa.

#### **1.1 Das construções transitivas ao objeto**

Nesta seção, primeiramente são apresentados alguns conceitos sobre a transitividade verbal, de acordo com gramáticos da língua portuguesa. Em seguida, entra “em cena” o objeto, nosso foco de análise. Na seção destinada a ele – o objeto -, apresentamos conceitos trazidos da gramática tradicional e da gramática descritiva juntamente com algumas reflexões, seguindo a teoria gerativa. Por último, o capítulo traz resultados de pesquisas que também tiveram como tema o preenchimento do objeto.

#### **A transitividade**

Nesta seção, discutiremos alguns conceitos referentes à *transitividade*, que podem ser encontrados nas gramáticas, sejam elas

prescritivas ou descritivas.

Bechara (1974), após explicar que os verbos transitivos são aqueles que necessitam de complemento, adverte que a classificação do verbo depende do contexto em que é empregado. Isso porque, segundo ele, há verbos com diferentes sentidos que “ora entram no grupo dos verbos de ligação, ora são intransitivos, ora são transitivos diretos ou indiretos”, como ocorre nos exemplos a seguir, dados pelo autor (p. 205):

(7) Ele passou a presidente. (verbo de ligação)

(8) O caçula passou o mais velho. (verbo transitivo direto)

(9) A chuva passou. (verbo intransitivo)

(10) Maria passou as novidades às colegas. (verbo transitivo direto e indireto )

Como se pode perceber nos exemplos, a interpretação do verbo varia conforme a transitividade que assume, de tal forma que em (7) pode significar “assumir o cargo de”; em (8) “ultrapassar em altura”; em (9) “cessar”; e, em (10), “contar”. Bechara sugere, então, que não se fale em verbos transitivos ou intransitivos, mas em “*emprego* intransitivo ou transitivo” (grifo do autor, p. 205) dos verbos.

Da mesma forma, Cunha e Cintra (1996) defendem que “a transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente” (p.139), explicando como fizeram outros gramáticos, que um mesmo verbo pode estar empregado como intransitivo ou como transitivo. Portanto, tanto para Bechara (1974) quanto para Cunha e Cintra (1996) é o contexto que define a classificação do verbo – se transitivo ou não.

Assim, os elementos selecionados<sup>3</sup> ou não como objeto é que caracterizarão o contexto em que o verbo está inserido; serão os responsáveis pela transitividade atribuída ao verbo.

Cegalla (1984) também apresenta os verbos classificando-os quanto à transitividade em intransitivos (com sentido completo) e transitivos (que necessitam de complemento). Entretanto, assim como outros gramáticos, observa que “alguns verbos intransitivos passam, ocasionalmente, a transitivos quando construídos com objeto direto ou objeto indireto” (p. 284).

(11) “Depois me deitei e dormi um sono pesado.” (Luís Jardim)

(12) “Pouco dinheiro basta ao homem sóbrio e econômico.” (Aulete)

Não se pode deixar de mencionar que, finalizando a classificação que faz quanto à transitividade verbal, Cegalla afirma que os verbos “não têm classificação fixa, imutável. Dependendo da regência e do sentido que apresentam na frase, podem pertencer ora a um grupo, ora a outro” (p. 288), conforme os exemplos mostrados pelo autor:

(13) O cego não vê. (VI)

(14) O cego não vê o obstáculo. (VTD)

(15) Não dei com a chave do enigma. (VTI)

(16) Os pais dão conselhos aos filhos. (VTDI)

Considerando-se as observações que faz Cegalla após ter classificado os verbos com base no critério da existência ou não de

---

3 Este é um termo oriundo da teoria gerativa e que adotaremos neste trabalho.

complementos, pode-se afirmar também que, para ele, é o ambiente que cerca o verbo que vai determinar se ele é transitivo ou não. Portanto, não há como utilizarmos um verbo de maneira adequada quanto a sua transitividade se não soubermos exatamente em que contexto ele está empregado.

Macambira (1987), por sua vez, defende que a predicação verbal pode ser completa quando o verbo não exige complemento, ou incompleta, quando o complemento é exigido pelo verbo. No primeiro caso, segundo ele, temos os chamados verbos intransitivos e, no segundo, os transitivos. Há, ainda, os verbos de ligação ou copulativos que são, de acordo com o autor, “significativamente esvaziados” e também os verbos transobjetivos – “tipo de verbo transitivo direto cujo objeto direto comporta um predicativo do objeto” (*nomear, considerar...*). O autor chega a sugerir uma “porcentagem” para o conteúdo semântico de cada um desses verbos:

Intransitivos	100%
Transitivos	66,66%
Bitransitivos	33,33%
Ligação	0

Como o que interessa aqui são as construções transitivas, vamos nos deter somente a verbos transitivos. Sendo assim, ainda de acordo com Macambira (*op. cit.*), o verbo será transitivo quando o processo a que ele se refere “transitar” ou “se transportar” do sujeito para o objeto, como ocorre nos seguintes exemplos, dados pelo autor:

(17) O aluno *segura* os livros.

(18) O vizinho *gosta* de letras.

Em ambos os casos, o processo verbal (*segura, gosta*) requer um termo (*os livros, de letras*) para completar a informação dada por ele. Assim, tanto em (17) quanto em (18) o verbo “transita” entre sujeito e objeto sendo, por isso, considerado transitivo. Essa afirmação de Macambira, no entanto, pode ser questionada, pois há orações cujo verbo é transitivo sem que “transite” entre sujeito e objeto. Pensemos, por exemplo, em casos como:

(19) Vende-se esta casa.

(20) Compramos um carro novo.

(21) Havia muitas pessoas na praça.

Em (19), o sujeito explícito (simples - passivo, segundo a classificação tradicional) não nos permitiria afirmar, segundo Macambira, que o verbo é transitivo, uma vez que não haveria presença de objeto na oração para que o verbo transitasse entre ele e o sujeito. Da mesma forma, em (20), o sujeito oculto não permite que se faça a transição, nos termos de Macambira, entre sujeito e objeto, impedindo-nos, assim, de classificar o verbo como transitivo. Por último, em (21), o verbo também ficaria desprovido dessa classificação, tendo em vista que estamos diante do que a gramática nomeia de sujeito inexistente. O que nos parece inviável, então, no critério adotado pelo autor, é a exigência de o verbo “transitar” entre sujeito e objeto porque nem sempre, como sabemos, teremos oração com sujeito e objeto explícito.

O autor lembra também que não é o verbo em si que determina sua transitividade. Isso dependerá da presença ou não do objeto, pois há

casos em que verbos supostamente transitivos aparecem isentos de objeto, como nos contextos a seguir, que o autor dá como exemplos (p. 144):

(22) O teu grupo não sabe perder.

(23) Você canta bem, mas eu não gosto.

(24) O covarde nunca perdoa.

Em (22), (23) e (24), *perder*, *gosto* e *perdoa*, respectivamente, têm seus sentidos completados não pela presença de objetos – como se pode perceber – mas pela sua ausência, ou seja, é a elipse do objeto que nos faz recorrer ao contexto e buscar o sentido necessário para compreensão da sentença.

Por sua vez, Perini (1995) critica as gramáticas tradicionais ao afirmarem que verbo transitivo “exige a presença de um objeto direto em sua oração” (p. 162), pois as definições apresentadas não prevêm a possível omissão de objeto direto. Então, para o autor, pode-se presumir, segundo os preceitos das gramáticas, que não existem verbos transitivos cujos objetos não estejam expressos nas sentenças.

Para provar isso, Perini também apresenta situações em que um verbo tradicionalmente tido como transitivo, é também usado sem objeto:

(25) Meu gato já comeu todo o mingau.

(26) Meu gato já comeu.

(27) Meu gato quase não come.

É possível perceber nos exemplos apresentados que o verbo



*comeu* empregado na forma tradicional (verbo + objeto direto) assume nuances um pouco diferenciadas quando utilizado em (26) e (27). Em (26), o contexto nos permite compreender que o sujeito – *meu gato* - já se alimentou; não importando aos interlocutores a informação explícita quanto ao que o animal ingeriu – talvez por essa informação já ser de conhecimento do interlocutor. Já em (27), a ausência do objeto junto ao verbo *come* sugere que o animal não está se alimentando bem, qualquer que seja o alimento que lhe seja oferecido.

Perini lembra que muitos autores sugerem que a transitividade seria uma propriedade do contexto em que o verbo é empregado. No entanto, segundo ele, essa visão violaria a noção tradicional de transitividade que prevê a classificação de um verbo como transitivo quando exigir a presença de objeto direto.

Para o autor, é necessário que se distingam dois tipos de informação sobre os itens léxicos: a relação sintagmática (em que contexto ocorre na frase) e a relação paradigmática (em que contextos o item pode acontecer). No primeiro caso, a informação é fornecida a partir da análise da estrutura em si e, no segundo, é obtida pelo exame dos contextos, ou seja, ela é generalizada e fornecida para o item em “estado de dicionário”, fora do contexto.

Quando se quer descrever a língua, segundo Perini (*op. cit.*), ambos os tipos de informação são fundamentais. Isso porque as informações sintagmáticas nos permitem descrever a língua com base nos fatos, enquanto que as paradigmáticas permitem que expressemos em termos gerais o comportamento gramatical de cada unidade linguística.

O autor também explica que, para certos verbos como *fazer* que só ocorrem com objeto direto e que é classificado como transitivo, não

haveria problemas. Já com outros verbos como *comer*, os problemas viriam à tona, pois esse tipo de verbo pode ocorrer com ou sem objeto. Assim, no sistema tradicional não haveria lugar para ele.

Perini sugere, então, que “a descrição das transitividades deve ser feita em termos de *exigência*, *recusa* e *aceitação livre* de cada uma das funções relevantes<sup>4</sup> (p.164). Com base nisso, segundo ele, a representação da transitividade dos verbos a seguir ficaria do seguinte modo:

*nascer* tem o traço [Rec-OD] (recusa objeto direto)

*fazer* tem o traço [Ex-OD] (exige Objeto direto)

*comer* tem o traço [L-OD] (aceita livremente Objeto direto)

Fica claro, então, que o estudo da transitividade verbal está atrelado ao estudo do objeto, de onde se conclui que não se pode falar em transitividade sem correlacioná-la com o objeto.

Quando trata das classes de verbos, Perini (2008) explica que a construção “transitiva” e a “ergativa” fazem parte das diáteses verbais<sup>5</sup>, como ilustram os exemplos dados por ele.

(28) O frentista encheu o tanque. (transitiva)

---

4 “As funções relevantes são aquelas que são exigidas ou então recusadas por algum verbo. Uma função que seja aceita livremente por todos os verbos não é relevante para estabelecer a transitividade, pois não caracteriza os verbos com que coocorre” (PERINI, *op. cit.*, p. 164)

5 “Uma construção que vale para a subcategorização de verbos se denomina uma **diátese**; assim, dizemos que *quebrar* tem as diáteses transitiva e ergativa, porque pode ocorrer nessas duas construções.” (PERINI, *op. cit.*, p. 236)

- (agente)            (paciente)  
 (29) O tanque encheu. (ergativa)  
       (paciente)

Ao considerarmos as possibilidades de ocorrência dos verbos da língua, ainda segundo Perini (*op. cit.*), podemos distinguir quatro classes: (i) construção transitiva, mas não ergativa (verbo *comer*); (ii) ergativa, mas não transitiva (verbo *desmaiar*); (iii) construções transitivas e ergativas (*encher*); e, (iv) verbos que não ocorrem nem nas transitivas nem nas ergativas (*ser* ou *ter*). Assim, de acordo com o autor, temos verbos transitivos, ergativos e transitivo-ergativos. Seguem alguns exemplos (p. 307-308):

- (30) Sérgio enviou mais de cem cartas. (transitivo)  
 (31) \* As cartas enviaram.  
 (32) A menina desmaiou / A menina desapareceu. (ergativo)  
 (33) \* O grandalhão desmaiou a menina.  
 (34) \* O grandalhão desapareceu a menina.  
 (35) O frentista encheu o tanque. (transitivo)  
 (36) O tanque encheu. (ergativa)  
 (37) O governo mudou as regras. (transitivo)  
 (38) As regras mudaram. (ergativo)

No exemplo (30) aparece o verbo *enviar* como transitivo; já em (31) a sentença ficaria agramatical se ele fosse utilizado como ergativo. (32) ilustra o uso dos verbos *desmaiar* e *desaparecer* como ergativos, o que não ocorre em (33) e (34), em que os mesmos verbos, se utilizados como transitivos, tornariam as sentenças agramaticais. O mesmo não

ocorre em (35), (36), (37) e (38), em que o verbo é aceito pela sentença tanto como transitivo quanto como ergativo.

Perini também chama a atenção para o fato de que há, na língua falada, uma expansão dos verbos transitivo-ergativos. Se pensarmos na língua coloquial, perceberemos que há verbos da classe transitivo-ergativo que se “transformam” em transitivos (p. 311):

(39) Esse sapato dói o meu pé.

(40) Você precisa funcionar o motor durante uns minutos.

Nessas sentenças, os verbos *doer* e *funcionar* são empregados em construção transitiva (transitivo-ergativo), mas também ocorrem em construções ergativas:

(41) Meu pé está doendo.

(42) O motor funcionou durante uns minutos.

O autor ainda mostra exemplos (43, 44 e 45) de frases com verbos que, apesar de serem ergativos na língua padrão, são utilizados como transitivos na língua coloquial. Nota-se nos exemplos apresentados pelo autor que a tendência ao uso de verbos ergativos como transitivos na língua coloquial acaba por gerar também o alçamento do adjunto adverbial para o início da sentença (311):

(43) Temporal desaba casa. (A casa desabou com o temporal.)

(44) A enxurrada transbordou a represa. (A represa transbordou com a enxurrada.)

(45) As fortes chuvas transbordaram os córregos. (Os córregos

transbordaram com as fortes chuvas.)

Além disso, os casos em que há transformação de verbo transitivo para verbo transitivo-ergativo (46 e 47) parecem mostrar que há uma tendência na língua coloquial a evitar o uso da voz passiva (311):

- (46) Parece que esse carro nunca lavou. (Parece que esse carro nunca foi lavado)  
 (47) Esse quarto nunca varre. (Esse quarto nunca foi varrido)

Até aqui, pudemos ver que a transitividade do verbo está associada ao contexto em que ele se insere e, portanto, ao uso ou não do objeto a ele relacionado. Os estudiosos da língua, apesar de muitas vezes apresentarem a classificação tradicional dos verbos (transitivo, intransitivo), acabam por se convencer de que classificar os elementos, no caso o verbo, que compõem uma língua passa, obrigatoriamente pelo estudo do uso dessa língua.

Assim, torna-se possível afirmar que o estudo da transitividade verbal vai além da mera classificação dos verbos; é necessário que se analise o contexto em que é utilizado para, depois, tentar classificá-lo.

O fato de alguns gramáticos normativos reconhecerem a importância de considerarmos o contexto de uso dos verbos para só então reconhecer sua transitividade confirma o que se observa, na prática, em algumas situações. Muitas vezes o falante utiliza o complemento verbal em determinada situação e, em outra, com o mesmo verbo, opta pelo apagamento do objeto, quando a referência é clara para o interlocutor. Assim, o alvo de nossa pesquisa se concentra na opção pelo preenchimento ou elipse do complemento verbal no PB e

no PE dos séculos XIX e XX.

### **Chegando ao objeto**

Comprovada, então, a importância de se considerar o ambiente sintático que circunda o verbo – principalmente no que diz respeito ao objeto -, passaremos agora a tratar do complemento verbal.

Cegalla (1984) explica que os complementos verbais (objeto direto e objeto indireto), o complemento nominal e o agente da passiva são termos *integrantes* da oração. “Integram (inteiram, completam) o sentido da oração, sendo por isso, indispensáveis à compreensão do enunciado” (p. 295, grifo meu).

Para Faraco e Moura (1987), tanto o objeto direto quanto o objeto indireto têm por função completar o sentido de um verbo transitivo. Visto desse modo – como quem completa o sentido do verbo – podemos deduzir que, sem objeto, o verbo não tem sentido completo e, portanto, não pode ser utilizado sozinho. O que Faraco e Moura deixam de fazer é justamente alertar para os casos em que o verbo apesar de ser transitivo, é utilizado sem o seu complemento e tendo seu sentido perfeitamente completo.

Cunha e Cintra (1996) explicam, por sua vez, que o objeto indireto é o complemento de um verbo transitivo indireto, que se liga ao verbo por meio de preposição. Além disso, ao se referirem ao objeto direto, que não se liga ao verbo por intermédio de preposição, explicam que o objeto indica “o ser para o qual se dirige a ação verbal” (p. 141).

Há problemas também com relação ao conceito de objeto apresentado por Cunha e Cintra, pois não seria fácil explicar para alguém qual é o objeto em uma sentença como “*O assaltante levou uma*

*surra do policial.*” Considerando-se que os autores afirmam que o objeto é “o ser para o qual se dirige a ação verbal” e que temos dois “seres” nessa sentença, teríamos como objeto “o assaltante” ou o “policial”. Levando-se em conta, ainda, que é preciso observar para quem se dirige a ação verbal e, respaldados no que dizem os autores, escolheríamos equivocadamente como objeto “o policial”.

Segundo Paschoalin e Spadoto (1996), “certos verbos [...] presentes numa oração não possuem sentido completo em si mesmos. Sua significação só se completa com a presença de outros termos, chamados integrantes (p. 200, grifo nosso).

Acrescentam, ainda, que o objeto direto completa o sentido do verbo transitivo direto, ligando-se a ele sem o auxílio de preposição, enquanto o objeto indireto liga-se ao verbo por meio de preposição:

(48) O cheiro de tinta contaminou *o ar*. (objeto direto)

(49) O cantor não gostava *de entrevistas*. (objeto indireto)

Para finalizar, os autores esclarecem que o núcleo do objeto pode ser representado por um substantivo, pronome substantivo ou pronome oblíquo, não fazendo nenhuma referência aos objetos que aparecem em forma de orações.

Azeredo (2004), por sua vez, explica que o objeto, a exemplo do sujeito, também é um argumento do verbo, e “se relaciona semanticamente com o verbo transitivo por meio de certos recursos sintático-formais bem característicos” (p. 179-180):

(a) quando o verbo aceita sujeito e objeto direto, o sujeito precederá o verbo e o objeto direto virá após o verbo;

(b) nas variedades formais da língua, o verbo transitivo impõe as formas pronominais oblíquas átonas como objeto;

(c) se o verbo permitir a forma passiva com o auxiliar “ser”, o sintagma que funciona como objeto será o sujeito da frase *Luís respeitava o irmão mais velho./ O irmão mais velho era respeitado por Luís.*

O autor ainda destaca que há duas subclasses dos verbos transitivos diretos: a) verbos cujo objeto direto é representado por um substantivo ou pronome substantivo; b) verbos cujo objeto pode ser uma oração.

Poderíamos, no entanto, questionar o autor quando ele afirma que o sujeito precede o verbo e o objeto vem após ele. O que faríamos, ou melhor, de que maneira encontraríamos o objeto se estivéssemos diante de uma sentença na ordem indireta? Ou, ainda, diante de uma sentença cujo sujeito é implícito ou inexistente? Outro questionamento que poderia ser feito é quanto ao fato de o autor mencionar como *subclasses* de verbos aqueles cujo objeto não está representado por pronomes oblíquos.

Macambira (1987) também esclarece que o *termo integrante* é aquele que completa a significação do verbo ou do nome (objeto direto, objeto indireto, agente da passiva e complemento nominal). Consideremos o objeto nos exemplos a seguir:

(50) Eu amo a Pátria.

(51) Você obedece à Pátria

Em “a pátria”, teríamos um termo que restringe a significação do verbo



*amar e obedecer*. Segundo o autor, “sob o aspecto semântico os termos integrantes [...] completam alguma coisa que estava faltando e que necessariamente devia ser completada” (p. 223, grifo nosso).

O autor apresenta ainda, criticamente, três definições de objeto direto. A primeira delas afirma que “objeto direto é o termo em que recai imediatamente a significação do verbo” e traz como exemplo as sentenças:

(52) Paulo açoitou João.

(53) O moleque levou uma surra.

Nesse caso, a significação de *levar* não recai sobre o objeto “uma surra”. O autor reconhece que, apesar de ter o seu valor, essa definição é às vezes falha porque “o objeto é indefinível”.

A segunda definição apresentada por Macambira, a de que objeto “é o termo que completa a significação do verbo transitivo” passa a ser válida, segundo o próprio autor, somente para aqueles que não têm dúvidas quanto à predicação do verbo.

Por último, considerando o aspecto semântico, o autor afirma que objeto “é o termo [...] que esclarece o que se deseja saber do sintagma sujeito-predicado”, (p. 274). Em

(54) Deus criou

há algo que falta para esclarecer o que foi criado. É “o que se põe diante (do latim, *objetum*: *ob* – diante, *jectum* – posto) em relação ao predicado” (p. 224).

Em se tratando do aspecto sintático, Macambira propõe seis

provas que determinam a existência do objeto direto na oração:

(a) prova da posposição: o objeto é o termo que normalmente está posposto ao verbo, embora haja exceções:

(55) Roma destruiu Cartago.

(b) prova da substituição: é o termo que pode ser substituído pelos pronomes oblíquos o(s), a (s):<sup>6</sup>

(56) Judas traiu seu Mestre = Judas o traiu.

O Vesúvio destruiu Pompéia = O Vesúvio a destruiu.

Nesse ponto, o autor chama atenção para os casos em que os pronomes oblíquos podem substituir o predicativo do sujeito:

(57) Eu sou o chefe. = Eu o sou.

(c) Prova do disfarce: o objeto é um sujeito “disfarçado”, pois assim que passamos a oração para a voz passiva<sup>7</sup>, ele surge. Quando estivermos diante de uma sentença na voz ativa e quisermos saber quem é o objeto, basta que a transformemos em voz passiva, pois o objeto da voz ativa se transformará em sujeito da voz passiva:

(58) Alencar iniciou o indianismo no romance.

---

<sup>6</sup> Sabemos que, no PB atual, os pronomes lexicais aparecem muitas vezes em lugar dos pronomes oblíquos.

<sup>7</sup> O autor adverte que verbos como *ter*, *querer*, *haver* e *fazer* (os dois últimos como impessoais) não admitem a prova do disfarce, pois não se podem apassivar.

O indianismo no romance foi iniciado por Alencar.

(d) Prova da pergunta: Para encontrar o objeto direto basta fazer a pergunta *Quem?* ou *O quê?* depois do verbo:

(59) Castro Alves escreveu poesia social.

- Escreveu o quê?

- Poesia social. – Objeto direto

No caso dos verbos intransitivos, o autor adverte que pode haver confusão. Por exemplo, em *Caiu a ponte*, a pergunta *caiu o quê?* teria como resposta “a ponte” que, na verdade, é sujeito. Nesse caso, como o sujeito é um termo essencial, o autor aconselha a primeiro encontrar o sujeito e também a utilizar as outras provas para encontrar o objeto.

(e) Prova da pluralização: o objeto direto, contrariamente ao que ocorre com o sujeito, é um termo que não se altera se o verbo for pluralizado:

(60) A seca ameaçava a fazenda.

As secas *ameaçavam* a fazenda.

(f) Prova do relativo: é o termo que pode ser seguido pelo relativo *que* mais o sujeito, colocado entre o relativo e o verbo:

(61) Tu vendeste a casa = a casa que tu vendeste.

(62) O menino quebrou a vidraça = a vidraça que o menino quebrou.

Em casos como “Corria lentamente o tempo” a falta de sujeito na oração entre *que* e o verbo impede a prova do relativo. É conveniente, então, de acordo com o autor, para mais segurança, aplicar as outras provas.

Por último, quando se trata do aspecto mórfico, o autor explica que o objeto pode estar representado por substantivo, palavra substantivada, pronome, verbo no infinitivo e oração.

Perini (1995), por sua vez, trata do objeto partindo dos exemplos (p. 80).

(63) Meus sobrinhos comeram a melancia.

(64) Todos acharam esse livro uma droga.

(65) Jeremias reclama frequentemente.

cujos termos destacados são classificados pela gramática tradicional como *objeto direto*, *predicativo do objeto* e *adjunto adverbial*, respectivamente.

Explica, então, que, independentemente da posição que ocupe na sentença, *a melancia* é objeto. Afirma que a distinção entre o termo destacado em (63) e (65) se baseia no fato de certos termos da oração poderem ser retomados com perguntas do tipo *o quê?* ou *quem?*. É fácil perceber que em (63) a pergunta *o quê?* retoma *melancia* enquanto que em (65) ela não pode retomar *frequentemente*.

Para Mira Mateus *et al* (2003), o objeto direto é definido como “o constituinte nominal ou oracional imediatamente dominado por SV à direita do verbo” (p. 163). As autoras apresentam algumas propriedades típicas do objeto direto, dentre elas, a possibilidade de ele ser nulo com certos verbos transitivos:

(66) João leu (Ø)OD toda a noite.

(67) Ana está a comer (Ø)OD.

Segundo as autoras, quando isso acontece, o estado de coisas descrito é interpretado, em geral, como um processo. A segunda propriedade a que elas fazem menção é o fato de o argumento que deveria ocorrer como OD final poder ser “incorporado ao verbo” quando relacionado a certos tipos de verbos transitivos que exprimem tipos gerais de eventos ou processos:

(68) a. O Presidente fez (um discurso)OD na Assembleia.

b. O Presidente (discursou) na Assembleia.

Em terceiro lugar, as autoras mencionam a propriedade que o objeto direto de natureza nominal possui de ser “o argumento que admite mais facilmente um especificador Ø.”

(69) Vi (miúdos)OD no jardim.

Apesar de o objeto direto (OD) final ocorrer tipicamente sem preposição, Mira Mateus et al (*op. cit*) apontam casos em que a preposição antecede o OD:

(70) Vi o velhote a quem o Luís ajudou. (OD= pronome relativo quem)

(71) Vi-(os)OD a eles à saída do cinema. (aundo o OD é clítico pronominal com redobro, o pronome redobro ocorre de forma tônica precedido de a )

(72) amar a (Deus)OD (mas amá-(Lo)OD).

(73) temer a (Deus)OD (mas temê-Lo)OD).

Como quinta e última propriedade do objeto direto, as autoras se referem à posição em que aparecem as frases básicas, afirmando que podem ocorrer imediatamente à direita do verbo ou à direita do objeto indireto quando este for clítico, como ocorre em (74) ou se o objeto direto for um SN longo ou complexo ou uma frase complemento como em (75), (76) e (77);

(74) O João deu(-lhe)OI (um livro)OD

(75) A Ana comprou a (o Gonçalo)OI (o quadro do vencedor da 2ª Bienal de Artes Plásticas de Cerveira)OD.

(76) A Ana contou a(o Gonçalo)OI (o filme que foi ver ontem)OD

(77) O jornalista contou a(os amigos)OI (que lhe tinham censurado a reportagem)OD

Após apresentarmos brevemente alguns conceitos referentes a *transitividade e complemento verbal*, pudemos perceber que definir algo em termos de língua não é muito simples, qualquer que seja a visão de gramática que adotemos.

Quando o assunto é transitividade, parece haver um consenso, pois os autores orientam sempre a prestar atenção no contexto, ou seja, no emprego do verbo na frase. É esse que vai indicar qual a transitividade do verbo no momento em que está sendo utilizado, uma vez que o verbo pode assumir diferentes sentidos.

Levando em consideração a teoria gerativa, sabemos que, para que possamos construir uma sentença, é necessário que acessemos um conjunto de elementos em nosso léxico mental, responsável por formar

constituintes que se organizam em unidades maiores capazes de formar as sentenças. No léxico mental, estão armazenadas informações sobre as palavras que ele contém – se são verbos, substantivos, adjetivos, por exemplo – e sobre as possibilidades de combinação dessas palavras com outras. As palavras que servem de núcleos das sentenças são chamadas *predicados* e os elementos selecionados para se relacionarem com eles são os *argumentos*.

Assim, considerando-se que nosso foco de estudo é o objeto, teremos como *predicado* o verbo, capaz de impor condições sobre o elemento que com ele formará o constituinte do qual é o núcleo. Já os argumentos – em nosso caso, os objetos – são os itens que satisfazem as exigências impostas pelo predicado, ou seja, são os elementos que o predicado selecionou.

Na visão gerativista, o verbo poderá selecionar argumentos externos, os especificadores; e internos, os complementos. Segundo Chomsky (1981; 1986), a condição para que um argumento seja licenciado é que a ele seja atribuído pelo núcleo lexical um *papel temático*.

Quando um núcleo verbal seleciona um argumento, ele atribui um papel temático a esse argumento. Há, no entanto, casos em que um argumento pode ocupar uma posição não-temática mas, para isso, é necessário que esteja associado a uma posição temática vestígio (*t*).

Para ilustrar algumas relações semânticas possíveis entre predicador (verbo) e seus argumentos, Coelho (2000, p. 24) dá os seguintes exemplos:

(78) a. Eu trabalho na universidade, mas trabalho à disposição. (FLP 20L649)

b. No princípio da minha vida, eu sofri dureza. (FLP 06L789)

## c. Eu nasci em Florianópolis (FLP 18L09)

Em (78a) o argumento que o verbo selecionou realiza o papel de agente; em (78b) o argumento selecionado sofre um processo psicológico e, por isso, realiza o papel de experienciador; e, em (78c) o argumento sofre o evento expresso pelo verbo e, assim, realiza o papel de tema (ou paciente).

Haegeman (1994, *apud* COELHO, 2000, p. 25) esclarece que o papel temático do argumento externo é afetado pela escolha do objeto sem que, no entanto, a escolha do argumento externo afete o papel temático do objeto. Observemos o que acontece nos exemplos a seguir, dados pela autora:

(79) a. John broke a leg last week.

‘João quebrou uma perna na semana passada.’

b. John broke a vase last week.

‘João quebrou um vaso na semana passada.’

Tanto em (79a) quanto em (79b), o verbo *break* seleciona um complemento que determina o papel temático do argumento externo. Esse papel temático, no entanto, não é o mesmo nas duas sentenças: em (a) sofre o evento, enquanto em (b), é agente. Tal fato nos leva a perceber que é a combinação do verbo com o seu objeto – argumento interno – que determina a interpretação do argumento externo.

Outros autores citados por Coelho (2000), como Radford (1997), Marantz (1984) e Chomsky (1986), também argumentam que não é o verbo, sozinho, que atribui papel temático ao argumento externo, mas sim o complexo verbo-complemento. Portanto, podemos



dizer que o verbo atribui papel temático diretamente a seu argumento interno e indiretamente a seu argumento externo.

Feitos alguns comentários em torno da transitividade e do complemento verbal, passaremos, então, ao estudo do preenchimento do objeto, partindo de alguns trabalhos já realizados sobre esse fenômeno. Antes disso, porém, é interessante que tenhamos em mente alguns preceitos que norteiam a teoria gerativa, já que ela é a base de muitas pesquisas que servem de alicerce para nosso trabalho.

Segundo Raposo (2004), o português tanto o brasileiro quanto o europeu tem como uma de suas características mais peculiares a possibilidade de “objetos nulos semanticamente definidos” (p. 42). O autor ainda lembra que dentre as línguas românicas (francês, italiano, espanhol), o português parece ser a única que aceita objetos nulos, de forma que a sentença “esse livro, eu só encontrei \_\_\_ na FNAC” considerada topicalização por Inês Duarte (1987) só seria julgada gramatical em castelhano com a presença de um pronome resumptivo “esse libro. Solo lo encuentre em la FNAC”. A esse uso do pronome resumptivo à esquerda do verbo, Cinque (1990) chamou de *Clitic Left Deslocation* (CLLD). Raposo complementa afirmando que o português tanto brasileiro quanto europeu admitem CLLD, como ocorre em *Esse livro, eu só o encontrei na FNAC*. O português é também a única língua românica que aceita orações cuja expressão fonética do objeto é nula, como acontece em *Eu só encontrei \_\_\_\_\_ na FNAC*.

Raposo também discorda de Inês Duarte (1987) quando ela afirma que os fenômenos da topicalização e do objeto nulo são distintos. Para ele (*Cf.* RAPOSO, 1996 – trabalho não publicado), as propriedades sintáticas e semânticas são as mesmas em frases como

(80) Esse livro, eu só o encontrei \_\_\_\_\_ na FNAC.

(81) Eu só encontrei \_\_\_\_\_ na FNAC.

Raposo explica que as sentenças ditas “estritamente de objetos nulos podem ser reduzidas à topicalização como ocorre em (80) e (81) desde que a categoria vazia na posição de objeto seja identificada, quer por um tópico visível, quer por um tópico pragmático.”

O autor lembra, ainda, que houve uma gama de estudos envolvendo os condicionamentos sintáticos, semânticos, pragmáticos e sociolinguísticos que cercam o objeto nulo no Brasil dos anos 1970 e 1980. Raposo dá destaque aos trabalhos desenvolvidos por Omena (1978), Pereira (1981), Kato e Tarallo (1987) e Maria Eugênia Duarte (1986) acerca do objeto nulo no PB. Os trabalhos de Galves foram os que primeiro propuseram que o objeto nulo deveria ser identificado com a categoria *pro*, conforme a teoria de Chomsky (1982). Entretanto, Raposo argumenta, com base no estudo desenvolvido por ele e que leva em consideração alguns critérios de gramaticalidade que se adequaram ao PE e ao PB que o objeto nulo no PB não podia ser uma variável.

A partir dessa constatação, explica Raposo, passou a ser mais evidente a diferença entre o PB e o PE, principalmente no final dos anos 1980: apesar de serem as duas únicas variedades a permitirem objeto nulo praticamente nos mesmos contextos, os fatores que as levam a isso são diferentes, pois no PE o objeto anafórico nulo resulta da elipse de um clítico, de um SN ou de uma oração; já no PB é gerado a partir da omissão de um pronome oblíquo ou pleno.

Partindo dos conceitos apresentados nesta seção, vimos que, para a maioria dos gramáticos tradicionais, o complemento verbal é

necessário para “completar” o sentido do verbo sugerindo que, sem o objeto, o verbo não pode ser compreendido em sua totalidade.

Com base no que discutimos até aqui, buscaremos, daqui por diante, a discussão em torno da realização do seu preenchimento ou elipse. Importante lembrar, em especial, da discussão de Raposo (1996), para quem tanto PB quanto PE licenciam objetos nulos: o primeiro como resultado da elipse de pronome oblíquo ou pleno; o segundo como omissão de clítico, oração ou SN.

## **1.2 Sobre a (não)realização do objeto**

Para discutirmos questões que envolvem a variação/mudança na língua considerando nosso objeto de estudo, retomaremos nesta seção algumas pesquisas realizadas acerca do preenchimento do objeto para que sirvam de ponto de partida para a análise que desenvolveremos mais adiante.

Daremos início à revisão apresentando alguns resultados de Omena (1978) que dizem respeito à fala de informantes do Rio de Janeiro com relação ao uso de clíticos acusativos e da categoria vazia na posição de objeto. Em seguida, serão mostrados resultados de uma pesquisa diacrônica desenvolvida por Tarallo (1983) que revelam uma queda acentuada nos percentuais de retenção do objeto anafórico à medida que a data do *corpus* se aproxima do século XX.

Omena (1978) analisou o português falado no Rio de Janeiro e não encontrou nenhuma ocorrência de pronome clítico acusativo em

seus dados. Levando-se em conta que seus quatro informantes tinham baixa escolaridade (estavam frequentando o programa de educação de adultos), a autora levanta a hipótese de que o uso dos clíticos acusativos talvez esteja relacionado à escolarização<sup>8</sup>. Os resultados de Omena são apresentados a seguir:

	1° inf.	2° Inf.	3° Inf.	4° Inf.
<b>Pronome Pleno</b>	128	67	88	63
<b>Categoria Vazia</b>	331	307	284	147
<b>TOTAL</b>	459	374	372	210
<b>% de categoria vazia</b>	72,1	82,1	76,3	70

**Tabela 1:** Número de ocorrências de pronomes plenos e categorias vazias por informante, segundo Omena (1978)

Tarallo (1983) também já apontava para o fenômeno da queda dos clíticos na língua portuguesa, como se pode observar na tabela a seguir que mostra, diacronicamente, o percentual de retenção do objeto direto anafórico:

<sup>8</sup> Essa hipótese foi mais tarde confirmada por Duarte (1986), no estudo sobre os clíticos que realizou com informantes de São Paulo, em que controlou o nível de escolarização dos indivíduos.

I. 1ª metade do século XVIII	89,2%
II. 2ª metade do século XVIII	96,2%
III. 1ª metade do século XIX	83,7%
IV. 2ª metade do século XIX	60,2%
V. Corpus sincrônico (1981)	18,0%

**Tabela 2** : Frequência de retenção do objeto direto anafórico em cinco momentos históricos (extraída de TARALLO, 1983, p.166-193, *apud* CYRINO, 1993, p. 173)

Além desses, apresentaremos alguns resultados de Duarte (1986) que mostram que também na fala de paulistanos e na linguagem utilizada na TV o percentual de uso da categoria vazia objeto é mais alto que o de uso de clíticos, pronomes lexicais e SNs anafóricos.

Em estudo realizado a partir de dados de fala de paulistanos nativos e de gravações da linguagem utilizada na TV, Duarte (1986) analisou o preenchimento do objeto a partir do uso de clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no PB, levando em conta dois fatores sociais: escolaridade e faixa etária. Após o cômputo dos dados, a autora obteve os seguintes percentuais:

<b>Variante</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
Clítico	97	4,9
Pronome lexical	304	15,4
[Sne]	1235	62,6
SNs anafóricos	338	17,1
<b>TOTAL</b>	<b>1974</b>	<b>100</b>

**Tabela 3:** Distribuição dos dados computados segundo a variante usada (DUARTE [1986] 1989, p. 21)

Com relação aos fatores sociais, a autora afirma ter chamado sua atenção a ausência de clíticos na fala dos jovens (15 a 17 anos). Por outro lado, nos outros grupos – de 22 a 33, de 34 a 46 e acima de 46 anos – o uso dos clíticos se revelou invariável com relação à faixa etária, mas aumentou de acordo com o nível de escolaridade. Já o uso do pronome lexical, mais frequente na fala dos jovens (23,5%), é cada vez menos percebido à medida que sobem a escolaridade e a faixa etária.

Quanto ao uso de SNs anafóricos, os resultados da autora mostraram que seu percentual de uso é maior que o do pronome lexical, quando se trata de informantes mais velhos e com nível mais alto de escolaridade.

A autora ainda observa que em todos os grupos de informantes há favorecimento do uso da categoria vazia de objeto, sinalizando um estágio de implementação dessa variante no sistema linguístico. Para a

autora, a ocorrência da categoria vazia em textos de grande circulação (revistas, jornais, literatura, traduções) “distingue o português do Brasil das línguas irmãs, exigindo uma análise que leve em conta o discurso” (DUARTE, *op. cit.*, p. 32)

Em se tratando de variáveis internas, a autora revela ter levantado fatores de natureza morfológica, sintática e semântica.

Quanto ao condicionamento morfológico, a pesquisa mostrou que 40,2% (39/97) dos clíticos precedem o verbo (principalmente no presente e no passado dos verbos *ver* e *conhecer*) e 59,8% (58/97) são enclíticos. Dentre as 58 ocorrências de ênclise, há três que se pospõem a um tempo simples do indicativo ou do gerúndio; as demais seguem o verbo no infinitivo.

O pronome lexical ocorre mais frequentemente com tempos simples, imperativo e locuções com infinitivo e gerúndio. Já os objetos nulos, que superam em número de ocorrências as outras variantes, ocorrem independentemente da forma verbal, com exceção das construções com gerúndio em que os SNs anafóricos são os preferidos.

Com relação ao condicionamento sintático, a pesquisa de Duarte revelou que em orações do tipo SVO em que o objeto é um SN, 62,3% é de categoria vazia; quando o objeto é sentencial, o percentual de apagamento chega a 79,7%.

Em estruturas simples com objeto direto e indireto, quando o objeto é um SN, o percentual de apagamento é de 78%, chegando a 100% quando o objeto é sentencial. Por outro lado, em estruturas com predicativo, em que o objeto e o predicativo são praticamente outra oração (“*Eu não tenho nada pra reclamar dela não. Eu acho ela*”

*sensacional.*”), aumenta o percentual de realização do objeto (35,6%), quando é um SN. A autora chama a atenção, no entanto, para o fato de o percentual de uso da categoria vazia se elevar para 84,6% quando o objeto é uma sentença.

Considerando ainda o condicionamento sintático, a autora afirma que em estruturas como

(82) Uma parou agora porque o marido dela está bem demais. Então o marido proibiu ela de trabalhar.

(83) Ontem ele foi ao cardiologista. Eu já deixei ele ir ao cardiologista sozinho há muito tempo.

O verbo acaba por “projetar uma estrutura com agente, que vem a ser o objeto da matriz (*port-manteau* sintático).” (p.24) Devido a isso, há uma maior tendência à realização de objeto nessas sentenças.

Duarte ressalta a importância, dentro do condicionamento semântico, do traço [+ - animado] do objeto na opção pela sua elipse ou realização. O traço [- animado] mostrou-se favorecedor do apagamento do objeto, independentemente da estrutura sintática na qual se encontra.

Além desses trabalhos, Cyrino (1990; 1993; 1995; 1997 e 2003) aponta que há uma forte tendência no PB ao uso de objetos nulos em oposição ao que ela observou em estudo realizado com amostra do PE. Além disso, a autora trata da chamada hierarquia da referencialidade, que pode determinar o preenchimento ou não do objeto.



Cyrino (1993) desenvolveu um trabalho acerca da mudança diacrônica no PB com relação ao objeto nulo. A autora parte da observação das diferenças na realização do objeto em PE e PB e comenta que, de acordo com Raposo (1986, *apud* CYRINO, 1993), no PE, o objeto nulo só pode ocorrer em sentenças do tipo

(84) a . Joana viu \_\_\_ na TV ontem.<sup>9</sup>

b. A empregada colocou os livros na estante?

Sim, ela colocou \_\_\_.

c. A Maria entregou o dinheiro a Manuel, mas eu sei de algumas pessoas que nunca teriam entregue \_\_\_.

Já no PB, o objeto nulo é bem mais livre, pois as sentenças que são apresentadas em (85) e que não seriam aceitas pela gramática do PE, são perfeitamente gramaticais no PB.

(85) a . Eu informei a polícia da possibilidade de o Manuel ter guardado \_\_\_ no cofre da sala de jantar.

b. O rapaz que trouxe \_\_\_ agora mesmo da pastelaria era teu afilhado.

c. Que a IBM venda \_\_\_ a particulares surpreende-me.

d. O pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado \_\_\_

---

<sup>9</sup> Os exemplos a, b e c são de Raposo (1986).

cuidadosamente no cofre.

A primeira hipótese de Cyrino foi a de que deve ter ocorrido uma mudança linguística no estatuto da categoria vazia, pois o PB originou-se no PE<sup>10</sup>. A autora lembra que, em estudo realizado em 1990, obteve resultados que apontaram para uma mudança diacrônica no PB. Segundo ela, os percentuais mostraram um aumento na ocorrência de objetos nulos que eram, nas primeiras épocas, restritos a alguns contextos, mas que mais tarde ocorreram mais livremente, como apresentado a seguir:

Século	Objetos Nulos (%)
1ª metade do séc. XVIII	4.2
1ª metade do séc. XIX	41.6
2ª metade do séc. XIX	23.2
1ª metade do séc. XX	69.5
2ª metade do séc. XX	81.1

**Tabela 4:** Objetos nulos no tempo (adaptada de CYRINO, 1990)

De acordo com a autora, há estudos que mostram existir relação entre a ocorrência do objeto nulo e a queda do clítico em PB. É preciso lembrar que, por meio da análise diacrônica dos dados, existem razões para supor que “a reanálise que levou ao objeto nulo do PB realmente estaria relacionada com a ocorrência do objeto nulo característico dessa língua.” (1996 [1993], p. 175).

Em outro estudo diacrônico, Kato, Cyrino e Correa (1995)

---

10 Para Martins, M. A (2009), tanto o PB quanto o PE tiveram origem no Português Clássico.

defendem a ideia de que o objeto nulo no PB é um clítico nulo. As autoras analisaram diacronicamente o fenômeno do objeto nulo no PB em textos da primeira metade do século XVI até o século XX. Ao compararem os resultados do estudo diacrônico com a “aquisição” dos clíticos de terceira pessoa ao longo do período de escolarização, perceberam que o percentual de uso dos clíticos por estudantes universitários (14%) era semelhante ao percentual encontrado em dados de peças teatrais do século XX (11,2%). Além dessa constatação, lembram ainda que o PB tem sido reconhecido como uma língua que licencia o uso de pronomes fortes (ele(s) , ela(s)), ou seja, pronomes lexicais de terceira pessoa em posição de objeto<sup>11</sup> apesar de essa prática ser condenada pelas pessoas mais instruídas, que preferem usar institucionalmente certos “fósseis da linguagem”. Citam como exemplo as regras de colocação pronominal, uma vez que, apesar de a tendência atual no PB ser o uso proclítico, a *ênclise* ainda é prescrita como obrigatória, entre outros contextos, quando o verbo está em posição inicial na sentença. Soma-se a esse o fato de que o uso do pronome pleno como complemento verbal é estigmatizado entre os indivíduos escolarizados.

Refutando a hipótese apresentada em 1993, Cyrino (2003) adverte que a queda dos clíticos no PB e a ocorrência de objetos nulos parecem ser fatos independentes, embora ambos sejam consequências de uma espécie de princípio *evite pronome* que estaria agindo na posição de objeto em sentido oposto ao que estaria ocorrendo com o sujeito.

---

<sup>11</sup> De acordo com resultados obtidos por Cyrino (1993), houve um aumento no percentual de ocorrência de objeto nulo em 1838-1844, que era de 0,5, para 44, em 1973.

A autora explica que Kato (2003) considera que o objeto nulo é um *pro* identificado e licenciado por um clítico nulo (de terceira pessoa). Kato comenta que a diferença entre PB e PE reside no fato de que o antecedente do clítico nulo deve estar em uma posição de c-comando<sup>12</sup> em relação ao clítico nulo. O PE não possui esses clíticos nulos e é por isso que não aceita estruturas como as seguintes, dadas como exemplos pela autora, consideradas bem formadas em PB:

(86) Com relação ao jornal, Maria perdeu \_\_\_\_ no ônibus. (estrutura com deslocamento à esquerda)

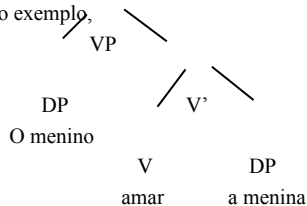
(87) João comprou o jornal e Maria leu \_\_\_\_\_. (estruturas coordenadas)

(88) A: Onde está o jornal?

B: Maria perdeu \_\_\_\_\_. (O antecedente é um tópico discursivo,

---

12 A relação de c-comando, fundamental para a sintaxe, é assim definida por Mioto et al (2005, p. 52):  
 $\alpha$  c-comanda  $\beta$  se e somente se  $\beta$  é irmão de  $\alpha$  ou filho (ou neto, bisneto...) do irmão de  $\alpha$ . Assim, de acordo com o exemplo,



o DP *o menino* c-comanda assimetricamente os dois filhos de V'.

recuperado de uma sentença anterior).

Cyrino (*op cit*) ainda acrescenta que o objeto nulo sempre ocorre no PB, em substituição aos clíticos de terceira pessoa, que estão desaparecendo.

A autora também retoma o trabalho acerca do preenchimento da posição de sujeito no PB (DUARTE, 1993) no qual Duarte afirma que a forma de realização do sujeito está condicionada à necessidade ou não de preenchimento para que seja devidamente interpretado pelo interlocutor. Por causa disso, Cyrino chama a atenção para a semelhança entre o caso do princípio “evite pronome” - parâmetro *pro-drop*, para o sujeito – e o caso do objeto nulo no PB. Isso porque a opção entre usar ou não o clítico está condicionada à interpretação, como no exemplo que ela traz, do século XVIII:

(89) Foi que D. Tibúrcio, com a pena de se ver cometido de três mulheres, como vossa mercê \_\_\_ sabe... (Antônio José, *Guerras do Alecrim e de Manjerona*, 1937, *apud* CYRINO, 1997)

(90) – Que é isto, sobrinho?

- Eu o não sei, em minha consciência. (Antônio José, *Guerras do Alecrim e de Manjerona*, 1937, *apud* CYRINO, 1997)

Para Cyrino, teríamos em (89) e (90) um efeito do princípio *evite pronome* e ela afirma que “gostaria de reformulá-lo como sendo

um princípio 'evite a redundância' ou 'não pronuncie nada a não ser que seja estritamente necessário.'" (p. 44)

Em um outro momento, Cyrino (2001) realizou estudo sobre o objeto a partir de anúncios de revistas brasileiras e portuguesas, destinadas ao público adulto, cujos resultados são apresentados na tabela a seguir:

	Objeto Nulo		Objeto preenchido		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
<b>PB</b>	19	76	6	24	25	100
<b>PE</b>	1	3	33	97	34	100

**Tabela 5:** Objeto nulo vs. objeto preenchido no PB e no PE (adaptada de CYRINO 2001, p. 176)

A única ocorrência de objeto nulo encontrada nos dados de PE pela autora foi

(91) “Preencha os seus dados, cole o cupão num postal dos CTT e envie \_\_\_\_ para a promoção QUO/NIVEA FOR MEN, Rua Filipe Folque 40 – 2º, 1069-124 Lisboa.”

Cyrino concluiu esse trabalho afirmando que, para ela, o objeto nulo do PB “é reconstrução”, ou seja, o mesmo processo de elipse de VP, para o qual, segundo a autora, algumas propostas (LOBECK, 1987; CHAO, 1987; ZAGONA, 1982 e MATOS, 1992) mencionam a

necessidade de um licenciador. Lembra, ainda, que, em 1999, ela mesma propôs a necessidade de haver uma categoria funcional para comandar a estrutura em questão. Ao contrário do que ocorre no PB, o PE não teria esse objeto nulo porque não tem como licenciá-lo e então, segundo ela, a elipse de VP seria diferente no PB e no PE.

Outra análise diacrônica realizada por Cyrino (1997) sobre o preenchimento do objeto no PB levando em consideração dados de textos de peças teatrais escritas em PB e PE também mostrou alguns resultados interessantes para este estudo. Dentre eles, chamam-nos atenção aqueles referentes à análise quantitativa que mostram um decréscimo no número de objetos preenchidos, conforme mostra a tabela a seguir:

SÉCULO	NULAS		PREENCHIDAS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
XVI	31	10,7	259	89,3	290	100
XVII	37	12,6	256	87,4	293	100
XVIII	53	18,5	234	81,5	287	100
XIX	122	45,0	149	55,0	271	100
XX	193	79,1	51	20,9	244	100

**Tabela 6:** Distribuição de posições de objetos nulas vs. preenchidas (adaptada de CYRINO, 1997, p. 246)

Os trabalhos de Cyrino (1990, 1993, 1995, 1997, 2003) têm apontado para uma tendência, no PB, à ocorrência de objetos nulos, ao

contrário do que ela constatou para o PE, que dá preferência ao preenchimento do objeto. A autora também defende que os objetos nulos encontrados no PB são, na realidade, clíticos de terceira pessoa nulos, uma vez que somente quando há na sentença referencialidade “suficiente” para recuperar o significado, será possível omitir o objeto (na verdade, o clítico).

Além desses estudos, Cyrino (2007) também discute o objeto nulo em um *corpus* constituído de cartas de leitores e redatores de jornais de diversos estados brasileiros.

Nesse estudo, além de a autora apresentar os resultados que obteve com a pesquisa, ela também retoma conceitos como o da hierarquia da referencialidade, segundo a qual a referencialidade é “altamente relevante para a pronominalização em várias línguas.” (p. 288) De acordo com essa hierarquia, os argumentos [+N, + humano] estão na posição mais alta, enquanto que a posição mais baixa é ocupada pelos não-argumentos. Em se tratando de pronomes, a posição mais alta na hierarquia é ocupada pela primeira e segunda pessoas, uma vez que são inerentemente humanos. Já a terceira pessoa estaria na posição mais baixa, pois se refere a uma proposição (o “neutro”) e detém o traço [- humano]. Todos esses traços interagem, ainda, com os traços [-/+ específico].

Dessa forma, quando há opção interna para categorias vazias ou preenchidas em determinada língua, a escolha é influenciada pelo estatuto referencial do antecedente.



## HIERARQUIA DE REFERENCIALIDADE

Não argumentos	Proposições
[-humano]	[+ humano]
3ª pessoa	2ª pessoa, 1ª pessoa
[ - específico]	[+ específico]
[- referencial]	-----▶ [+ referencial]

Então, se considerarmos essa teoria em uma língua como o PB, teremos objeto nulo quando o antecedente estiver em uma posição baixa da hierarquia da referencialidade: [-animado] e [- específico] e, preenchido, quando estiver na posição mais alta, ou seja, [+animado] e [+ específico].

Entretanto, a autora revela ter sido alertada por Uli Reich quanto à possibilidade de uso do pronome “ele” com antecedentes com traço [+ animado] e que também pode ocorrer com antecedentes [-animado], mas nunca com antecedentes proposicionais. Nesses casos, a hierarquia da referencialidade funciona de maneira inversa.

Apesar de o objeto nulo em PB ser possível quando temos um antecedente [- animado], há também casos de objeto nulo com antecedente que possui traço [+ animado]. Isso ocorre

- (i) quando está em estrutura de elipse de VP, como no

exemplo mencionado pela autora e dado por Farrel (1990)<sup>13</sup>:

(92) a. \* O Pedro disse que a Maria<sub>i</sub> beijou \_\_\_<sub>i</sub>.

b. João disse que Maria não beijou o Pedro<sub>i</sub> na festa, mas [o Pedro<sub>i</sub> disse que ela beijou \_\_\_<sub>i</sub>]

Em (92a), o antecedente é [+ animado, + específico] e, portanto, o objeto nulo não é adequado à sentença. Como em (92b) houve a elipse de um VP e não há ocorrência de objeto nulo, a sentença tornou-se gramatical em PB.

(ii) quando o antecedente é [- específico]. Em situações em que temos um antecedente com esse traço, a Hierarquia da Referencialidade entra em jogo, como ocorre no exemplo dado por Duarte (1986), que Cyrino utiliza para ilustrar:

(93) A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria [o menor infrator]<sub>i</sub>, não é ela o único responsável [infrator]<sub>i</sub>, o único elo que cria \_\_\_<sub>i</sub>, e como tal ela não consegue recuperar \_\_\_<sub>i</sub>. (p. 290)

---

13 FARREL, P.. *Null objects in Brazilian Portuguese. The linguistic review* 8: 325- 346, 1990.

Cyrino (*op.cit*) lembra que, quanto ao estatuto sintático do objeto nulo, há autores que dizem se tratar de uma categoria vazia pronominal (*pro*); outros acreditam se tratar de uma variável. Para ela, o objeto nulo no PB como resultado de elipse surge tanto devido a argumentos históricos (CYRINO, 1994, 1997, 2000 ; CYRINO e REICH, 2002) quanto a fatores sintáticos.

A autora explica que o objeto nulo em PB acaba por gerar a mesma ambiguidade de leituras que ocorre nos casos de elipse de VP, mas que não ocorre quando há na sentença o pronome que retoma o antecedente. Isso acontece porque os pronomes que estão em posição baixa na hierarquia da referencialidade (*it*, em inglês, e *o* neutro em português) podem ser omitidos, pois representam uma reconstrução na FL (forma lógica)<sup>14</sup>, ou seja, mesmo que não sejam utilizados, podem ser interpretados.

Cyrino lembra da importância do antecedente do pronome para seu conteúdo e argumenta que são casos de reconstrução em FL (*cf.* Cyrino 1994, 1997, Capítulo 5). Consideremos os exemplos a seguir:

---

14 Cyrino explica que, de acordo com Chomsky (1992, 1994), há níveis de representação linguística que “instruem “os sistemas articulatório-perceptual (Forma Fonética, FF, doravante) nos quais a língua está encaixada. Esses sistemas de “performance” permitem que a língua seja usada para a articulação, interpretação, referência, inquisição, reflexão, etc .Na visão linguística (teoria gerativa), a FL se constitui num nível de interpretação sintática que faz a interface entre a estrutura da sentença e as regras que definem os valores-verdade de uma dada sentença. A autora esclarece também que, além da abordagem linguística, existe a abordagem filosófica da “forma lógica”, para a qual “a forma lógica de uma sentença é objeto formal ou o nível de representação no qual a relação de uma sentença a algo externo a ela está diretamente expressa através de propriedades estruturais da representação” (LAPPIN, 1994, p. 304 *apud* Cyrino, *op. cit.*). Para um aprofundamento maior sobre o assunto, remeto a Cyrino, 1997).

(94) (houve um acidente provocado por Pedro e Maria)

Pedro disse que ele é culpado, mas Maria negou-o.

Se houver uma elipse, teremos:

(95) Pedro disse que ele é culpado, mas Maria negou\_\_\_\_\_.

Na sentença (94), há duas interpretações possíveis: (i) Maria negou que ela é culpada ou (ii) ela negou que ele é culpado. Já no caso de (95) não há objeto nulo do tipo *pro*, ou se há, deveríamos explicar “por que um *pro* se comporta exatamente como estruturas elípticas nesse caso”.

Segundo a autora, a ocorrência de objeto nulo chamado por ela de “elipse proposicional”, como ocorre em (95), foi sempre possível em português (Cf. CYRINO, 1996a; 1997). Entretanto, enquanto no PE há dados que mostram tanto a presença quanto a ausência do clítico (Cf. MATOS, 1985, *apud* CYRINO, 2007), no PB ocorreu a queda do clítico, substituída pela elipse.

Cyrino (*op. cit.*) defende, então, que “o objeto nulo no PB é a

reanálise diacrônica ocorrida<sup>15</sup>, em que se estendeu a possibilidade da elipse para as estruturas com clíticos cujos antecedentes se assemelham ao clítico neutro, ou seja, [-animado] e [- específico].

A autora explica, ainda, que o objeto nulo no PB não é um simples *pro*, ou variável mas, sim, a elipse de NP<sup>16</sup>, como ela ilustra no exemplo

(96) Ao dormir, João desliga a televisão, mas Maria liga \_\_\_\_.

A ambiguidade das leituras confirma, segundo a autora, que estamos diante de um caso de elipse de NP. Em um primeiro momento, podemos entender que Maria liga sua própria televisão (interpretação imprecisa); entretanto, é possível também entender que Maria liga a televisão de João (interpretação estrita).

No entanto, quando o objeto nulo desaparece, a ambiguidade é resolvida e temos somente a interpretação estrita (que Maria liga a

---

15 Cyrino lembra que, de acordo com Lightfoot (1979, 1991) e Roberts (1993), a mudança linguística acontece de forma gradual através de manifestações superficiais de uma determinada estrutura que acabam gerando uma reanálise diacrônica. Assim, as reanálises ocorridas acabam por desencadear a mudança de um certo parâmetro da gramática. Há três noções distintas que fazem parte da teoria de mudança (ROBERTS, 1993 *apud* Cyrino *op. cit.*):

- (i) Passos: pequenas mudanças visíveis que geram construções menos frequentes, mas ainda permitidas pelo sistema.
- (ii) Reanálise diacrônica: é a análise “errônea” de alguma estrutura: a criança atribui uma estrutura diferente, mas ainda compatível com uma dada estrutura.
- (iii) Mudança paramétrica: ocorre a partir de reanálises diacrônicas em interação entre si provocando a refixação do valor de um dado parâmetro.

16 Do inglês, *Noun Phrase*.

televisão de João).

(97) Ao dormir, João desliga a televisão, mas Maria *a* liga.

Cyrino conclui seu artigo chamando a atenção para alguns fatos que, segundo ela, ainda merecem um aprofundamento na investigação, como o fato de ocorrer, em alguns dados, objeto nulo com antecedente animado<sup>17</sup>, e antecedente [- animado] e [+específico]. Além desses, também foram encontrados em sua pesquisa exemplos de antecedente [+animado] e [+específico] para objeto nulo.

Por outro lado, também encontrou estruturas em que havia antecedente inanimado, mas em que a ocorrência de objeto nulo era impossível, como ilustrado a seguir:

(98) \* De acordo com a lei, não se pode alegar que ignoramos \_\_\_\_i na ocorrência de um crime.

A autora ainda ressalta que, quando consideramos sua hipótese (CYRINO,1997) de que há semelhanças entre o objeto nulo e o processo de elipse e observamos os casos de anáfora do complemento nulo (quando certos verbos permitem que seu complemento seja deixado nulo) pode-se perceber que o aspecto verbal é um fator bastante relevante, como mostra o exemplo:

---

17 A autora esclarece que em seus dados (2002) havia muitos anúncios de jornal relacionados a escravos foragidos e que, por isso, havia antecedentes com traço [+animado].

(99) Tenho vendido muitos sushis, porque os dekassegui querem continuar comendo \_\_\_ depois que voltam ao Brasil. (Jornal de Londrina, 2002)

A interpretação não aceitaria o verbo “comer” como intransitivo, já que o antecedente é [-animado, - específico]. Soma-se a isso o fato de haver um verbo que tem aspecto durativo (continuar) com o gerúndio, o que licencia o objeto nulo.

A partir das constatações acima, pode-se observar que a animacidade, a especificidade e o aspecto verbal atuam no favorecimento ou não do objeto nulo. Esses contextos servirão como parâmetros para o elenco de variáveis internas que poderiam estar condicionando o (não)preenchimento do objeto anafórico na língua portuguesa.

Apresentamos até aqui resultados que comprovam que estamos vivenciando em nossa língua uma tendência à elipse do objeto. Vários são os trabalhos realizados sobre o assunto, dentre eles alguns que comentamos para dar suporte a esta pesquisa. Omena (1978), que associa o uso de clíticos acusativos à escolaridade, partindo de dados de fala de informantes do Rio de Janeiro; Tarallo (1983) que mostra o fenômeno de queda de clíticos em cinco momentos históricos; Duarte (1996), que analisa a realização do objeto na fala paulistana e na linguagem utilizada na TV e Cyrino (2001), que, além de comparar o fenômeno do objeto nulo no PB e no PE analisando revistas brasileiras e portuguesas, analisa diacronicamente o fenômeno em peças teatrais trazendo reflexões teóricas acerca da mudança linguística que está

acontecendo no PB.<sup>18</sup>

Além desses alguns resultados de estudos comparativos entre as duas variedades do português serão apresentados a seguir. Ao comentar as diferenças sintáticas entre o PE e o PB, Tarallo (1993) afirma que tanto o PB quanto o PE apresentam assimetria não só no preenchimento da posição de objeto como na de sujeito também. As duas variedades do português – PB e PE –, segundo o autor, são separadas por uma total assimetria no preenchimento vs. não-preenchimento desses dois argumentos:

	<b>Sujeito</b>	<b>Objeto</b>
<b>PE</b>	-	+
<b>PB</b>	+	-

Galves (1984, *apud* TARALLO, 1993) também analisou o preenchimento do objeto no PB e no PE, observando que:

- (i) Ao contrário do que se constata para o PE, no PB há alta frequência de pronomes resumptivos e categorias vazias na posição de objeto direto, podendo ser assim descritos:

---

18 É importante esclarecer que iremos mostrar alguns resultados sobre os condicionadores internos e externos que motivam o uso do objeto nulo no terceiro capítulo, onde discutiremos a metodologia.



	Cláusula relativa	Cláusula principal
PB	Categoria vazia Pronome lexical	Categoria vazia Pronome lexical
PE	Categoria vazia * pronome lexical	*categoria vazia pronome lexical

Como se pode perceber no quadro, no PB há variação tanto nas cláusulas principais quanto nas relativas, enquanto que, no PE, a categoria vazia fica restrita às cláusulas relativas.

(ii) Contrariamente ao que se observa no PE, há, no PB, tanto em cláusulas relativas quanto em principais, a possibilidade de ocorrência de pronome tônico nominativo “ele” na posição de objeto direto, como nos exemplos dados por Galves:

(100) Esse moço aí, que vi ele ontem... (cláusula relativa) (exemplo [10] em Galves)

(101) Encontrei ele ontem . (cláusula principal) (exemplo [9] em Galves)

(iii) No PB não se podem ligar as categorias vazias na posição de objeto direto a um SN dentro da mesma cláusula:

(102) João ; disse que (*e*); viu Pedro. (exemplo [11] em Galves)

(103) João; disse que Pedro viu (*e*) (exemplo [12] em Galves)

Há, no entanto, a possibilidade de se interpretar a sentença

(103) com base no discurso. Segundo Galves (op. cit), no PB, um tópico

discursivo pode ligar uma categoria vazia na posição de objeto:

(104) Paulo, João disse que Pedro encontrou (*e*) ontem. (exemplo [17] em Galves)

Em línguas que não permitem essas categorias vazias, a posição de objeto é preenchida com pronome tônico (inglês) ou com um clítico (PE):

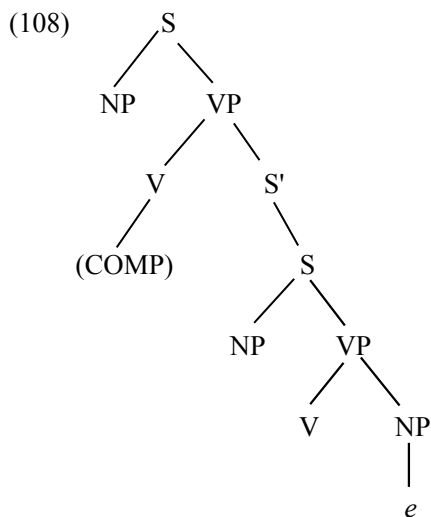
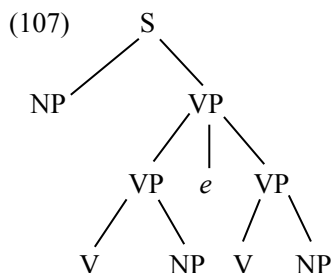
(105) PE: João; disse que Pedro **o** viu.

Agora, contrariamente ao que ocorre com o sujeito, é possível afirmar que o PE é mais orientado para a sentença, pois a posição do objeto é frequentemente preenchida. Já o PB, quanto ao preenchimento de objeto, é mais orientado para o discurso, uma vez que pode permitir a elipse do complemento verbal.

(iv) Para Galves (op. cit) uma categoria vazia na posição de objeto direto é uma variável no sentido proposto por Chomsky (1982). Dessa forma, o exemplo

(106) Eles fabricaram camisetas e venderam (*e*) no Brasil inteiro.

tem uma derivação diferente da de (105), e reforça a análise dentro do modelo de regência e ligação. Observemos a diagramação de (105) e (106), respectivamente em (107) e (108):



Galves explica, considerando o modelo de Chomsky (1981) que, em (107) a variável (*e*) é c-comandada pelo primeiro nó que domina o SN (João). A condição que resulta disso é do tipo-A, que bloqueia a interpretação tópico/ variável. No caso de (108), não há relação de c-comando entre o tópico e a variável *e*, por isso, a condição de ligação entre os dois é permitida.

Dessa maneira, como propõe Galves, é necessária uma expansão da noção de ligação nos termos de Chomsky: “uma posição argumental X pode vincular -A’ uma outra posição argumental Y em uma frase, se X não c-comanda Y”. (GALVES, op. cit. *apud* TARALLO, 1993, p. 57)

- (v) No PE, a posição de objeto não é ligada por uma posição argumental, motivando, por isso, o uso do clítico que liga a

posição de objeto vazia. No PB, a ocorrência de *ele* na posição de objeto direto é explicada pela possibilidade de “ligação-A” (tópico variável).

O esquema a seguir mostra como Tarallo sintetiza a sintaxe do PB e do PE, considerando o lado direito e esquerdo do verbo, de acordo com a proposta de Galves:

SUJEITO	V	OBJETO
	E	
<b>PB</b> = preenchido por <i>ele</i> sob INFL (interpretação dentro ou fora da sentença)	<b>R</b>	Categoria vazia
	<b>B</b>	<i>ele</i>
	<b>O</b>	*pronomes clíticos (ligação no discurso)
<b>PE</b> = vazio (interpretação fora do nível da sentença, no discurso)	V	* ele
	E	* categoria vazia
	R	pronomes clíticos (ligação na S)
	B	
	O	

Com base na análise de Galves para sujeito e objeto, Tarallo conclui que, em relação ao sujeito, a gramática do PB é mais orientada para a sentença que a do PE, que busca no discurso a interpretação do sujeito. No caso do objeto, ocorre o inverso: enquanto o PB é orientado para o discurso, o PE tem orientação mais sintática, mais voltada à sentença. Isso quer dizer que o PB exige mais que o sujeito esteja explícito na sentença, enquanto que o PE busca o referente do sujeito no discurso podendo, portanto, estar implícito na oração.

Em se tratando de objeto, a gramática do PB é mais maleável que a do PE, pois permite sua elipse uma vez que é resgatado mais

facilmente no discurso. A gramática do português europeu, por sua vez, requer o preenchimento da posição de objeto na sentença, pois não resgata o seu referente no discurso, como acontece no PB.

Galves (1986) trata também das diferenças entre PE e PB considerando o pronome *ele*. Com relação ao PE, ela comenta que o pronome *ele* não pode aparecer em posição de objeto. Já no PB, o uso de *ele* aparece na posição de objeto nas seguintes situações, exemplificadas pela autora:

(i) utilizado sozinho:

(109) Encontrei ele ontem.

(ii) retomando um SN tópico explícito:

(110) Esse rapaz, encontrei ele no trem.

(iii) em estrutura relativa com valor de pronome lembrete:

(111) Esse rapaz aí que encontrei ele...

Ao tratar da categoria vazia em posição de objeto, a autora lembra que em PB é comum encontrarmos frases em que a posição de

objeto do verbo não é lexicalmente preenchida e menciona Eunice Pontes, que aponta frases cujos objetos aparecem no início da sentença:

- (112) Esse negócio de tópico eu estou examinando desde o semestre passado.
- (113) A Belina o Hélio levou para a oficina.

Em muitos casos também, o antecedente do objeto nulo aparece na frase anterior, onde desempenha alguma função sintática:

- (114) Apanharam as três maçãs e guardaram no porão.
- (115) Ouvi várias vezes esse disco antes de decidir comprar.

No PE e em outras línguas românicas, o uso do clítico seria obrigatório nessas sentenças. Isso porque a ocorrência de objeto vazio em tais línguas é muito restrita por conta do fato de não poderem receber a interpretação imposta por elas.

Assim, de acordo com a autora, a recuperação de um antecedente se dá com base nos traços pronominais do pronome clítico. Em PB, por outro lado, não é necessária a mediação do clítico, já que a ligação com o tópico é direta, uma vez que ele está sempre acessível.

A autora ainda traz exemplos de Li Thompson (1976) para ilustrar o que ocorre nas línguas de tópico em que há uma ligação direta

do tópico ao objeto:

(116) A: Cadê a revista?

B: Está xerocando.

(117) A linha dele tinha parado de fabricar.

(118) Aquela verba que liberou agora...

Galves chama a atenção aqui para o fato de a ligação do objeto pelo tópico que substitui o uso da voz passiva estar relacionada também com a possível interpretação do sujeito como indeterminado.

Isso acontece porque há relação entre “línguas de tópico e caráter defectivo do elemento de concordância na terceira pessoa: a concordância deixa de ser comprometida com a atribuição de uma referência específica ao sujeito nulo”. (p. 52) Acontece, então, uma reanálise do tópico como sujeito, como ocorre em (117), (118) e também em (119) e (120):

(119) As revistas estão xerocando.

(120) A Belina cabe muita gente ... (exemplo de Pontes)

Quando se trata da questão do objeto e das variações dialetais no PB, a autora lembra que, em algumas situações, ocorre “a perda do caráter pronominal da flexão que terá que ser substituída sistematicamente pelo pronome lexical” (p. 57), numa extensão a todas

as pessoas verbais do que verificamos para a terceira pessoa do singular. Muitas vezes ocorre a extensão à primeira pessoa do que ocorre com a terceira:

(121) Ele viu nós na festa.

(122) Ele chamou eu para conversar.

Apesar de muitos falantes não aceitarem o emprego de nós e eu nas situações em (121) e (122), o que se percebe é que a maioria deles faz uso de um sistema misto de pronomes em posição de objeto, uma vez que usam na terceira pessoa pronome pleno (ele), na segunda, pronome tônico ou clítico (você/te) e, na primeira, pronome clítico (me).

Dessa forma, conclui Galves, há, no Português, na posição de objeto:

- 1º) um sistema que exclui os tônicos e utiliza só os clíticos: português europeu;
- 2º) um sistema que é misto: nível da norma culta do português brasileiro;
- 3º) um sistema em que há possibilidade do pronome tônico objeto em todas as pessoas.



Em Galves (2001), há duas diferenças cruciais quando se comparam o objeto nulo no PB e no PE. Em primeiro lugar, o objeto nulo é frequente, tanto na língua oral quanto na língua escrita enquanto que, no PE, é bastante raro no *corpus* investigado por ela.

Em segundo lugar, no PE, a categoria vazia se alterna com os pronomes clíticos, enquanto que no PB essa alternância ocorre com os pronomes tônicos. A autora traz como exemplos as seguintes sentenças (p. 74):

(123) A Maria encontrou (cv) na feira ontem.

(124) A Maria encontrou-a na feira ontem.

(125) A Maria encontrou ela na feira ontem.

A sentença (124) é considerada bem formada tanto no PB quanto no PE. Já a sentença (125) é aceita em PB, mas agramatical em PE, que aceita como padrão a sentença (124).

O preenchimento do objeto no PB e no PE foi também analisado por Costa S. (2009b). A autora fez uso de peças teatrais de autores florianopolitanos e lisboetas nascidos entre os séculos XIX e XX, com o intuito de investigar quantitativamente o fenômeno da ocorrência de complementos verbais em textos de teatro.

Costa S. levou em conta o preenchimento do objeto em

algumas das peças teatrais<sup>19</sup> que iremos analisar mais adiante. A autora obteve percentuais que revelaram preferência maior pelo uso de objeto nulo no século XX tanto no PB quanto no PE. Ao longo do estudo dessas peças teatrais, foram analisadas ocorrências como as mostradas a seguir:

- (126) “- Agora não, quer cv [beber], é... Só pra me fazer pirraça, tá louco pra tomar cv [um gole], eu sei cv [que você quer beber]. Vá, eu deixo cv [você beber]. Beba tudo, quando você quiser cv [beber].

( PB – Ademir Rosa 1950 / 1997, *Os Lobos*, p. 16)

---

19 Para esse estudo foram analisadas as seguintes peças teatrais:

Teatro europeu:

*O Vício sem máscara*. (1810) – José A. de Macedo  
*O Beijo do Infante* (1898) – D. João Câmara  
*O Camarim* (1910) – Urbano Rodrigues Vitor Mendes  
*Antônio, um rapaz de Lisboa* (1995) – Jorge S. Melo

Teatro catarinense:

*Brinquedos de Cupido* (1898) – Antero dos Reis Dutra  
*Um cacho de mortes* (1881) – Horácio Nunes  
*Os Lobos* (1980) – Ademir Rosa  
*Flores de Inverno* (1992) – Antônio Cunha

(127) “ - O que lhe dizia

- Não sei **cy** [o que lhe dizia]. O tio André nunca **nos** contou **cy** [o que lhe dizia]”

(PE – D. João G. Z. da Câmara 1852/1908, *O Beijo do Infante*, p. 600)

(128) “- Já veio, Snr. Mendes

- Não sei **cy** [se já veio], Snr.

- Não sei **cy**, [se já veio] em? Não sei **cy** [se já veio]”

(PB Antero dos Reis Dutra, 1855- 1911, *Brinquedos de Cupido*, p. 101)

Os resultados que obtivemos nesse estudo piloto são mostrados a seguir:

	<b>Objetos nulos no PE</b>	<b>Objetos nulos no PB</b>
<b>Século XIX</b>	20% (8/40)	47% (21/45)
<b>Século XX</b>	69% (35/51)	77% (40/52)

**Tabela 7:** Percentual de objetos nulos, por século, no PB e no PE

A tabela mostra que, tanto no século XIX quanto no século XX, o percentual de uso de objeto nulo em peças teatrais do PE é menor que em peças teatrais do PB. Entretanto, se compararmos os dois séculos, será possível notar que no PE houve um aumento significativo – de 20 para 69 – no percentual de uso de objetos nulos. Da mesma maneira, no

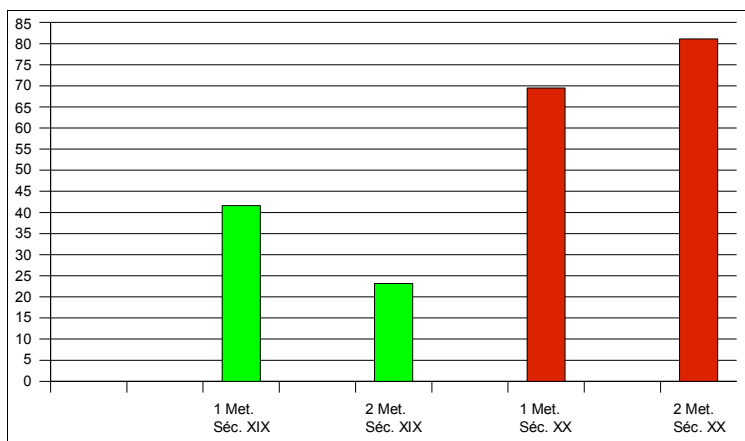
PB também a chegada do século XX trouxe um aumento elevado no percentual de elipse do objeto. Isso parece confirmar, mais uma vez, que há tanto no PE quanto no PB uma tendência à mudança no que diz respeito à realização do objeto na língua portuguesa.

Ao observarmos os resultados de Cyrino (1997), constatamos que houve uma inversão nos percentuais de preenchimento e de apagamento de objeto do século XVI para o século XX: enquanto no século XVI observamos 31% de nulos e 89,3% de preenchidos, no século XX o percentual de nulos foi de 79,1% e o de preenchimento, 20,9%. Isso pode revelar que, à medida que o tempo passa, a tendência é de haver cada vez mais a preferência pela elipse do objeto.

Os resultados obtidos no estudo preliminar realizado por Costa S. também revelaram que os textos teatrais do século XX apresentam um percentual bastante alto de objetos nulos em relação ao século anterior, o que indica que o PB está em mudança quanto a nosso objeto de estudo e confirma os resultados mostrados por Cyrino (1990) quanto ao preenchimento do objeto anafórico.

### **1.3 Algumas considerações**

A partir dos resultados obtidos com as análises quantitativas do preenchimento do objeto feitas por Cyrino (1990), entre outros, é possível perceber que os percentuais de objetos nulos nos séculos XIX e XX variam bastante ao longo da história e, principalmente, que aumentaram de modo considerável do século XIX para o XX, conforme ilustra o gráfico a seguir:

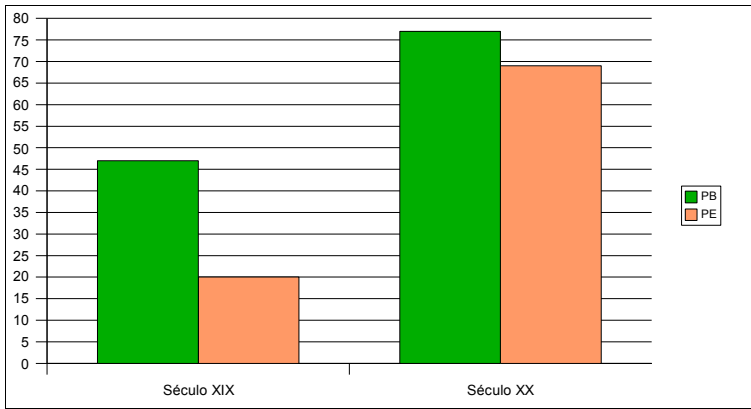


**Gráfico 1:** Percentual de objetos nulos dos séculos XIX e XX, no PB (adaptado de CYRINO, 1990)

Além disso, Cyrino (2001) constatou que, se no PB há preferência pela elipse do objeto, no PE os clíticos acusativos mantêm seu lugar e a exceção, como a autora mostrou em sua pesquisa, é a omissão do objeto. Qualitativamente e de forma contrária ao que prega a gramática tradicional, os estudos mostraram que os clíticos foram os menos utilizados pelos falantes para exercer a função de objeto (Cf. DUARTE, [1986], 1989). Ao considerar a *hierarquia da referencialidade*, Cyrino mostrou que preencher ou não a função de objeto não é apenas uma questão de estilo ou de uma mera opção. O uso de complementos verbais explícitos está, na verdade, atrelado à necessidade de embutir clareza e precisão ao que se está informando.

Galves (1986), por sua vez, aponta três sistemas com que convivemos para preenchimento do objeto: o dos clíticos, o misto e o de pronomes tônicos em todas as pessoas.

O estudo preliminar realizado por Costa S. (2009b) acerca do preenchimento do objeto em uma pequena amostra de peças teatrais de autores lisboetas e florianopolitanos dos séculos XIX e XX também parece apontar, a exemplo dos resultados de Cyrino (1990), para uma tendência à elipse do objeto anafórico:



**Gráfico 2:** Percentual de objetos nulos no PB e no PE dos séculos XIX e XX (Cf. COSTA, S., 2009)

Interessante observar no gráfico que no PE também há um aumento no percentual de objetos nulos do século XIX para o século XX, podendo revelar que, assim como está ocorrendo no PB, no PE há um processo de variação/ mudança quanto à realização do objeto anafórico.

Ao constatar que, embora em menores percentuais que no PB, o PE também caminha rumo à elipse do objeto anafórico, os resultados obtidos por Costa S. (2009) vão de encontro às hipóteses apresentadas por Galves (1989) e Cyrino (2001). Isso porque a primeira defende que enquanto no PB o objeto nulo ocorre com frequência, no PE a

preferência é dada ao preenchimento. Da mesma forma que Galves, Cyrino também aponta que os objetos nulos no PE constituem exceções.

Diante desse quadro, nossa proposta é investigar qual o comportamento do objeto quanto à realização no PB catarinense e no PE lisboeta representado nas peças de teatro dos séculos XIX e XX. Os resultados obtidos, após confrontados com outros, poderão contribuir com estudos do PB e do PE, quanto à realização do objeto em peças teatrais específicas de Santa Catarina e de Lisboa, numa perspectiva diacrônica.

Com o objetivo de investigar de que forma (não) acontece o preenchimento do objeto anafórico no português florianopolitano e lisboeta, partimos das seguintes hipóteses gerais, às quais outras, mais específicas, serão acopladas no capítulo III deste trabalho:

- I) há mais propensão ao apagamento do objeto anafórico no PB que no PE;
- II) à medida que se aproxima o final do século XX, há maior tendência à elipse de objeto que nos primeiros anos do século XIX, principalmente no PB;
- III) a animacidade e especificidade deverá ser um fator importante para a opção pelo preenchimento do objeto anafórico, tanto no PB quanto no PE, como já atestado em outras pesquisas;
- IV) há, possivelmente, duas gramáticas no PB: uma que mantém o preenchimento do objeto anafórico e outra, inovadora, em que,

em contextos de anáfora, o objeto é omitido.



## CAPÍTULO II

### *ENQUADRAMENTO TEÓRICO*

#### **2.0 Introdução**

Este capítulo tem início com a apresentação dos postulados sobre variação e mudança linguística, seguida de comentários acerca da regra variável e variação na sintaxe, com a famosa discussão entre Labov (1978) e Lavandera (1977).

A segunda seção traz à tona noções sobre a teoria gerativa, seguidas da polêmica iniciada por Borges Neto (1987; 2004) e que envolve a proposta de Tarallo (1986) sobre o camaleão-linguista e a de Tarallo e Kato (1989), a respeito de se aproximarem a sociolinguística e a teoria gerativa. Por último, em defesa da existência de gramáticas em competição, em certo estágio do processo de mudança linguística e da propagação constante dessa mudança, está a quarta seção do capítulo, com base na proposta de Anthony Kroch (1989; 1994; 2001).

#### **2.1 Postulados sobre a teoria da variação e mudança linguística**

Nesta seção serão apresentados, primeiramente, os postulados teóricos que envolvem a variação e mudança linguística e, logo após, é trazida a discussão entre Weiner e Labov (1978) e Lavandera (1977) acerca da regra variável.

## Mudança linguística

Logo na introdução do clássico *Empirical Foundations for a Theory of Language Change* (WLH, 1968), os autores comentam sobre o termo “teoria da mudança linguística” considerando sua “forma forte” e sua “forma fraca” e criticando a teoria gerativa. No primeiro caso, explicam os autores, a teoria seria constituída a partir da descrição, em determinado momento do tempo, de um estado de língua e do curso da mudança que ela sofreria em um certo intervalo de tempo. Seria, portanto, uma teoria preditiva. Tecendo comentários acerca dessa teoria, Tarallo (1990) cita como exemplo, no capítulo de abertura de seu livro, o texto de Paranhos (1850). Tarallo explica que, se considerássemos o texto com base em uma teoria forte da história da língua portuguesa, deveríamos ser capazes de prever os desenvolvimentos pelos quais a língua passaria ao longo dos anos.

No segundo caso, o da “forma fraca”, a teoria chomskyana defende que as línguas sofrem alteração e considera restrições quanto à transição de um estado para outro da língua, sem fazer predições quanto ao que acontecerá, mas, sim, quanto ao que não acontecerá, “pois nenhuma língua assumirá uma forma que viole os princípios formais postulados como sendo universais nas línguas humanas.” (p. 35).

De acordo com Tarallo (*op.cit.*), nem uma nem outra versão das teorias de mudança linguística tem relevância quando o assunto é história da língua. Tal rejeição surge a partir do momento em que o modelo gerativo considera a língua como um objeto homogêneo:

Muito antes de se poder esboçar teorias

preditivas de mudança linguística, será necessário aprender a ver a língua – seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico – como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada. (WLH, *op. cit.*, p. 35)<sup>20</sup>

Assim, WLH (1968) estabelecem uma teoria de mudança da língua visando a formular um novo modelo teórico para orientar a pesquisa linguística na qual defendem a sistematicidade ordenada do processo de mudança. Tal modelo se opõe à ideia de que a comunidade de fala é homogênea; ao invés disso, defende que a variabilidade é inerente ao sistema linguístico em uso. Os autores, então, reconhecendo a importância de levarem em conta a heterogeneidade linguística, acabam criticando a teoria chomskyana da década de 1960, que postulava que

[a] teoria linguística se ocupa de um falante-ouvinte ideal, numa comunidade de fala completamente homogênea, que conhece sua língua perfeitamente e não é afetado por condições gramaticais irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, alterações de atenção e interesse, e erros (aleatórios ou característicos) ao aplicar seu conhecimento da língua em desempenho real (CHOMSKY, 1965, p. 3-4, *apud* WLH, *op. cit.* p. 60)

Para WLH (*op. cit.*), portanto, os que seguem os modelos

---

20 Todas as citações de WLH (1968) feitas neste trabalho foram extraídas do livro *Fundamentos Empíricos para uma Teoria de Mudança Linguística*, traduzido por Marcos Bagno, em 2006.

chomskyanos falham na medida em que levam em consideração uma comunidade homogênea e “elegem” um informante como seu representante ideal. Os três autores afirmam discordarem da posição de Chomsky quando ele declara que a diversidade não é relevante para a teoria e que não há razão suficiente para mudar de ideia quanto ao fato de que “os desvios de um sistema homogêneo não são todos erros aleatórios de desempenho, mas são num alto grau codificados e partem de uma descrição realista da competência de um membro de uma comunidade de fala.” (p. 60)

Dessa maneira, os autores deixam claro discordarem dos modelos chomskyanos da década de 1960 para quem o objeto de estudo é uma comunidade homogênea, abstrata, da qual fazem parte falantes/ouvintes ideais.

WLH questionam, ainda, os dados analisados pelos gerativistas que, muitas vezes, resultam da intuição (ou julgamento) que os linguistas e os falantes têm sobre a linguagem. Para os autores, é necessário que se analisem os dados do cotidiano, pois só assim será possível produzir uma teoria compatível com a realidade linguística. Não se pode, segundo eles, produzir uma teoria com base em dados provenientes do julgamento dos falantes ou dos próprios linguistas, sem analisar os dados em seu contexto real de uso. Portanto, contrariamente ao que propõe Chomsky (1965), para WLH, são os dados linguísticos que determinam a teoria. É preciso que, primeiro, se observem os dados no uso cotidiano para depois, então, relacioná-los à teoria.

Na verdade, não somente Chomsky foi criticado, mas também Saussure ([1916] 2006), para quem a língua era considerada homogênea. Apesar de ter caracterizado a língua (*langue*) como social

e a fala (*parole*) como individual, Saussure não reconhece a heterogeneidade da língua, sugerindo que as diferenças, o desvio da norma, são imprecisões de desempenho, não devendo, portanto, ser descritas sistematicamente. Para ele, é possível estudar o aspecto social da linguagem observando-se um único indivíduo (paradoxo saussureano), enquanto que, para Labov, a língua é heterogênea e essa heterogeneidade é sistemática e deve ser estudada na comunidade de fala.

Saussure (1916) remete-nos, ainda, às ideias de Hermann Paul (1880, *apud* WLH [1968] 2006)<sup>21</sup> para quem a uniformidade dos processos linguísticos era a base do exato conhecimento científico desses processos. Tanto Saussure quanto Paul entendiam que para se lidar com a língua como fenômeno social era necessário considerá-la como completamente homogênea, fato que, conseqüentemente, comprometia o conhecimento acerca da língua.

Além disso, o modelo laboviano mostra-se contrário à proposta de Saussure quanto à imanência, segundo a qual os fatos linguísticos podem ser explicados por meio de outros fatos da língua. Na verdade, segundo Labov, é necessário que se considere o componente social, ou seja, os fatores extra linguísticos envolvidos nos fatos da língua.

Por último, Labov discorda de Saussure quando este considera a sincronia como a realidade verdadeira e única sobre os fatos linguísticos. Segundo o modelo laboviano, o estudo da variação e mudança no sistema linguístico deve passar pela investigação de fatos sincrônicos e diacrônicos.

WLH (*op. cit.*) criticam, além de Saussure e Paul (1880),

---

21 *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Halle: Niemeyer, 4ª ed.: 1909; 5ª ed.: 1920.

Bloomfield (1933). A exemplo de Paul, Bloomfield também defende que o mecanismo da imitação é responsável pela mudança. Segundo ele, a mudança aconteceria quando o indivíduo imitasse os hábitos de fala de seus companheiros; tal imitação seria determinada pelo grau de prestígio do modelo a ser imitado.

Assim, revelando discordarem das ideias desses autores, WLH deixam claro que, para eles, os informantes são reais, cometem toda sorte de “desvio da norma” a que estamos sujeitos e, portanto, a comunidade de fala é heterogênea; por isso, acreditam que os desvios do sistema dito homogêneo não são erros de desempenho e nem seriam desvios; antes, são resultado da competência linguística dos membros da comunidade de fala.

Antes de qualquer predição, vale ressaltar que, para se estudar uma língua, é necessário que ela seja considerada sincrônica e diacronicamente, como algo que possui heterogeneidade sistemática. Assim, para que se constate a mudança linguística, é preciso saber que ela tem início quando existe a generalização de uma alternância em uma comunidade de fala que começa a assumir o caráter de diferenciação sistemática.

Além disso, outra questão importante para o estudo da mudança linguística é que o domínio de uma língua pressupõe o controle de fatores heterogêneos que fazem parte da estrutura linguística, incluindo a diferenciação dos falantes e de seus estilos na comunidade de fala. Por essa razão, só é possível dizer que há domínio da língua quando há controle dessas estruturas heterogêneas.

É importante lembrar, no entanto, que, apesar de a variabilidade e heterogeneidade fazerem parte do processo de mudança, nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura da

língua são indicativos de que a língua esteja mudando. O processo de mudança não acontece de modo uniforme e nem tampouco instantâneo, uma vez que ele envolve a co-existência de várias mudanças, relacionadas a longos períodos de tempo.

WLH (*op.cit.*) apontam que é preciso que se considerem cinco problemas empíricos para se estudar a mudança linguística: restrição, encaixamento, transição, avaliação e atuação ou implementação. Tais problemas representam as etapas que devem ser observadas durante o período de variação de um determinado fenômeno na língua até que dê origem (ou não) à mudança linguística. É preciso lembrar que a mudança não ocorre de maneira repentina e que ela só ocorrerá se o sistema permitir.

O primeiro problema empírico tratado por WLH (*op. cit.*) é o da restrição ou dos fatores condicionantes. Segundo os autores, um dos objetivos da teoria de mudança é determinar o conjunto de mudanças possíveis bem como as possíveis condições necessárias para que a mudança ocorra. Tais condições, explicam os autores, podem ser internas e externas. Podemos citar, como exemplo no PB, a variação dos pronomes *tu* e *você* no português falado nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que é motivada por fatores sociais e linguísticos (Cf. LOREGIAN-PENKAL, 2004).

Lucchesi (2004), por sua vez, chama a atenção para o fato de que definir as condições que favorecem ou restringem a mudança acaba por conduzir “a uma tipologia das mudanças associada a uma relação das tendências gerais observadas nos processos de mudança”. (p.173) Vista desse modo, a teoria da mudança parece estar relacionada à ideia de que as mudanças seguem princípios universais. Por isso, o autor lembra que Labov (1982) reconhece e retifica as afirmações

feitas no texto de 1968:

Se nossa visão dos estágios históricos focaliza estados discretos, o problema é como passar de um estado a outro; em uma perspectiva mais dinâmica, a questão é traçar o caminho do desenvolvimento linguístico através de um espaço fonológico ou gramatical multidimensional. (LABOV, 1982, p. 27)

Assim, faz-se necessário lembrar que Labov (1982) trata os condicionantes dentro do problema do encaixamento a fim de investigar social e estruturalmente de que modo a variação e mudança linguística se encaixam no sistema. Então, ao mesmo tempo em que se está tratando do encaixamento, os fatores condicionantes também estão sendo apontados. Também cabe lembrar que, para o autor, o encaixamento estrutural, apesar de sua importância extrema, não é suficiente, pois não é possível ter plena consciência do condicionamento da mudança sem encaixá-la no quadro das relações sociais. No caso da análise que vamos desenvolver nesta pesquisa, considerando o problema da restrição, fizemos o levantamento de fatores linguísticos e do fator social época de estreia/publicação da peça que podem ter influenciado no PB e no PE o (não) preenchimento do objeto nos séculos XIX e XX.

Considerando nosso propósito de analisar o PB e o PE com o intuito de saber se para o português catarinense e o português lisboeta observamos um esvaziamento do objeto e como essa mudança está ocorrendo no sistema, – a exemplo do que constataram estudos sobre outros *corpora*-, levaremos em conta em nossa investigação os cinco



problemas empíricos apontados por WLH (*op. cit.*): a restrição, o encaixamento, a transição, a avaliação e a implementação da mudança.

O problema da restrição diz respeito ao levantamento das condições que favorecem ou restringem as mudanças do qual resulta um conjunto de possíveis mudanças na língua.

No caso do (não)preenchimento do objeto anafórico, por exemplo, pesquisas têm atestado que o fator animacidade do referente é condicionante para a ocorrência de objetos anafóricos nulos. Assim, quando o referente tem traço [- animado], o apagamento do objeto seria favorecido e, quando o traço é [+ animado] haveria restrição à elipse e favorecimento do preenchimento.

Quanto ao encaixamento da mudança linguística, são questionados ainda o modo como as estruturas linguística e social comportam a mudança e quais seus reflexos, uma vez que a mudança é sistemática e pode ter reflexos nas outras estruturas da língua também.

É consenso entre os linguistas que as mudanças na língua devem ser vistas como encaixadas no sistema; portanto, não ocorrem de forma isolada, tanto que, em muitos casos, ocorre a mudança em cadeia (uma mudança provoca a outra). Assim, de acordo com WLH (*op. cit.*), é preciso considerar questões que envolvam a natureza e a extensão desse encaixamento. Como exemplo de encaixamento linguístico, podemos citar a entrada de *você* na língua portuguesa.

Ao entrar no paradigma pronominal da língua portuguesa, a forma *você*, originada de *Vossa Mercê*, passa a substituir o pronome *tu* na maioria das regiões brasileiras.

No século XVI, segundo o que explica Faraco (1996), as formas de tratamento não íntimo em Portugal eram *vós* (forma universal), *Vossa Senhoria* (entre aristocratas) e *Vossa Mercê* (entre as

outras pessoas). Nesse período, *vós* começa a perder sua posição para as outras formas, *Vossa Mercê* é usada com status socialmente inferior a *Vossa Senhoria*. Em termos de formalidade, essas três formas se opõem a *tu*.

A simplificação fonética de *Vossa Mercê* (*vossa mercê* >*você*> (o)cê) e o processo de arcaização de *vós* têm início no final do século XVI. Da simplificação fonética de *Vossa Mercê* originou-se o pronome *você*.

No dialeto caipira, variedade linguística usada pelos caboclos do interior de São Paulo na época da ocupação europeia no Brasil (século XVI), segundo Amaral (*apud* FARACO, 1996, p., 64), não ocorre *vós* e *tu* é de ocorrência rara, mas são usadas formas relacionadas a *Vossa Mercê* como *vossuncê*, *vassuncê*, *mecê*, *vancê*, *vacê*, *você*.

Atualmente constatamos o uso de *vós* apenas em discursos relacionados ao campo religioso e jurídico. Há regiões no Brasil em que o *tu* não é utilizado e o *você* é o pronome usado no tratamento íntimo. Considerando-se o sul do Brasil, um estudo realizado por Menon e Loregian-Penkal (2002) com 24 informantes de cada localidade mostrou que, enquanto em Curitiba ocorre o uso categórico de *você*, em Porto Alegre 14 informantes só usam a forma *tu*, e 9 alternam *tu/você*. Em Florianópolis, a situação encontrada foi semelhante à de Porto Alegre: 13 informantes só usaram *tu* e 10 alternaram *tu/você*.

As autoras explicam que isso ocorre possivelmente porque a implantação de *você* como consequência da vinda dos vicentinos da Capitania de São Vicente em direção ao sul do Brasil atingiu primeiramente Curitiba, passando pelo planalto Catarinense e parte do

Rio Grande do Sul. Assim, observa-se, em algumas regiões, que o uso do *tu* co-ocorre com o uso de *você*, sendo o primeiro utilizado com interlocutor íntimo e familiar e o segundo, quando se trata de pessoa mais velha ou desconhecida.

A entrada de *você* no PB acabou repercutindo gramaticalmente de várias formas. Por se tratar de uma forma que leva o verbo para a terceira pessoa do singular, ela manteve algumas propriedades morfológicas de terceira pessoa do singular, embora a interpretação passe a ser de segunda pessoa.

O emprego de *você* acarretou um rearranjo no sistema pronominal (Cf. FARACO, 1996). Houve fusão do paradigma de segunda pessoa com o de terceira pessoa do singular e a eliminação do paradigma de segunda pessoa do plural.

Surgiram, ainda, entre outras alterações, novas possibilidades de uso dos pronomes: *você* com *te ~ lhe ~o(a)*, *teu ~seu / tua ~sua* e, ainda, *vocês* com *lhes ~vocês ~os*, *seus ~teus ~de vocês*.

No caso de nosso objeto de estudo - o objeto anafórico - constata-se que essas novas possibilidades de uso de pronomes começaram também a constituir não só o quadro de pronomes sujeitos, mas também um novo quadro de possibilidades de complementos verbais, gerando estruturas como as que mostramos a seguir:

(i) Pronomes plenos como objetos

(129) a . Eu o vi.

b. Eu vi você.

c. Eu vi ele.

d. Eu vi a gente.

e. Eu vi tu.

(ii) Pronomes plenos ou elipse do objeto

(130) a . Eu vi -o.

b. Eu vi ele.

c. Eu vi Ø.

(iii) Pronome de 2ª pessoa com forma verbal igual a de 3ª pessoa, em lugar de elipse de sujeito

(131) a . Ø Viste.

b. Tu viu / viste.

(iv) Elipse do clítico

(132) a . Ele me viu.

b. Ele Ø viu.

Além disso, como não existe no português uma morfologia verbal específica para cada pessoa, a entrada de *você* – assim como a de *a gente* – passou a exigir o preenchimento do sujeito, sob pena de algumas construções ficarem ambíguas com o sujeito elíptico:

(133) (Ele? Ela? Você? A gente?) Foi a festa ontem.

(134) (Ele?, Ela?, Você?, A gente?) Viajou de trem pela Europa.

Como explica Faraco ([2005] 2007), uma conjuntura sócio-

histórica da Alta Idade Média lusitana provocou a entrada de um sistema de tratamento do interlocutor (*você*) combinado com a terceira pessoa do verbo. Tal fato gerou várias mudanças no nível morfológico e sintático da língua, como o preenchimento dos pronomes-sujeitos em orações declarativas simples (Cf. FARACO, 1982, *apud* FARACO *op. cit.*)

WLH alertam, ainda, de acordo com Faraco (*op. cit.*), para o fato de que, quanto ao encaixamento na estrutura linguística, é preciso ampliar a estrutura da língua em que ocorrem os traços que estão mudando para além do idioleto. Eles propõem um modelo de língua que tem

- 1) estratos discretos, coexistentes, definidos pela co-ocorrência estrita, que são diferenciados e conjuntamente disponíveis a uma comunidade de fala e
- 2) variáveis intrínsecas, definidas por co-variação com elementos linguísticos e extralinguísticos.

Além disso, afirmam que a mudança, na maioria das vezes, não envolve o movimento de um sistema inteiro para outro, ou seja, não ocorre de forma abrupta. O que ocorre é o movimento de um conjunto limitado de variáveis num sistema que altera seus valores modais de um polo ao outro, de maneira gradual. Assim, tanto nos casos em que as variantes das variáveis são contínuas quanto nos casos em que são discretas, a variável tem um espectro contínuo de valores incluídos na frequência com que ocorrem em variantes individuais na fala.

A outra questão diz respeito ao encaixamento na estrutura social. Para Faraco (*op. cit*), em se tratando de encaixamento social, de acordo como o que os estudos têm apontado, há pelo menos cinco grupos de fatores que podem ter relevância para a mudança linguística: grupos socioeconômicos, idade, sexo, etnia, localização espacial (cidade X campo). Ainda de acordo com Faraco, é possível fazer algumas generalizações que acabam também por orientar a investigação histórica:

- a) as mudanças têm início em um grupo socioeconômico intermediário que começa a fazer generalizações em relação a uma determinada variante;
- b) nesses grupos, os falantes que estão mais avançados no uso e na difusão da forma “nova” – inovadores – são os que têm mais prestígio social;
- c) os “inovadores” interagem com grande número de pessoas na comunidade e também fora dela;
- d) a fala das mulheres se aproxima mais da norma culta que a dos homens. Entretanto, quando se trata de mudança em progresso, elas são menos conservadoras; para a maior parte das mudanças, elas estão uma geração à frente dos homens;
- e) apenas quando ganham estatuto social (emprego, moradia e acesso à estrutura social) os novos grupos étnicos que entram na comunidade começam a participar da mudança em progresso.

f) A difusão das mudanças faz o seguinte percurso: grandes centros urbanos - centros médios - centros pequenos - zona rural.

A partir do momento em que a estrutura linguística em mudança está encaixada no contexto da comunidade de fala, as variações sociais e geográficas passam a ser também elementos que podem exercer influência sobre a estrutura linguística. Um exemplo de encaixamento na estrutura social é o estudo realizado por Loregian-Penkal (2004) com informantes da região sul do Brasil, em que foi constatada uma maior probabilidade de uso de *você* por informantes do sexo masculino, com nível de escolaridade menor e com idade superior aos demais informantes da amostra.

Dessa maneira, é possível afirmar que os fatores sociais (sexo, faixa etária, escolaridade, etnia etc.) atuam sobre o sistema linguístico, embora não exerçam influência sobre todos os aspectos do sistema, pois as estruturas linguísticas não se encaixam da mesma maneira na estrutura social e, em alguns estágios, pode haver pouca relação com fatores sociais.

Para Lucchesi (2004), “é o encaixamento na estrutura social que representa um dos mais importantes avanços do modelo sociolinguístico, em relação aos modelos anteriores de análise da mudança linguística.” (p.176) Segundo o autor, reconhecer que a análise linguística não é suficiente para explicar o processo da mudança e considerar nesse processo os fatores sociais revela uma percepção mais abrangente do percurso histórico de constituição da língua e da língua como objeto de estudo. Essa visão gera, de acordo com o autor, três tarefas consideradas por ele “imensas e desafiadoras”:

- (i) exigência de um número maior de dados para explicar os fatos linguísticos;
- (ii) compreensão das redes de relações sociais nas quais a atividade linguística se realiza e
- (iii) saber em que medida e em que grau de intensidade ocorrem as variações.

Entretanto, para ele, apesar dos avanços alcançados pela sociolinguística variacionista, alguns problemas têm surgido e a raiz do problema está na “colocação do problema do encaixamento em função das causas da mudança linguística”; para justificar sua posição, Lucchesi cita Labov:

As fases interna e externa da questão conduzem diretamente ao estudo das causas e efeitos da mudança: o estudo do problema do encaixamento é a área em que foram feitos os maiores progressos no entendimento das causas e efeitos da mudança. (LABOV, 1982, p.28)

Lucchesi (*op. cit.*) critica essa abordagem, a que chama ‘causalista’, apontando alguns problemas no campo teórico-metodológico que podem emergir:

- 1) confusão entre sistema linguístico da comunidade de fala e competência do falante individual, que pode surgir a partir da identificação entre explicação e predição;



2) o bloqueio do desenvolvimento de análises qualitativas da interação entre estrutura linguística e estrutura social gerado pelo empiricismo decorrente dessa visão causalista;

3) prejuízo de análises da interação e a estruturação da língua e a rede de relações sociais causado pela colocação do problema em termos causais.

O autor comenta, ainda, a afirmação de Labov (1982, p. 28)

Análises quantitativas recentes de contextos internos e externos – linguísticos e sociais – têm enfatizado a sua relativa independência e necessidade de se dividir o problema do encaixamento em duas partes distintas.

Para ele, a afirmação de Labov pode ser interpretada, de um lado, como um procedimento técnico-metodológico, para a organização dos dados e, por outro, como uma “capitulação diante da questão mais fascinante e mais desafiadora do problema do encaixamento: *em que medida, e como, se dá a correlação entre o processo de estruturação da língua e o conjunto das relações sócio-históricas na comunidade de fala.*” (177 – grifo do autor). Lucchesi conclui afirmando, ainda, que apesar de o problema do encaixamento ser o mais importante e produtivo campo de trabalho da sociolinguística, é nele que essa perspectiva encontra suas maiores dificuldades e desafios.

Assim, levando em consideração todos os questionamentos que

envolvem o problema do encaixamento, buscaremos observar o fenômeno do preenchimento do objeto no PB e no PE de algumas peças teatrais dos séculos XIX e XX quanto à maneira como se instalou no sistema linguístico, bem como sua possível relação com outros fenômenos observados na língua portuguesa. Observamos, por exemplo, como a mudança no paradigma pronominal da língua afeta / está afetando o quadro de pronomes oblíquos do português do Brasil e de Portugal.

Outro problema a que se referem WLH (*op. cit.*) é o problema da transição. Ele está relacionado ao modo como a mudança ocorre e às etapas que ela precisa ultrapassar e que, segundo os autores, são

- (i) aprendizagem (aquisição) da nova forma;
- (ii) convivência entre a nova forma e a mais antiga, e,
- (iii) “vitória” de uma das formas sobre a outra, até que uma delas se torne obsoleta.

Não se pode esquecer que, em se tratando de mudança, a forma antiga não é meramente substituída pela forma nova; existem fases em que as duas formas – velha e nova – coexistem e concorrem até que a ocorrência de uma em oposição à outra diminua de modo gradual.

É preciso que o linguista não somente se dê conta de que uma mudança ocorreu na língua, mas que conheça o processo através do qual a mudança ocorre, se acontece de maneira discreta ou através de um *continuum*. Labov (1982) chama a atenção para a necessidade de se “traçar o caminho do desenvolvimento linguístico através de um

espaço fonológico ou gramatical multidimensional.” (p. 27)

WLH chamam a atenção para a importância de considerarmos todo dialeto como transicional lembrando que “não há qualquer necessidade de distinguir entre a mudança intradialetal e mistura de dialetos [conjuntamente disponíveis]” (*op. cit.*, p. 122)<sup>22</sup>.

Segundo os autores, parece ser os falantes bidialetais ou, geralmente, os falantes com sistemas heterogêneos caracterizados pela diferenciação ordenada, os responsáveis pela transição ou transferência de traços de um falante para o outro. A mudança pode ocorrer

- a) à medida que um falante aprende uma forma alternativa;
- b) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência e
- c) quando uma das formas se torna obsoleta.

Os autores concluem afirmando que as evidências empíricas indicam que não são os pais que influenciam as características dialetais das crianças; mas sim seu grupo de pares, dominante de seus anos pré-adolescentes.

A transição pode ocorrer, entre outras formas, (i) através de estruturas gramaticais; (ii) ao longo da vida dos falantes; (iii) entre os indivíduos, na comunidade de fala e (iv) entre as comunidades de fala. Independentemente da maneira como ocorra a transição, Labov (1982)

---

<sup>22</sup> Nesse sentido, também revelam discordar de Saussure ([1916] 2006), que postula a existência de um sistema homogêneo.

considera que, para formular uma teoria de mudança, o lugar do falante na comunidade de fala é essencial. Labov (*op.cit*), quando trata da transição durante a vida dos falantes afirma que, em se tratando de mudanças gramaticais, as evidências mostram que esse tipo de mudança pode afetar tanto adultos quanto crianças, que acabam adquirindo a forma mais nova ao mesmo tempo. O autor conclui que as mudanças sintáticas não são detectadas em uma análise sincrônica, somente.

Por último, ao tratar de transição entre comunidades de fala, o autor afirma que podemos levar em consideração a densidade da interação verbal, pois quanto maior for a intensidade da interação, maior será a influência de uma língua sobre a outra. Além disso, se considerarmos o tamanho da população, será possível perceber que os centros urbanos maiores exercem influência sobre os menores, que acabam muitas vezes por se adaptarem, por uma questão de prestígio, ao vernáculo da localidade maior. Com relação a este estudo e ao problema da transição, procuraremos observar, ao longo dos anos de estreia ou publicação de cada peça teatral, como o preenchimento do objeto é realizado.

Outro problema do processo de mudança a que WLH (*op. cit.*) se referem é a avaliação, ou seja, o entendimento da mudança e a descrição do seu processo bem como a consequente avaliação pelos membros da comunidade de fala.

Segundo os autores, é necessário que a teoria da mudança linguística estabeleça empiricamente os correlatos subjetivos dos diversos estratos e variáveis numa estrutura heterogênea. A avaliação, segundo Labov (1982), pode ser observada em dois níveis, o da comunidade de fala e o do indivíduo. Em uma comunidade de fala, há

escalas no comportamento avaliativo de seus membros. Assim, quando em um estágio inicial da variação, os estudos mostram que há um nível baixo de atenção social. Isso porque os membros da comunidade de fala não se referem à mudança, pois ela é quase imperceptível, não há valor social e, portanto, não há estigma.

Quando existe alternância estilística (monitoração) juntamente com estratificação social, dizemos que o estágio é intermediário. Nessa fase, os indivíduos não conseguem perceber que as duas formas provêm dos mesmos sujeitos. Por fim, dizemos que o estágio é final (implementação) quando há o reconhecimento social e as diferentes avaliações vêm à tona. Há tendência de que as formas próximas às de prestígio permaneçam, que surjam estereótipos com atributos negativos e os membros da comunidade passem a rejeitar as formas estigmatizadas. A avaliação da mudança linguística pelos membros da comunidade de fala ocorre pelo seu significado social, de prestígio ou não. É importante lembrar que, dependendo do grau de aceitação de uma determinada forma, os membros da comunidade linguística poderão adotá-la ou não. Assim, a comunidade de fala passa a ser responsável pelo bloqueio ou implementação de determinada mudança.<sup>23</sup>

Sabemos que as formas mais conservadoras, dependendo do fenômeno, são, geralmente, mais usadas no trabalho, enquanto que as mais inovadoras ocorrem nas brincadeiras, na interação com os amigos e familiares. Quanto mais formal for o estilo da fala, maior será o prestígio da variante e, quanto mais informal for o estilo, menor será o seu prestígio. Por fim, é preciso saber que os processos de mudança

---

23 Muitas vezes, para investigar como o falante reage a determinadas formas linguísticas, é aplicado um *questionário de atitude*.

linguística de uma comunidade podem ser acelerados ou retidos pelos falantes que se identificam com as formas novas ou as rejeitam, uma vez que o grau de avaliação das formas pode ser percebido através das reações e atitudes dos falantes.

No estágio inicial da mudança, as comunidades pouco percebem que há uma forma nova buscando seu espaço. Mais tarde, ocorre um deslocamento estilístico (a variante inovadora ocorre com mais frequência nas situações informais da fala) e uma estratificação social (a variante inovadora ocorre com mais frequência nos grupos sócio-econômicos intermediários).

Em alguns casos, à medida que a comunidade toma consciência da mudança, a forma inovadora pode ser estigmatizada. Com o tempo, porém, a comunidade poderá mudar seus valores e aceitar a forma inovadora, que passará a ser usada cada vez com mais frequência nos grupos socioeconômicos mais altos e em situações normais de fala. Finalmente, seu uso passará a ser considerado normal também na escrita.

Lucchesi lembra que o problema da avaliação remete ao princípio saussuriano de que o indivíduo aceita o processo de estruturação da língua passivamente. Contrária a isso, a maneira como a sociolinguística trata a mudança linguística com relação ao papel do indivíduo, principalmente quanto ao problema da avaliação, mostra que a reação subjetiva dos falantes não só pode alterar o curso da mudança, como também impedir que ela aconteça.

Exemplo disso pode ser o que se observa que vem ocorrendo no PB com o verbo auxiliar *ir*. Nas construções perifrásticas de tempo futuro, é perfeitamente aceita a forma *vou ir* em algumas cidades do estado do Rio Grande do Sul. Em contrapartida, essa estrutura é

avaliada negativamente na grande maioria das cidades brasileiras.

Outro exemplo é a concordância verbal com o pronome pessoal *a gente*. Em algumas comunidades, é utilizada a forma verbal de plural (a gente *cantamos*) e, em outras, só a forma verbal de singular (a gente *canta*) é considerada adequada pela comunidade.

Por último, passemos ao problema da implementação, que nos remete a todos os outros problemas empíricos, tanto nos aspectos sociais quanto na estrutura linguística. A implementação da mudança linguística ocorrerá a partir dos resultados referentes aos condicionamentos linguísticos e sociais. Este problema, na verdade, relaciona-se a todos os outros, uma vez que, para que uma forma se implemente, ela terá enfrentado problemas como *restrição*, *transição*, *encaixamento* e *avaliação*.

Segundo WLH (*op.cit*), uma mudança tem início (pode se implementar) quando ocorre, através de um subgrupo específico da comunidade de fala, a difusão de um dos traços característicos da variação na fala. Tal traço linguístico incorpora um certo valor social e, a partir do momento em que a mudança está encaixada na estrutura linguística, ela é generalizada a outros elementos do sistema. De acordo com o que dizem os autores,

... a complementação da mudança e a passagem da variável para o *status* de uma constante se fazem acompanhar pela perda de qualquer significação social que o traço possuía. O alto grau de regularidade que a mudança sonora exhibe é produto desta perda de significação nas alternâncias envolvidas e da seleção de uma das alternativas como uma constante. (p. 125)

Ao final de sua explanação acerca da teoria da variação e mudança, WLH (1968) apresentam alguns princípios gerais, que mostramos a seguir:

- 1) a mudança linguística não ocorre por acaso; ela tem início quando ocorre a generalização de uma determinada alternância num certo sub-grupo da comunidade de fala; assume determinada direção e o caráter de uma diferenciação ordenada;
- 2) não se pode associar estrutura e homogeneidade, pois a estrutura envolve a diferença entre falantes e estilos com base em regras que governam a variação na comunidade. Além disso, o falante nativo tem domínio sobre as estruturas heterogêneas da língua;
- 3) nem sempre que há variabilidade e heterogeneidade ocorrerá mudança; mas sempre que houver mudança ela implicará variabilidade e heterogeneidade;
- 4) a generalização da mudança linguística através da estrutura linguística envolve a co-variação de mudanças em certos períodos de tempo e se refletem em áreas do espaço geográfico;
- 5) a mudança linguística ocorre nas gramáticas das comunidades, pois as gramáticas dos indivíduos não são suficientemente consistentes, uma vez que as estruturas variáveis na língua são determinadas por funções sociais;
- 6) a mudança linguística é transmitida dentro da comunidade de fala.



As descontinuidades, portanto, ocorrem dentro da comunidade e não no ambiente familiar e

- 7) fatores linguísticos e sociais estão relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. Explicações sobre a mudança linguística que se restrinjam a outro aspecto, segundo os autores, não serão suficientes para “explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento linguístico.” (WLH, 1968, p. 125-126)

Diante do que propõem WLH (1968) com relação à teoria da variação e mudança e considerando nossa proposta para esta pesquisa, cabe ressaltar que tomaremos como base, principalmente, o terceiro e o quarto princípios. Isso porque, ao defenderem que a mudança será resultado da variabilidade e heterogeneidade – sem que o caminho inverso seja necessariamente verdadeiro – e que a co-existência de formas linguísticas distintas durante certo período de tempo até que a mudança ocorra de fato, ou não, os autores nos remetem também à teoria das gramáticas em competição, proposta por Kroch (1989; 1994; 2001). O fato de termos como hipótese que nosso objeto de estudo – preenchimento do objeto anafórico – está em concorrência na língua com seu apagamento nos remete tanto ao princípio proposto por WLH em relação à “co-variação de mudanças” quanto à teoria de Kroch sobre “gramáticas em competição”.

As variáveis linguísticas estão relacionadas aos traços da natureza interna da língua e às características externas do falante e da situação, como estilo do texto, posição social, etnia, sexo e idade, por exemplo. Nesse caso, estariam relacionadas com variação

condicionada e dentro do que Labov chama de heterogeneidade normal.

Além disso, Labov (1982) também retoma, com base em duas razões, alguns princípios como fundamentos de uma teoria de mudança linguística. A primeira razão é que a mudança não é o resultado de um processo, mas sim um processo de substituição de uma forma por outra na língua e, ao se estudar o processo diretamente, pode-se ter contato com o caráter heterogêneo da língua, uma vez que mudança implica variação. A segunda, é que existe uma relação direta entre a geografia dialetal, a sociolinguística e a linguística histórica.

Após algumas pesquisas empíricas, Labov constata que a mudança tem início em um certo ponto da estrutura social e, depois, difunde-se na comunidade de fala. O autor afirma, ainda, que é possível que se determinem condições favoráveis e desfavoráveis à mudança linguística. Assim, quando uma mudança linguística se encontra em seus primeiros estágios, ela não é percebida; a comunidade de fala avalia essa mudança de acordo com seu significado social (prestígio ou não). Nos últimos estágios, a mudança começará a aparecer como estratificação social, havendo ou não o seu reconhecimento pela sociedade.

Os processos de mudança, então, podem envolver estímulos e restrições da sociedade e da estrutura da língua. Cada processo de mudança ocorre de forma particular e, por isso, só poderá ser descrito depois de ser encerrado o processo, uma vez que não se pode predizê-lo. No entanto, é possível dizer que uma mudança começa quando há uma variação na fala que é observável em toda parte de um subgrupo da comunidade. Desta forma, outros grupos são atingidos pela variação observada no primeiro até que, finalmente, a nova forma linguística

passa a ser mais utilizada que a primeira.

Não é novidade que, segundo Labov, na pesquisa sociolinguística não se pode deixar de considerar o componente social da língua. Para ele, a partir do momento em que se utiliza a fala para estabelecer comunicação com outros indivíduos, ela passa a fazer parte do contexto social e, como tal, tanto pode exercer quanto sofrer influência do meio no qual é utilizada. Observa-se que, para uma mesma situação, dependendo do contexto, formas diferentes podem ser empregadas com o mesmo significado.

Portanto, o interesse dos sociolinguistas é justamente o estudo da variação que, algumas vezes, pode representar uma mudança na língua. Labov (1972), a exemplo do que já diziam WLH (1968), lembra que existe a chamada regra variável que apresenta frequência expressiva de uso e deve se modelar à influência de fatores linguísticos e extralinguísticos.

Sendo assim, de acordo com o autor, para que o pesquisador chegue à regra variável, é necessário que ele faça uma análise quantitativa aliada ao estudo de diferentes fatores que podem estar atuando sobre a mudança. Tal mudança, se observada levando-se em consideração apenas uma amostra sincrônica com distribuição dos informantes em diferentes faixas etárias, é chamada mudança em *tempo aparente* enquanto que, se a observação é feita tomando-se amostras em pontos distintos do tempo, recebe o nome de mudança em *tempo real*. Esta última é a que consideraremos nesta pesquisa, uma vez que este estudo é diacrônico, levando em conta amostras de língua portuguesa dos séculos XIX e XX.

Labov (1994) explica que, para se fazer um estudo da mudança em tempo aparente, é preciso observar a distribuição das

variáveis linguísticas por idade. Quando constatamos que existe uma relação uniforme entre a idade e a variável linguística, ou uma correlação significativa entre as duas, surge outro problema: decidir se há uma verdadeira mudança em curso ou uma estratificação por idade – mudança regular no comportamento linguístico com a idade, que se repete a cada geração.

Sobre esse assunto, Naro (2008) reafirma a posição clássica, aceita por muitos linguistas, segundo a qual o processo de aquisição se encerra mais ou menos no início da puberdade quando, então, a língua do indivíduo se estabiliza, não sofrendo, daí em diante, mudanças significativas. Naro expõe duas visões sobre a aquisição da língua; a primeira delas é que o estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando ele tinha em torno de 15 anos de idade.

Com isso, estudos revelam que existe uma certa regularidade no processo de mudança linguística. Os informantes com idade maior costumam preferir formas mais conservadoras; os de meia-idade, as duas formas que estão competindo e os mais jovens, a forma inovadora.

A outra visão para qual Naro (*op. cit.*) chama a atenção para o fato de que nem sempre a variação na fala representa mudança em processo. É preciso saber que a língua do falante pode mudar no decorrer dos anos e que nem sempre há estabilidade após o início da puberdade.

Por outro lado, se o estudo é feito com base em observações em tempo real, tem-se duas opções: (i) comparar dados antigos e atuais a partir de bibliografia sobre a comunidade que está sendo analisada e (iii) após um certo período de tempo voltar à comunidade e repetir o

estudo com os mesmos informantes. Há, ainda, alguns estudos em tempo real que são realizados recorrendo-se a estágios anteriores da língua ou investigando-se amostras de fala da mesma comunidade (estudo tipo *tendência*) ou, ainda, analisando-se momentos distintos de um mesmo informante (estudo tipo *painel*).

Segundo Labov (1994), as diferenças no tempo real são o que chamamos de mudança linguística, e o estudo dessa mudança não é isento de problemas. O primeiro deles, é que a comunidade não está representada na amostra do pesquisador porque são utilizados textos escritos, na impossibilidade de se ter acesso aos informantes, na época. Além disso, por se tratar de textos escritos, há formas neles preservadas que não são mais encontradas em textos de fala.

Essa impossibilidade de acesso aos informantes da época foi um dos fatores que nos fez optar pelo uso de peças teatrais em nossa pesquisa. Como já dissemos anteriormente, foi a maneira que encontramos para fazer “melhor uso dos maus dados” de que dispusemos.

Paiva e Duarte (2003) exemplificam um estudo *painel* a partir de uma pesquisa realizada entre os anos de 1980-1984 e 1999-2000, no Rio de Janeiro. O grupo de falantes (banco de dados da UFRJ - amostra Censo) era composto de 64 indivíduos, homens e mulheres, distribuídos por quatro faixas etárias (7 a 14, 15 a 25, 26 a 49 e acima de 50 anos) e três níveis de escolaridade (primeira fase do Ensino Fundamental, segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio). O objetivo era estudar os processos de variação e as possíveis mudanças em curso no português carioca; para isso, entre os anos de 1999 e 2000, alguns indivíduos que integravam o grupo de 1980-1984 foram recontactados e submetidos a uma nova entrevista, nos moldes

da primeira.

O estudo realizado pelas autoras revelou que houve estabilidade, considerando-se o fenômeno da realização do sujeito pleno (*vs* sujeito nulo) para os 16 indivíduos regravados, no tempo de intervalo entre as duas entrevistas. Esse exemplo, segundo as autoras, favorece a hipótese de estabilidade do comportamento linguístico do indivíduo. Outros estudos, no entanto, evidenciaram uma certa alteração no comportamento linguístico dos falantes, como a pesquisa realizada por Naro e Scherre (2003) cujos resultados revelaram um aumento nas taxas de concordância nominal e verbal para todos os indivíduos. Chamou a atenção, no entanto, o fato de que os indivíduos que usavam mais concordância que outros, há vinte anos, continuaram a usá-la na mesma proporção no momento da nova entrevista.

O estudo de *tendência*, por sua vez, é alicerçado na comparação entre amostras da mesma comunidade e visa a investigar as mudanças no grupo social. Como exemplo, podemos mencionar o estudo realizado por Paiva e Duarte (*op. cit*) sobre a forma de realização da primeira pessoa do plural. Considerando um grupo de falantes da comunidade carioca (amostra Censo), entre os anos de 1999-2000, a investigação do uso de *nós* e *a gente*, em correlação com a variável idade, mostrou que as faixas etárias mais jovens apresentaram maior uso de *a gente*, o que revelou uma manutenção do padrão etário da variação na comunidade.

Por último, as autoras defendem que os estudos de painel e tendência fornecem subsídios necessários à discussão de duas questões que, já segundo WLH (*op. cit.*), devem ser o foco de qualquer modelo sobre mudança linguística: a implementação e o encaixamento da mudança. Nas palavras de Paiva e Duarte,

A comparação de duas sincronias através de amostras controladas permite identificar a forma como uma determinada mudança progride na língua, sua trajetória estrutural e social, e ainda as possíveis relações entre diferentes processos de mudança. Na medida em que um processo de mudança se implementou ou está se implementando no sistema, ele deve não só ser consequência de outro(s), ou seja, deve se inserir em uma matriz de mudanças mais gerais. A descoberta dessas inter-relações permitirá a construção de uma teoria mais abrangente sobre os processos de mudança linguística. (p. 190)

Há, ainda, de acordo com a origem, dois tipos de mudança: as vindas *de cima* e as vindas *de baixo*. As primeiras são aquelas que se originam na classe social dominante, motivadas por condicionadores sociais ou externos, enquanto que as últimas provêm da linguagem corrente própria do vernáculo e resultam da ação de fenômenos linguísticos ou internos.

### **Regra Variável**

Para que se estude a mudança linguística, segundo WLH (2006 [1968]), é necessário que se deixe de lado a noção de homogeneidade linguística. De acordo com os autores, é necessário aliar os “fatos da heterogeneidade (a língua como uma realidade

inerentemente variável) com a abordagem estrutural (a língua como uma realidade inerentemente ordenada)”. (*op. cit.* p. 13)

A heterogeneidade ordenada a que se referem os autores é controlada por regras que têm como função favorecer – em contextos linguísticos ou extralinguísticos – o emprego de determinadas variantes. Caberá ao pesquisador, segundo salientam WLH, selecionar e analisar os fatores sociais e linguísticos que nortearão a opção por uma ou outra variante.

É com base no que propõem os autores que investigarei, nesta pesquisa, quais contextos que condicionam a (não)realização do objeto anafórico em língua portuguesa.

As variantes linguísticas – modos diferentes para se passarem as mesmas informações, ou seja, de valor de verdade idênticos, mas opostas no âmbito social ou estilístico (LABOV, 1999 [1972], p. 338) - são o objeto do estudo da variação.

É no âmbito da fonética que têm se concentrado a maioria dos trabalhos até a década de 1980 que envolviam a noção de variante linguística. Os estudos de Labov (1963) acerca da realização dos ditongos [ay] e [aw] pelos nativos da ilha de Martha's Vineyard e da estratificação do /r/ na fala de Nova York (1966) são precursores nessa área.

Apesar de a fonologia ser, talvez, a área da linguística em que mais facilmente se identifiquem variantes com o mesmo valor de verdade, a variação na morfossintaxe também passou a ser bastante discutida, como faremos nesta pesquisa com relação à (não)retenção do objeto anafórico.



Após o sucesso obtido com o método de análise quantitativa, proposto por Labov (1972) no campo da fonologia, ele aplicou a metodologia variacionista também ao campo da morfologia e da sintaxe, com a intenção de realizar um estudo mais completo e aprofundado sobre a língua. No entanto, o fato de ser necessária a manutenção do significado das formas para que elas sejam consideradas variantes fez com que a proposta do autor fosse alvo de críticas, uma vez que seria bastante complicado ter-se formas diferentes com o mesmo sentido na sintaxe, por exemplo.

Assim, ao tomarem construções sintáticas como variável, considerando a passiva sem agente e a ativa com pronome sujeito genérico como variantes, Weiner & Labov (1977) sofreram críticas, principalmente de Lavandera (1978).

Weiner e Labov, ao analisarem sentenças como *The closet was broken into* e *They broke into de close*, acabam por não constatar, no uso das variantes, uma influência expressiva de fatores sociais, ficando, portanto, o uso motivado apenas por fatores sintáticos. Dessa forma, o resultado obtido pelos autores evidenciou maior importância de fatores linguísticos em relação aos sociais. A análise das passivas desenvolvida por Weiner e Labov “peca”, segundo Lavandera (*op. cit.*), a partir do momento em que os autores consideram as sentenças analisadas como estruturas com o mesmo significado. Lavandera questiona a aplicação do método variacionista a outros campos, diferentes da fonologia porque, segundo ela, toda construção sintática possui seu próprio significado; além disso, a autora também critica o fato de a variação apresentada por Weiner e Labov não manifestar os condicionamentos sociais envolvidos na mudança. Dessa forma, ela

sugere que a condição de “mesmo significado” seja ampliada para o que chama de *comparabilidade funcional* (1978, p. 181), em que as estruturas, embora tendo a mesma intenção comunicativa, não teriam necessariamente o mesmo significado.

Assim, teriam origem duas formas de se realizar um estudo variacionista: restringindo-o ao nível fonológico do enunciado ou aceitando-se enunciados que possuam “a mesma intenção comunicativa do usuário”, mas não o mesmo significado.

Em resposta às ideias de Lavandera, Labov (1978) afirma que *dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo valor de verdade* e acrescenta que a função referencial é mais importante que a função de identificação do falante (função de identidade por meio da fala) e a de acomodação do ouvinte (como ele modela a fala para se adequar ao falante). Portanto, outros campos além da fonologia poderiam ser tratados, pois seriam consideradas formas equivalentes as formas variantes que se referissem ao mesmo estado de coisas, ainda que apresentassem alguns traços distintos.

Fica claro, então, que para Labov, o importante é que haja variação linguística, ou seja, duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa; se há ou não variação extralinguística, os trabalhos deverão confirmar *a posteriori*.

## **A teoria gerativa**

Para explicar os condicionamentos internos da variação e

possível mudança, contaremos com o aparato da teoria gerativa. Por isso, nesta seção, traremos alguns conceitos básicos acerca desta teoria para, então, nos valermos de reflexões pontuais sobre os fenômenos que explicariam as variáveis internas da língua.

Que há diversas possibilidades de construirmos sentenças numa determinada língua não é novidade para ninguém. No entanto, também sabemos que dentro de um determinado sistema linguístico não se pode apenas colocar as palavras lado a lado para constituirmos as sentenças e nos comunicar. Existem certos *princípios* que comandam o processo de formação da sentença para que casos como “*da o sala luz acendeu menino a*” não sejam aceitos como gramaticais.

Sabemos, também, que a construção das sentenças não é algo tão rígido a ponto de não admitir variações dentro da língua. Há, na teoria gerativa, o que se chama de *parâmetros*, que permitem que digamos “*O menino acendeu a luz da sala*” ou “*A luz da sala o menino acendeu*”, entre outras possibilidades, sem que a diferença na construção das sentenças as torne agramaticais.

Em suma, temos nas línguas certos princípios que devem ser seguidos para a formação das sentenças e, ao mesmo tempo, parâmetros, que ditam as variações possíveis dentro do sistema linguístico.

No final da década de 1950, surgiu a chamada Teoria Gerativa, idealizada por Chomsky, segundo a qual a língua é concebida como um objeto mental, produto da capacidade de compreender e produzir sentenças, inata ao ser humano.

Assim, Chomsky acredita que somos dotados de uma capacidade inata para a linguagem e o ser humano é a única espécie capaz de, a partir de determinados princípios, formar sentenças. Tal

capacidade é denominada *Faculdade da Linguagem* e é ela que torna possível a aquisição das línguas.

A *Gramática Universal* (GU), é uma teoria sobre a faculdade da linguagem, igual para todas as pessoas. Ao longo da vida, a faculdade da linguagem de cada indivíduo vai sofrendo alterações conforme os estímulos e experiências pelas quais cada indivíduo passa.

Todos nós possuímos um conhecimento da língua que nos permite julgar se uma sentença está bem formada ou não. Por exemplo, somos capazes de dizer que (135) é aceitável e gramatical e que (136) não é:

(135) O garoto comeu a maçã.

(136) \* comeu o maçã garoto a.

Isso ocorre porque dominamos certos princípios da língua que nos fazem reconhecer e aceitar certas construções, enquanto rejeitamos outras. Essa capacidade que temos é denominada pela teoria gerativa de *competência*, ou seja, é o conhecimento inato que nos permite adquirir uma língua e reconhecer as estruturas que ela pode gerar.

Ainda podemos perceber que, no uso da língua há indivíduos que têm mais habilidade que outros, ou seja, articulam as ideias de modo a convencer ou emocionar mais o interlocutor, por exemplo. A gramática gerativa denomina essa capacidade de *desempenho*, que varia de indivíduo para indivíduo e diz respeito ao uso concreto do conhecimento da língua.

Segundo essa teoria, a condição para que se diga que alguém sabe uma língua é que esse indivíduo possua uma *Língua-I* (Língua Interna). Para a teoria gerativa, portanto, a gramática se constitui da

teoria que um indivíduo tem a respeito de uma *Língua -I*, enquanto que a sociolinguística busca compreender a *Língua-E* (Língua Externa).

Como já dissemos, de acordo com o modelo de gramática proposto por Chomsky (1981), os indivíduos são dotados de uma capacidade para a linguagem composta de princípios que, como tais, não mudam. Além desses princípios, há os parâmetros que “permitem” as variações, dentro de um certo limite de opções. As gramáticas das línguas vão sendo constituídas, então, a partir dos parâmetros que vão sendo definidos.

Neste trabalho, pretendemos observar e analisar como a Língua-I dos autores das peças teatrais dos séculos XIX e XX é externalizada, ou seja, através da Língua-E que registram nos textos e suas possíveis variações, no que diz respeito ao preenchimento do objeto.

Kato, em *A evolução da noção de parâmetros* (2000) retoma o conceito de parâmetro proposto pela teoria de princípios e parâmetros. A autora explica que há dois estágios da teoria: o primeiro em que os parâmetros eram associados a princípios e o segundo, que concebe os parâmetros como propriedades do léxico funcional.

A autora retoma Chomsky (1986) para quem a língua interna (língua-I) diz respeito à competência do falante/ouvinte e à língua como elemento externo (língua - E), objeto de estudo dos linguistas não-mentalistas, os sociolinguistas, por exemplo.

Kato explica que, para Chomsky (1965), ao adquirirem uma língua, as crianças estariam também adquirindo um conjunto de regras para formar a Língua-I (competência do falante). Entretanto, caberia perguntar como as crianças poderiam formular hipóteses sobre as regras da língua se o *input* que recebem é imperfeito. Retomando essa questão,

Chomsky (1987) acaba por explicar que não existem regras a serem aprendidas, pois o que determina o conhecimento que um adulto tem da língua não são as regras, mas os princípios e as propriedades paramétricas da língua que recebem de *input* no estágio da aquisição. Assim, a língua-I corresponde ao estágio adulto do conhecimento linguístico e a Gramática Universal (GU), como estado So, comum a todas as crianças. A GU corresponde ao conjunto de princípios que regem as línguas e de parâmetros de variação interlinguística ([+ ou 1]) ou [- ou  $\phi$ ]). Os princípios não precisam ser aprendidos, enquanto que os parâmetros são definidos com base no *input* recebido.

Kato lembra que autores como Wexler e Manzini (1987) e Sportiche (1986) buscam dissociar parâmetros de princípios, com base em línguas com anáfora a longa distância, como o japonês.

Segundo Sportiche, em inglês e também em português um mesmo item lexical pode estar codificado tanto por um pronome preso quanto por um pronome livre. O mesmo não ocorre em japonês, que codifica com um item único tanto o reflexivo quanto o pronome preso. A hipótese de Sportiche prevê a existência de itens bi-valentes ou ambíguos, já que não há biunivocidade entre conceito e forma. Além disso, tudo indica não existirem línguas que utilizem itens lexicais distintos para codificar o reflexivo, o pronome preso e o pronome livre e nem línguas que codifiquem reflexivos e pronomes livres como um item e pronomes presos, como outro.

Wexley e Manzini (1987), por sua vez, consideram a aquisição, propondo a Teoria do sub-conjunto, segundo a qual a criança parte da hipótese de que os elementos fóricos são localmente presos. Ao se deparar com elemento fórico em domínios maiores, a criança reassenta seu parâmetro marcando-o com [+local] para [- local]. Essa opção entre

[+] e [-] está relacionada aos itens lexicais aprendidos, não fazendo parte de princípios gramaticais. Essa proposta, segundo Kato, apresenta a vantagem de a criança nunca errar e de ser influenciada na sua aquisição somente pelos dados primitivos.

Entretanto, Kato lembra que não se pode considerar que a variação entre as línguas, seja uma função lexical, tendo em vista que isso dificultaria muito o processo de aquisição devido ao “espaço” muito grande que as crianças teriam para definirem uma gramática. A autora explica que estudos como os de Clark e Roberts (1992) e de Gibson e Wexler (1994) têm mostrado que o número de parâmetros de uma língua tem que ser pequeno; caso contrário, a criança levaria muito tempo para adquirir a língua.

Dentre os estudos já realizados sobre os parâmetros, destaca-se o estudo baseado na configuracionalidade/não configuracionalidade das línguas. De acordo com o que explica a autora, as línguas não-configuracionais apresentam uma estrutura chata não hierárquica, não obedecendo, portanto, ao esquema X-barra. Estariam dentro do conjunto dessas línguas o walpiri, analisado por Hale (1983) e o japonês, analisado por Farmer (1983) e Saito (1985).

Kato explica que as línguas de ordem livre como o walpiri e o japonês não são as únicas que apresentam anáfora zero; as línguas românicas também têm sido objeto de estudos, apesar de serem consideradas configuracionais.

Com relação ao sujeito nulo, a autora lembra que, para Rizzi (1982), “o sujeito nulo é posposto ao verbo e que a extração do sujeito se faz da posição posposta.”. Entretanto, segundo Kato, isso não explicaria a perda do sujeito nulo referencial, a inversão com verbos de mais de dois argumentos e o sujeito vazio em algumas subordinadas que

ocorrem no PB. Diante disso, o PB tem sido considerado uma língua *pro-drop* parcial (DUARTE, 1993, 1995; KATO, 1999).

Quando o assunto é objeto nulo no PB, Galves (1984; 1989) afirma que ele tem a natureza de um pronome e que pode ocorrer em ilhas sintáticas. Raposo (1986) defende que o objeto nulo ocorre no PE como uma variável e nunca em ilhas. É por esse motivo que as sentenças que soam agramaticais em PE são legítimas em PB. Para Kato, o objeto nulo no PB é considerado clítico, assim como faz Cyrino (1994), que mostra o aparecimento do objeto nulo juntamente com a ausência cada vez maior do clítico de terceira pessoa.

Galves conclui salientando que a variação linguística é função do léxico funcional em dois aspectos: (i) os traços abstratos que levam ou não a deslocamentos de constituintes e (ii) da forma substantiva dos fragmentos gramaticais.

### **2.3 A variação *intra e interlinguística*: sociolinguística paramétrica**

Empreenderemos, sim, um novo caminho: aquele que resgata a compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um modelo em função do outro. Acreditamos, assim, num direcionamento mútuo entre a variação intra- e inter-linguística, enfim: na harmonia trans-sistêmica. (TARALLO e KATO, 1989, p. 6)

Para os autores da epígrafe, Tarallo e Kato, tanto a variação intralinguística quanto interlinguística são igualmente importantes, pois



“cada uma cresce à medida que da outra se alimenta” (*op. cit.*, p. 36.)

No caso da primeira, o realinhamento dos parâmetros sintáticos que a variação interlinguística pressupõe e prevê acaba por gerar importantes informações em busca do refinamento de análises internas às línguas. A variação intralinguística acabaria por se mostrar mais objetiva quanto aos possíveis fatores condicionadores. Isso porque, por meio da variação interlinguística, a irrelevância de alguns fatores poderia ser antecipadamente apontada, evitando que a estatística às últimas consequências.

Os autores esclarecem ainda sobre a importância de deixarmos de lado a oposição entre racionalismo e empirismo, pois durante muito tempo essa oposição “evitou que mais progresso tivesse sido feito nos estudos sobre a linguagem.” (*op. cit.* p. 36)

Tarallo e Kato (1989) propõem que a variação linguística ocorre tanto entre as línguas quanto dentro do sistema de uma determinada língua. Eles defendem a aproximação dos conceitos de “encaixamento” na estrutura e de parâmetros, uma vez que tanto a variação interlinguística quanto a intralinguística devem ser motivadas pelos mesmos princípios e parâmetros.

Além disso, Kato ([1993], 1996) lembra que, em se tratando de pesquisa diacrônica, o pesquisador não pode dispor da competência do falante e, por isso, pode ser comparado à criança que está aprendendo sua língua – baseia-se em dados positivos e o seu desenvolvimento depende do *input* que recebe (*cf.* LIGHTFOOT, 1989, 1991). É preciso, nesse caso, saber lidar com os dados que se tem de modo a analisá-los para mostrar se houve realmente uma mudança de parâmetros (uma mudança encaixada em uma matriz estrutural, como diria Labov).

Assim, pode-se concluir, segundo Kato, que, apesar de essas

etapas dependerem da frequência de ocorrência, a fase da reanálise e da mudança paramétrica exigem uma teoria sobre as línguas-I e uma teoria de aquisição; a teoria gramatical oferecerá ao pesquisador as hipóteses a serem testadas pelos variacionistas, considerando alguns “dados suspeitos”.

É por essa razão, conforme já mencionamos, que optamos por recorrer à teoria gerativa para garantir o suporte necessário para a continuidade desta pesquisa.

De acordo com o que afirma Kato (*op.cit.*), a partir dessa perspectiva, vários tópicos de pesquisa já foram e ainda vêm sendo desenvolvidos, como, por exemplo,

- 1) a inversão VS como um fenômeno não homogêneo;
- 2) correlação entre restrição de monoargumentalidade para inversão e o desaparecimento de clíticos;
- 3) perda em progresso do sujeito nulo e seu resíduo na construção inacusativa, decorrente do fato de o expletivo nulo ser o último a desaparecer e
- 4) correlação entre as estratégias de relativização e as elipses em coordenação.

Além disso, Kato lembra que outros estudiosos como David Lightfoot e Anthony Kroch têm influenciado bastante essas pesquisas e é por isso que se tornou possível responder, à luz da teoria variacionista e da teoria gerativista, à pergunta de Tarallo (1990) acerca da investigação linguística “*Por que escavar?*”. Para a primeira, seriam

dois os objetivos da “escavação”: descrever as mudanças linguísticas e avaliar os fatores extra e intralinguísticos que desencadearam a mudança. Já para os gerativistas, o objetivo seria saber qual parâmetro sofreu alteração a ponto de justificar todas as mudanças ocorridas. Nesse contexto, Kato ressalta que o objetivo mais “ambicioso” dos gerativistas é associar, como propôs Lightfoot (1979), mudança e aquisição.

É preciso deixar claro, entretanto, que nosso propósito aqui não é o de aproximar mudança e aquisição, como propõe Lightfoot; buscamos, sim, é a aproximação entre teoria sintática e mudança linguística, como apresentaremos na próxima seção.

#### **2.4 Sociolinguística e gramática gerativa: uma aproximação (?)**

Em *Zelig: um camaleão-linguista* (1986)<sup>24</sup> Tarallo defende a postura do linguista camaleônico cuja doença - “certa falta de personalidade teórica” - o levaria a resultados mais condizentes com os fatos em análise.

Para Tarallo, o verdadeiro linguista não se restringe a uma teoria apenas; em favor da pesquisa, ele é capaz de levar em conta diferentes teorias para melhor explicar o fenômeno que está analisando:

---

24 O autor explica o que é a figura de *Zelig: um camaleão-humano* representou um desafio à psiquiatria na década de 1920. Tratava-se de um mutante que adaptava sua forma física e personalidade às de outras pessoas com as quais entrava em contato. (para mais detalhes, ver *Zelig: um camaleão-linguista*, de Fernando Tarallo)

Resta-nos [...] tentar chegar a um certo descomprometimento com o modelo em que atuamos e procurar, em sub-áreas afins, outras possíveis soluções para um problema, soluções estas que, em sua complementaridade, somente enriquecerão a qualidade de nossa pesquisa” (p. 142)

No ano seguinte, a resposta ao *camaleão linguista* de Tarallo surgiria nas palavras de Borges Neto (1987). O autor revela discordar da proposta de Tarallo pois, segundo ele, é necessário que o historiador da linguística assuma uma determinada imagem da ciência. Para Borges Neto,

[a] explicação de diferentes aspectos de um fenômeno através de diferentes programas (ou teorias) equivale a nenhuma explicação [...] Teorias de teóricos camaleões são além disso, dificilmente falseáveis, pois não se expõem em todas as suas consequências, sendo de sua própria essência mudar [...] na medida em que não se adaptem aos fatos (ou às críticas). [...] não se espera que a ciência se safe de situações complexas por mimetismo [...] mas se espera que a ciência explique a realidade racionalmente, a partir de um programa de investigações. (p. 93)

Assim, Borges Neto (1987) deixa claro que não concorda com Tarallo, pois acredita que a ciência é racional; não se pode aceitar

simultaneamente ideologias contrárias. Aceitar teorias por “modismo”, segundo ele, desvaloriza o trabalho científico. O cientista vale por sua real contribuição à compreensão de certa área do conhecimento e não pelo conhecimento de várias teorias.

Outro texto criticado por Borges Neto em 1987 e depois retomado em 2004 foi o de Tarallo e Kato sobre a aproximação da sociolinguística e da teoria gerativa. Nele o autor questiona o leitor acerca da possibilidade de se aproximarem diferentes teorias linguísticas.

Borges Neto inicia a discussão a partir dos trabalhos de Tarallo e questiona o termo “comparabilidade” utilizado por Tarallo (1987) quando afirma que o ensaio que escreveu tem por objetivo a “comparabilidade” entre o que propõem a teoria laboviana e o quadro teórico de Chomsky. Após discutir o termo comparabilidade, Borges chega à conclusão que, ao fazer uso deste termo, Tarallo buscou mostrar a “complementaridade” existente entre Sociolinguística e Teoria Gerativa.

Entretanto, Borges Neto (*op. cit.*) chama a atenção para o fato de que falar em complementaridade não é poder achar que as duas teorias possam ter objetos diferentes – fenômenos fonológicos e fenômenos sintáticos, por exemplo. O que acontece, na verdade, é uma aproximação das duas teorias, em que uma preencherá as lacunas da outra sem que, no entanto, tenham seus princípios alterados. Podemos pensar, então, nos casos em que a sociolinguística serve para complementar os estudos gerativistas, “emprestando-lhes” os dados, o encaixamento do linguístico no social. O gerativismo, por sua vez, “empresta” à sociolinguística sua teoria interna da língua para que

possa levantar problemas e hipóteses do fenômeno em questão.

Ao se referir à sociolinguística paramétrica, Borges Neto lembra que Tarallo trata do estudo das línguas e dos fenômenos que ocorrem entre elas, como a inversão livre do sujeito em português, espanhol e francês. O português e o espanhol seriam línguas *pro-drop* enquanto que o francês é *não pro-drop* e, apesar de essas línguas não apresentarem a mesma parametrização, nelas ocorre a inversão do sujeito nessas três línguas.

Borges chama a atenção também para o fato de Tarallo não considerar a “possibilidade de erro na definição das propriedades associadas ao parâmetro” (2004, p. 209) e propor a variação no parâmetro *pro-drop*.

Para Tarallo (*apud* BORGES, *op. cit.*), deve-se aplicar a noção de parâmetro ao interior das línguas e, assim, resolver a variação intra-sistêmica, o que resultaria numa sociolinguística paramétrica. Borges, no entanto, defende que o que resultaria dessa proposta seriam duas interpretações, uma *forte* e a outra, *fraca*. A primeira incluiria no quadro de conceitos da sociolinguística a noção de parâmetro, como trata o gerativismo. Já a segunda, exigiria a criação do conceito de parâmetro (homônimo do conceito da gramática gerativa) na teoria da sociolinguística.

Considerar a proposta “forte” e adotar uma visão instrumentalista, seria, segundo Borges, “retira[r] das teorias o que elas têm de essencial, que é a visão de mundo” (p. 210). O autor critica Tarallo (1987) quando este propõe que se desconsidere o componente social da linguagem para que se observem questões relacionadas ao

gerativismo e alguns princípios da variação e mudança presentes em WLH (1968). Para Borges, desconsiderar o componente social da linguagem é não levar em conta o que mais caracteriza a sociolinguística.

Da mesma forma, a gramática gerativa não poderá fazer uso dos resultados obtidos pela sociolinguística, pois eles se referem à comunidade e não ao indivíduo. Assim, na proposta “forte”, Tarallo estaria descaracterizando as teorias: de um lado o gerativismo teria retirado de seu lugar o conceito de parâmetro e, de outro, a sociolinguística não teria mais o componente social, sua principal característica.

Em se tratando da interpretação fraca, como já dissemos antes, seria necessário, primeiro, a criação de um conceito de parâmetro na sociolinguística. Para Tarallo, a noção de parâmetro não tem a ver com “detalhamento universal” em que se parte de algo universal e buscam-se realizações particulares. Ao contrário, Tarallo parte do que é particular em busca de princípios universais, num processo de indução. Além disso, os fenômenos considerados por Tarallo como passíveis de se tornarem parâmetro, não envolvem os princípios gerais inatos da Gramática Universal; antes, têm mais a ver com seu aspecto funcional.

Borges entende que a possibilidade de aproximação entre a sociolinguística e a gramática gerativa, segundo Tarallo, está no fato de esta considerar algo como variável, a partir da noção de parâmetro. Por sua vez, a sociolinguística poderá se “encontrar” com a teoria gerativa se passar a não considerar apenas a variável e concentrar a sua atenção também nas generalizações (parâmetros).

Ainda, segundo Borges (1987), Tarallo defende que, quando se parametriza a sintaxe, ocorre uma “queda” no nível de abstração, aproximando-se do concreto; ao contrário, quando se parametrizam os trabalhos de variação e mudança, ocorre a “subida” em relação ao nível da abstração. De acordo com Tarallo, essa abstração da sociolinguística e a concretização da gramática gerativa são inevitáveis.

Por fim, Borges (2004) afirma que “cada teoria é uma estrada que assim como pode levar a uma cidade, pode terminar num precipício ou num fundo de vale” (p.215). Ele acredita que não se deve desprezar nenhuma teoria e que a “proliferação” de teorias não pode ser vista como “crise”, pois contribui para o surgimento de diferentes pontos de vista; citando Feyerabend, afirma que a ciência só progride “pela discussão crítica de visões alternativas.”

Apesar de questionar alguns termos utilizados por Tarallo quando este defende que a sociolinguística e a Teoria Gerativa devem “andar juntas”, Borges Neto (*op.cit.*) acaba revelando acreditar que a “proliferação” de teorias é aliada do desenvolvimento científico.

Portanto, contrariamente à crítica que fez ao camaleão-linguista de Tarallo (1986) em que parecia não admitir o caráter camaleônico do pesquisador quanto aos preceitos teóricos adotados, Borges Neto se mostra, no texto de 2004, receptivo à proliferação de teorias, encarando-a como meio de conhecer e aprofundar a ciência. Continua, entretanto, afirmando que a aproximação entre diferentes teorias seria uma “utopia”, já que seriam descaracterizadas e teriam todo o acervo de conhecimentos que acumulam “jogado fora”. O autor se mantém argumentando que cada teoria é única e deve se



desenvolver com suas “virtudes e limitações”.

## **2.5 Gramáticas em competição e a propagação da mudança, segundo Kroch**

Ao discutir mudança linguística no âmbito da sintaxe, Kroch (1989; 1994; 2001) que utiliza, entre outros, o aparato teórico baseado na teoria de Princípios e Parâmetros de Chomsky (1981; 1986) para falar de variação e mudança internas à língua, defende que o processo de mudança linguística deve estar atrelado ao que ele nomeia “Gramáticas em Competição”.

Segundo ele, a variação interlinguística pode ser explicada através da co-ocorrência de opções gramaticais incompatíveis. Entendida dessa forma, a mudança é, para Kroch e outros (KROCH; TAYLOR, 1997) resultado da competição entre certas estruturas gramaticais que vão se substituindo após terem convivido durante um certo tempo – heterogeneidade linguística. Kroch faz, portanto, o que Tarallo propõe: alia algumas concepções da Teoria da Variação e Mudança aos postulados da Teoria Gerativa.

É importante deixar claro que, para Kroch, a exemplo do que também pensam WLH (1968) e Labov (1972; 1982), a mudança linguística não se restringe à alteração de um código por outro. Para eles, aceitar que a mudança corresponda à alteração de códigos seria desconhecer o processo de mudança linguística na comunidade de fala. O que existe no indivíduo e na comunidade de fala é um período de co-

variação entre as opções gramaticais incompatíveis que acaba gerando uma “tensão”, podendo culminar em mudança.

Alguns estudos históricos são capazes de mostrar a variação linguística presente nos textos, revelando essa tensão entre as formas conservadoras e as inovadoras. Observa-se, então, a partir daí, a frequência de uso dessas formas no curso da mudança.

Além disso, o autor defende que a frequência de uso a que uma criança está exposta quando em processo de aquisição de língua é fundamental para que ela marque os traços paramétricos. Assim, Kroch explica que a mudança na sintaxe pode ter início na infância, na fase da aquisição da língua, porque a criança tem acesso aos dados de uso e não à gramática que o falante utiliza para produzir os dados de fala. A gramática da criança está, portanto, sujeita à falha pelas inferências que a criança faz quando está adquirindo a língua. A falha na transmissão (assimetria) da língua vernacular e das opções linguísticas a que a criança está exposta gera uma certa tensão entre a gramática aprendida (G2) e a gramática adquirida pela criança (G1).

Contrariamente a essa proposta, Lightfoot (1991) propõe que a mudança sintática ocorre via reanálise gramatical, resultado de alterações nos dados linguísticos primários. Para ele, a base da mudança sintática está relacionada a uma alteração (mudança) nos dados primários aos quais o aprendiz está exposto. Além disso, o contato linguístico também pode levar à mudança, uma vez que tanto pode gerar o empréstimo de traços sintáticos como também a perda de traços sintáticos que distinguem as línguas em contato.

Enfim, um processo de mudança sintática se inicia, de acordo

com Kroch, a partir de uma falha na transmissão de traços linguísticos ao longo de um período de tempo<sup>25</sup> e, muitas vezes, as falhas na transmissão são observadas durante o aprendizado. O autor acredita que a diferença existente entre o vernáculo de uma criança e as outras variedades que ela adquire nas etapas de sua vida é a responsável principal pela existência de uma assimetria entre a gramática vernacular da criança e as outras gramáticas que irá aprender.

Assim, para que uma mudança ocorra, é necessário admitir que exista uma certa incompatibilidade entre formas antigas e formas inovadoras na língua, o que gera a “competição”. Tal incompatibilidade pode ser considerada como sendo fixações diferentes dos parâmetros sintáticos de um dado sistema linguístico de forma que, quando duas formas coexistem, haverá variação ou fixação de opções gramaticais incompatíveis. (*cf.* KROCH, 1994; 2001)

Kroch (1989) defende que o processo de mudança linguística não é um fato da gramática, mas sim um fato relacionado ao uso linguístico. O uso, por sua vez, reflete uma escolha do falante entre formas alternativas no seu repertório de conhecimento gramatical, na sua competência linguística; o que acaba pondo em discussão a observação das formas variantes e a teoria gramatical. Kroch e seus colaboradores defendem, portanto, que a mudança sintática ocorre dentro de um sistema heterogêneo, conforme já havia sido postulado

---

25 *Language change is by definition a failure in the transmission across time of linguistic features. Such failures, in principle, could occur within groups of adult native speakers of language, who for some reason substitute one feature for another in their usage, as happens when new words are coined and substituted for old ones; but in the case of syntactic and other grammatical features, such innovation by monolingual adults is largely unattested.* (KROCH, 2001, p. 671)

por WLH (1968).

Segundo Kroch, a mudança linguística ocorre de contexto em contexto e a ordem dos contextos pelos quais a mudança vai acontecendo reflete as forças linguísticas que causam a mudança. Para ele, quando uma opção gramatical toma o lugar de outra com a qual está em competição em um conjunto de contextos linguísticos, a proporção de substituição é a mesma em todos os contextos. É o que Kroch chama de *efeito da proporção constante* (EPC) para o qual apresenta várias evidências como a substituição, no inglês britânico, de *have* por *have got*, o uso do artigo definido em frases nominiais em português e a perda de V2 em Francês.<sup>26</sup>

Conforme já dissemos anteriormente, Kroch denomina o fenômeno que ocorre quando há encadeamento (encaixamento) entre as mudanças de *Efeito da Proporção Constante* (EPC). Para ele, a mudança sintática é resultado da competição entre as gramáticas (ou sistemas) e a proporção em que a opção nova substitui a anterior é sempre a mesma, independentemente do contexto. Quando formas novas entram na língua, podem afetá-la apenas marginalmente ou, se adotadas pela comunidade de fala, poderão ser expandidas e se propagar em sua frequência de uso.

Assim, o EPC mostra o reflexo de uma mudança na fixação de um mesmo parâmetro da gramática da língua.

Como já foi mencionado, para Kroch (*op.cit.*), os estudos diacrônicos são capazes de nos revelar informações ausentes nos

---

26 Para maiores detalhes ver Kroch, Anthony. *Reflexes of grammar in patterns of language change*.(1989)

estudos sincrônicos, como o tempo de curso da mudança linguística, podendo nos dar, ainda, respostas quanto ao modo como se dá a mudança ao longo desse tempo. O processo de investigação da mudança linguística, segundo ele, obrigatoriamente passa pela análise da gramática abstrata utilizada pelos falantes.

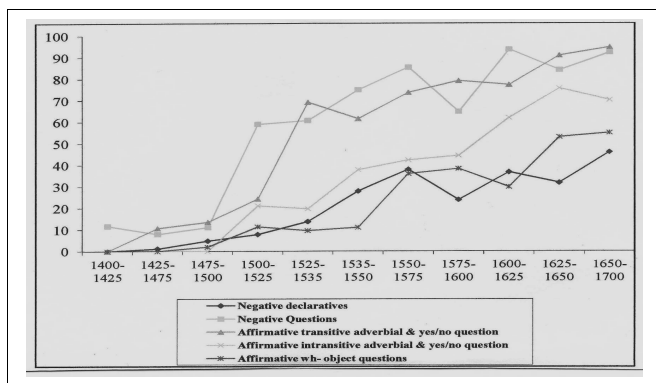
Kroch traz como exemplo alguns resultados diacrônicos em torno do auxiliar **do**, com base no estudo realizado por Ellegard (1953), considerando dados do inglês médio e do inglês moderno, no período entre 1400 e 1700.<sup>27</sup>

Ao analisar os resultados, Kroch constata que a proporção da mudança representada nos gráficos apresenta valores bastante próximos para todos os contextos. Para o autor, isso mostra que houve uma mudança paramétrica em relação à entrada do auxiliar **do** nos contextos analisados por Ellegard (*op. cit.*). Segundo Kroch, a natureza da mudança sintática, nesse caso, está relacionada à reanálise dos verbos auxiliares e ao possível licenciamento, no sistema do inglês, do movimento do verbo no curso dos séculos.

No gráfico a seguir, apresentado por Kroch (1989) para representar o uso do auxiliar **do** estudado por Ellegard, percebe-se que as inclinações nas curvas mostram a unidade da gramática. Como a origem da mudança é a mesma, todas as inclinações mudam simultaneamente, revelando que a mudança sintática ocorre na competição entre gramáticas.

---

27 Para maiores detalhes, ver Kroch (1989)



**Gráfico 3:** Verbo auxiliar *do* no inglês em diferentes contextos (adaptado de KROCH, 1989, p. 22)

Como exemplo relativo à língua portuguesa, pode-se mencionar o estudo diacrônico dos clíticos, desenvolvido por M.A. Martins (2009). O autor cita trabalhos cujos resultados empíricos obtidos a partir de pesquisas sobre a ordenação dos clíticos em português arcaico mostram um padrão de ordenação no século XVI diferente daquele observado nos séculos XIII, XIV e XV.

No século XIII, as ocorrências *CIV*<sup>28</sup> são pouco encontradas; nos séculos XIV e XV, aumentam sua frequência e, no século XVI se estabelecem como padrão, segundo resultados de A.M. Martins (1994 *apud* M.A. MARTINS, 2009). Para a autora, a mudança de padrão de enclítico para proclítico é reflexo de uma mudança na língua portuguesa que originou uma outra gramática: o português clássico.

É importante lembrar, segundo M.A. Martins (*op.cit*), que o

28 *CIV*: Clítico – verbo (próclise)

padrão (proclítico) não substituiu imediatamente a forma anterior (enclítica), pois, como é de conhecimento comum, a mudança ocorre de modo gradual, associada a uma curva em “S”, fato já previsto em WLH (1968).

Assim, considerando a proposta de Kroch (1989; 2001) de que a mudança sintática ocorre via competição entre gramáticas, pode-se afirmar que no período entre o século XIV e meados do século XVI convivem padrões diferentes de ordenação dos clíticos (ênclise – próclise), oriundos das duas gramáticas: português arcaico e português clássico (cf. GALVES, 2004; GALVES, PAIXÃO DE SOUSA, NAMIUTI, 2006; GALVES, 2007 *apud* M.A. MARTINS, 2009)

Kroch (2001) defende que a evolução das formas é gradual, em relação ao curso do tempo. Segundo ele, a substituição gradual das formas em relação ao tempo, e o curso dessa mudança sintática é que dá origem à curva em “S”. Se considerarmos o eixo temporal, a gradação da mudança é compreendida como um período em que há variação entre as formas variantes. Nesse sentido, a competição entre gramáticas pode ser vista como uma aliada no estudo da origem e da propagação da mudança podendo, quiçá, apontar caminhos para a solução de problemas propostos por WLH (1968) que dizem respeito ao encaixamento e à implementação da mudança sintática.

De acordo com Kroch (*op.cit*), a mudança sintática, quando implementada, põe fim à variação na frequência de uso e leva à queda de alguma das formas utilizadas. Tal queda da variante não significa que ela irá desaparecer totalmente da língua; poderá, eventualmente, continuar fazendo parte do sistema, só que com outro valor. Assim considerando-se as acepções da gramática gerativa, a variação na

sintaxe – como a coexistência de estruturas opostas para parâmetros sintáticos – evidencia a presença de gramáticas incompatíveis no falante ou na comunidade de fala.

A teoria de Kroch sobre a variação, como já dito, está alicerçada em algo que ele nomeia *Gramáticas em Competição*. Para ele, toda mudança na sintaxe resulta de um período em que opções gramaticais diferentes – uma conservadora e uma inovadora - “competiram”, ou seja, foram utilizadas com o objetivo de comunicar a mesma coisa. Admite, portanto, a possibilidade de falantes poderem operar com mais de uma gramática durante o processo que resultará ou não em mudança. Para o autor, a diglossia e o bilinguismo são provas de que o falante é competente, a ponto de dominar mais de um sistema ou mais de uma gramática.

É importante lembrar que Kroch, assim como WLH (1968), não descarta a heterogeneidade da língua, inerente ao ambiente linguístico. Tal heterogeneidade é representada pela co-variação entre variáveis linguísticas resultantes de outras variáveis, linguísticas e extralinguísticas. Apesar de o autor defender que há um período em que as gramáticas estão em competição até que ocorra a mudança linguística, a exemplo de Labov (1972), Kroch também ressalta que a mudança sintática não é uma mera “alteração de códigos”, mas sim o resultado de um período de tempo em que ocorrem no indivíduo e na sua comunidade de fala opções gramaticais incompatíveis na fala e/ou na escrita. A partir do momento em que a comunidade de fala opta por uma das formas que estavam em variação, a mudança se instala, pois uma das formas foi adotada.

Diante da teoria de mudança linguística proposta por Labov e



com base em alguns princípios da Teoria Gerativa e na competição entre gramáticas defendida por Kroch, é que vamos analisar o preenchimento do objeto no PB e no PE dos séculos XIX e XX com o objetivo de responder às seguintes questões, entre outras:

- (i) Existe mudança em progresso com relação ao objeto direto anafórico? No PB? No PE?
- (ii) Quais os problemas empíricos envolvidos nessa possível mudança? De que forma atuam nas duas variedades?
- (iii) Há gramáticas competindo no PB? No PE? Em ambos? De que maneira isso ocorre?
- (iv) A partir de quando se começa a observar a mudança no PB e no PE?
- (v) Quais grupos de fatores são mais significativos para a ocorrência de objeto anafórico nulo? No PB? No PE?
- (vi) O fator extralinguístico século *de estreia ou publicação da peça teatral* foi significativo? No PB? No PE? Em ambos?

Nossa hipótese geral de que há, no PB, competição entre duas gramáticas – uma de objetos anafóricos preenchidos e outra que se manifesta sem o preenchimento do complemento verbal nos leva a investigar outras hipóteses, tais como:

- (i) O percentual de objetos nulos nos dados do PB é superior em relação aos dados do PE, já que no PB, de acordo com Raposo (1986 *apud* CYRINO, 1997), o objeto nulo pode ocorrer em mais contextos sintáticos que no PE.
- (ii) Nos dados de peças teatrais catarinenses e lisboetas que nos propusemos a analisar, acreditamos que ocorra, do século XIX para o século XX, um aumento no percentual de objetos nulos (cf. CYRINO 1993; KATO, CYRINO e CORREA, 1995; COSTA S., 2009).
- (iii) A exemplo do que constatou Cyrino (1997), acreditamos que nos dados que vamos analisar os objetos nulos serão, também, clíticos de terceira pessoa nulos. Essa hipótese deve estar relacionada à *referencialidade* necessária para que se possa omitir o objeto. Em outras palavras, acreditamos que quanto menor for o grau de animacidade e de referencialidade do objeto, maior será a possibilidade de omissão do objeto.
- (iv) Esperamos encontrar maior percentual de dados de objeto anafórico de 3ª pessoa que de 1ª ou de 2ª, tendo em

vista o caráter dos dados analisados (peças teatrais).

(v) Nos dados do PE, nossa expectativa é de encontrar um percentual elevado de ocorrência de clíticos anafóricos.

(vi) Nossa expectativa é de encontrar nos dados do PB percentuais maiores de objetos nulos que de clíticos.

## 2.6 Algumas considerações

Buscamos, ao longo deste capítulo, retomar alguns aspectos referentes à teoria da variação e mudança linguística (Cf. WLH, 1968; LABOV 1972; 1978; 2982; 1994), passando pela discussão acerca da variação na sintaxe (Cf. LABOV, 1978; LAVANDERA, 1979). Alguns esclarecimentos foram prestados também quando à Teoria Gerativa (Cf. CHOMSKY, 1981) para que se pudesse chegar às ideias de Tarallo e Kato (1989) e à crítica à sociolinguística paramétrica feita por Borges Neto (1987; 2004). Finalmente, entraram em cena as discussões sobre gramáticas em competição e a propagação da mudança, segundo Kroch (1978; 1989; 1994, 2001) de modo que a reflexão feita a respeito de cada teoria apresentada neste capítulo buscou embasar teoricamente nossa pesquisa.

Na teoria laboviana, estarão pautados os postulados sobre a Teoria da Variação e Mudança, a metodologia de coleta de dados para constituir o *corpus* resultante da leitura das peças teatrais do PB e do PE dos séculos XIX e XX que irei analisar. Será a etapa da “figura do

linguista em contato com os dados” (Cf. TARALLO e KATO, 1989, p. 2).

As hipóteses que guiarão a análise dos dados terão como base a teoria gerativa na investigação de uma possível mudança de parâmetros no PB e no PE, relacionada ao preenchimento do objeto anafórico.

Além disso, procuraremos observar também se existe, no PB e no PE uma situação de gramáticas em competição, nos termos de Kroch, em que convivemos, quiçá, com um sistema que ainda mantém a exigência de realização do complemento verbal e um outro, em que a sua elipse é preferida em contextos anafóricos.

Espera-se, portanto, a partir do que propõe o embasamento teórico apresentado neste capítulo, poder responder as questões levantadas até aqui, bem como outras que surgirão no decorrer da pesquisa.

## CAPÍTULO III

### *A ANÁLISE EMPÍRICA*

#### **3.0 Introdução**

Este capítulo traz, além da apresentação do método utilizado na pesquisa, a descrição do *corpus* utilizado e das variáveis e hipóteses levantadas durante o trabalho.

Seguindo-se a isso, é descrita a rodada preliminar que realizamos com todos os dados do PB e do PE, simultaneamente. Depois, descrevemos as rodadas realizadas e fazemos a análise e a discussão dos grupos de fatores selecionados face aos percentuais e pesos relativos obtidos para cada situação: (i) com os dados do PB e (ii) com os dados do PE.

Integra-se ainda, a este capítulo, uma seção em que é discutida a possível relação entre (não)preenchimento do sujeito e (não)preenchimento do objeto. São apresentados alguns resultados obtidos nesta pesquisa, e também são feitos alguns encaminhamentos considerando-se a possibilidade de aprofundamento do assunto em trabalhos vindouros.

#### **3.1 Sobre o método**

Ao lidarmos com pesquisa sociolinguística, há etapas como a seleção, localização e o contato com os informantes que não são simples de serem cumpridas. Somada a isso, vem a necessidade de levar os informantes a falarem da maneira mais natural possível o que,

na maioria das vezes, torna-se bastante complicado, tendo em vista uma certa tensão gerada no informante por conta de fatores como a timidez em relação à entrevista a que está sendo submetido.

Diante disso e, lembrando-se do propósito da pesquisa sociolinguística – entender por que alguém diz algo –, alguns problemas no momento da coleta de dados podem emergir. Sobre isso, Labov (1972) aponta e comenta cinco axiomas metodológicos, oriundos de projetos de pesquisa e que acabam resultando em um paradoxo metodológico:

- 1) *Alternância de estilo*: nenhum falante tem estilo único. Há, no entanto, indivíduos que alternam seu estilo mais que outro; dependendo do contexto social em que se insiram e do tópico sobre o qual estejam conversando;
- 2) *Atenção*: existem muitos estilos e dimensões e nem sempre o analista pode isolar todos. Entretanto, pode-se observar que, dependendo do grau de atenção (fala casual - fala excitada) que o informante impõe à própria fala, haverá alternância de estilos;
- 3) *Vernáculo*: os linguistas não têm o mesmo interesse por todos os estilos ou todos os pontos do *continuum* estilístico. Enquanto que, em certas ocasiões, pode haver muitas “hipercorreções”, em outras, percebe-se a fala mais sistemática – o vernáculo –, que oferece os melhores dados aos linguistas para a análise da estrutura da língua.
- 4) *Formalidade*: em contextos mais formais, como quando se inicia a

entrevista onde se pedem e se dão informações, não encontramos o vernáculo do informante. Haverá situações em que a fala será mais informal, como nas conversas com amigos ou familiares, que poderão dar maior segurança ao entrevistador quanto ao fato de os dados realmente fazerem parte do vernáculo do entrevistado;

- 5) *Bons dados*: a entrevista individual gravada é a única maneira de se obterem bons dados de fala e em quantidade suficiente para a análise. Além dessa, a gravação espontânea também pode ser uma boa fonte de coleta de dados, embora muitas vezes, acabe sendo prejudicada pela má qualidade do som.

Diante desses axiomas, Labov (*op. cit.*) aponta o que chamamos de *paradoxo do observador* pois, se por um lado queremos analisar o comportamento linguístico das pessoas na comunidade onde vivem, por outro fazemos a coleta de dados com base na observação sistemática. Por esse motivo, o autor explica que, para resolver esse problema, há dois caminhos a seguir: (i) encontrar meios para suplementar as entrevistas acrescentando a elas outros dados e (ii) mudar a estrutura da situação de entrevista de modo a amenizar (ou eliminar) o constrangimento do entrevistado para que a atenção do informante seja desviada e o vernáculo emerge.

Considerando os axiomas que Labov aponta e o paradoxo do observador e, estando ciente das dificuldades que enfrentamos no momento da coleta dos dados, optamos por analisar peças teatrais em lugar de textos pertencentes a outros gêneros. Como o estudo que nos propusemos a realizar é de cunho diacrônico, a primeira dificuldade -

para não dizer, impossibilidade – que enfrentaríamos seria a de conseguir entrevistas com informantes para compor o *corpus* da pesquisa.

Por essa razão, optamos por estudar peças teatrais nas quais, acreditamos, pudemos encontrar uma variedade da língua portuguesa próxima do vernáculo dos autores, considerando o século de nascimento de cada um.

Quando o assunto é o estudo histórico das línguas, Faraco (2005) lembra que as três vias existentes – voltar ao passado e se concentrar nele; voltar ao passado para iluminar o presente e estudar o presente para iluminar o passado – se envolvem e se complementam na busca de dados em variação e mudança para análise. O autor acrescenta que não há como se estudar a história da língua sem as fontes buscadas em textos antigos.

O autor adverte, ainda, que são muitas as limitações quando se decide fazer um estudo linguístico histórico, lembrando Labov (1994, p. 11-12) que diz que a principal força da linguística histórica está na sua habilidade de traçar mudanças com base no caráter objetivo de seus dados, sobre longos períodos de tempo.

Na pesquisa que nos propusemos a realizar, por se tratar de estudo diacrônico, os dados não serão oriundos de entrevistas, o que elimina alguns problemas provenientes desse método, como o constrangimento do informante (e sua influência no estilo) e o ruído das gravações. Por outro lado, a fala das personagens nos textos teatrais, na verdade, não representa exatamente o vernáculo dessas personagens, mas sim o estilo do autor das peças. Ou, ainda, os dados linguísticos que encontramos nas peças são fruto do que o autor julga ser, na época, o vernáculo de cada personagem que ele cria. A respeito



de situações como essa, Faraco (2005) lembra também das palavras de Labov (1994):

Os dados, que são ricos sob muitos aspectos, são pobres sob outros. [...] As formas linguísticas em tais documentos [históricos] são muitas vezes distintas das formas vernáculas dos escritores e, em vez do vernáculo, refletem esforços para capturar uma variedade normativa que nunca foi a língua nativa de nenhum falante. (p. 12 *apud* Faraco *op. cit.*, p. 124)

Assim, o que talvez tenhamos em nossa pesquisa, na verdade, é o componente linguístico da caracterização da personagem criada pelo autor, segundo suas convenções e intenções. Isso porque, diante das dificuldades enfrentadas pelo pesquisador na área de linguística histórica devido aos dados que muitas vezes não permitem uma investigação mais profunda, cabe ao cientista, nos termos de Labov (*op. cit.*), “fazer o melhor uso dos maus dados” de que dispõe. Assim, por estarmos cientes de que os dados que teremos disponíveis não representam fielmente a fala das personagens de acordo com suas características no contexto em que se inserem, não consideraremos como fatores condicionantes o sexo, a faixa etária e a escolaridade das personagens; antes, levaremos em conta o século de nascimento do autor de cada uma das peças.

No estudo que realizamos, tendo em mente as orientações labovianas para a análise da variação e mudança, primeiramente foi feita a leitura das peças teatrais visando à coleta dos dados que terá como alvo somente as sentenças declarativas com objeto direto

anafórico. De posse das ocorrências de objeto direto anafórico encontradas nos textos, os dados serão codificados e analisados com base no programa estatístico VARBRUL (*cf.* PINTZUK, S., 1988).

Após as rodadas estatísticas e a comparação dos resultados com aqueles já obtidos, mostrados no Capítulo I, será o momento então, de, à luz das teorias sobre variação e mudança linguística, investigar se o que observamos no PB de Santa Catarina quanto ao apagamento do objeto é um caso de gramáticas em competição, de acordo com a proposta de Kroch. Da mesma forma, será o momento de investigar se – e em caso afirmativo, como – esse fenômeno ocorre também em Português Europeu, de Lisboa. Analisaremos, também, os fatores que estão favorecendo ou inibindo a mudança e, ainda, se esses fatores coincidem nos séculos XIX e XX, no PB e no PE.

Uma outra rodada estatística será feita, ainda, levando-se em consideração simultaneamente as ocorrências de sujeitos e objetos, especificamente com o objetivo de investigar a possível preferência do PB de Santa Catarina pela estrutura **X V Y**, que tentaria “compensar” a elipse do sujeito ou do objeto com um preenchedor nas posições de **X** ou de **Y**.

Estruturas do tipo **X V Y**, que parecem ser preferidas em algumas regiões brasileiras, segundo proposta pioneira de Kato e Tarallo (1993), obedeceram a uma restrição sintático-fonológica denominada de monoargumentalidade, isto é, verbo-sujeito (**VS**) seria possível apenas se houvesse um único argumento manifesto em posição pós-verbal.<sup>29</sup> Podemos imaginar, então, que não encontraremos sujeito e objeto preenchidos à direita do verbo ou dois objetos

---

<sup>29</sup> Por argumento, aqui, consideramos tudo o que é selecionado pelo verbo. Na falta de um argumento, X pode ser um advérbio.

preenchidos nessa mesma posição (estrutura do tipo **VXX**). Quando o objeto estiver nulo, deve haver uma tendência a compensar com um preenchedor o “vazio” deixado por ele. Segundo Kato (2002), existe um filtro na interface PF que licencia estruturas com apenas um, em vez de dois argumentos e que preencheria a posição à direita do verbo. Para a autora, o PB teria como padrão estruturas do tipo **XVY** em que **X** e **Y** poderiam ser tanto constituintes gramaticais quanto elementos do discurso. Assim, se o verbo seleciona dois argumentos, um deles será movido para uma posição à esquerda. Além disso, podemos imaginar que, na posição à esquerda do verbo tenhamos, em geral, um sujeito preenchido<sup>30</sup>.

Acreditamos que os resultados da investigação simultânea em torno do (não)preenchimento do sujeito e do objeto poderão trazer reflexões importantes sobre o padrão sintático-fonológico do PB atual, se confirmada a hipótese de Tarallo e Kato (1993).

### **3.2 Descrição do *corpus***

O banco diacrônico que forneceu dados para o estudo que realizamos acerca dos padrões de variação e mudança na realização do objeto é constituído de vinte e oito peças teatrais – quatorze de autores catarinenses e quatorze de autores lisboetas -, listadas a seguir. A data de nascimento do autor de cada peça teatral está distribuída entre 1829 e 1961 no caso do PB e, entre 1825 e 1948 no caso do PE. Analisamos um total de 1277 dados, sendo assim distribuídos:

---

30 Vale lembrar os estudos realizados por Berlinck (1988; 1989; 1995) e Coelho (2000; 2008) que mostram o enrijecimento da ordem SVO em construções transitivas no português contemporâneo.

<b>Variedade do Português</b>	<b>Século XIX</b>	<b>Século XX</b>	<b>Total</b>
<b>PB</b>	358	256	614
<b>PE</b>	224	439	663
<b>TOTAL</b>	582	695	1277

**Tabela 8:** Número de dados analisados no PB e no PE, por século

Os textos teatrais analisados fazem parte de um projeto, ainda em curso, que diz respeito à diacronia do português em Santa Catarina<sup>31</sup>, vinculado ao Projeto Variação Urbana da Região Sul (VARSUL), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

---

31 O projeto tem como objetivo a formação de um banco de dados para estudo diacrônico, constituído fundamentalmente de peças teatrais escritas por catarinenses nascidos no litoral de Santa Catarina. É coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Izete Lehmukuhl Coelho (UFSC) e tem como colaboradores o Prof. Dr. Marco Antonio Martins (UFRN) e a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isabel de Oliveira e Silva Monguilhot (UFAM/UFSC).

<b>Autor<sup>32</sup></b>	<b>Nascimento e morte do autor</b>	<b>Peça teatral catarinense (PB)</b>	<b>Estreia/Publicação</b>
1. Álvaro Augusto de Carvalho	1829-1865	<i>Raimundo</i>	1868
2. José Cândido de Lacerda Coutinho	1841-1902	<i>A casa para alugar</i>	1867
3. José Cândido de Lacerda Coutinho	1842-1902	<i>Quem desdenha quer comprar...</i>	1868
4. Horácio Nunes Pires	1855-1919	<i>Um cacho de mortes</i>	1881
5. Horácio Nunes Pires	1855-1919	<i>Dolores</i>	1889
6. Antero dos Reis Dutra	1855-1911	<i>Brinquedos de Cupido</i>	1898
7. Ildefonso Juvenal	1884-1965	<i>Hilda, a filha do suposto traidor</i>	1918
8. Ildefonso Juvenal	1884- 1965	<i>A filha do Operário</i>	1942
9. Ody Fraga	1927-1987	<i>Um homem sem paisagem</i>	1947
10. Mário Júlio Amorim	1939 -	<i>O dia do javali</i>	1983
11. Ademir Rosa	1950-1997	<i>O dia em que os porcos comerão sal</i>	1978
12. Ademir Rosa	1950-1997	<i>Os lobos</i>	1992

---

32 O banco de dados do PE, constituído de quinze peças teatrais, foi coletado em Portugal pela Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Isabel de Oliveira e Silva Monguilhot (UFAM/UFSC) e pelo Prof. Dr. Marco Antonio Martins (UFRN), os quais também utilizaram o *corpus* para a análise que desenvolveram em suas respectivas teses, orientadas pela Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Izete Lehmkuhl Coelho e defendidas na Universidade Federal de Santa Catarina.

Aproveito o ensejo para também expressar meus agradecimentos aos professores a que me referi anteriormente por terem disponibilizado as peças teatrais que compuseram o *corpus* do PE que utilizei nesta pesquisa.

<b>Autor</b>	<b>Nascimento e morte do autor</b>	<b>Peça teatral catarinense (PB)</b>	<b>Estreia/Publicação</b>
13. Ademir Rosa	1950- 1997	<i>O que a vida fez de mim, de nós</i>	1996
14. Antônio Cunha	1961 -	<i>Flores de Inverno</i>	1992

**Quadro 1:** Peças de teatro florianopolitano (PB) analisadas

<b>Autor</b>	<b>Nascimento e morte do autor</b>	<b>Peça teatral lisboeta (PE)</b>	<b>Estreia/Publicação</b>
1. Camilo Castelo Branco	1825-1890	<i>O último Acto</i>	1959
2. Augusto Cesar Correia de Lacerda	1825-1903	<i>Clero, Nobreza e Povo</i>	1871
3. Manoel Joaquim Pinheiro Chagas	1842-1895	<i>Quem desdenha...</i>	1874
4. João Batista de Matos Moreira	1845-1899	<i>Guerra aos Nunes</i>	1869
5. Gervásio Jorge Gonçalves Lobato	1850-1895	<i>O festim de Baltasar</i>	1894
6. Carlos de Moura Cabral	1852-1922	<i>Paris em Lisboa</i>	1879
7. D. João Gonçalves arco da Câmara	1852-1908	<i>O Beijo do Infante</i>	1898
8. Vasco Mendonça Alves	1883-1962	<i>Viva da costa!</i>	1925
9. Antonio Cardoso Ponce Leão	1891-1918	<i>A onda</i>	1915
10. Manuel Gustavo de Abreu	1893-1980	<i>Penélope</i>	1919

<b>Autor</b>	<b>Nascimento e morte do autor</b>	<b>Peça teatral lisboeta (PE)</b>	<b>Estreia/ Publicação</b>
e Sousa			
11. Manuel Francisco Pressler	1907 -	<i>A Menina Feia</i>	1954
12. Luiz Fernando Rebello	1924-	<i>É urgente o amor</i>	1958
13. Jaime Salazar Sampaio	1925-	<i>Os preços</i>	1976
14. Jorge Silva Melo	1948-	<i>António, um rapaz de Lisboa</i>	1995

**Quadro 2:** Peças de teatro lisboeta (PE) analisadas

Foram considerados os dados inseridos em contextos cujos verbos eram transitivos diretos, para que se pudesse analisar o preenchimento do objeto direto anafórico relacionado a esses verbos.

### 3.3 Variáveis e hipóteses

Os dados coletados foram codificados e analisados de acordo com o seguinte envelope de variação:

I – Variável dependente:

Objeto anafórico (preenchido ou nulo) em sentenças declarativas.

Variantes:

(i) Objeto nulo:

(137) “ - *Vais tu comigo ao Califa... ou à casa da Guida?*

- *Sei lá onde é a casa da Guida.*

- *Já te expliquei... cv*

- *84 000 vezes, eu sei ...cv*

(PE - Jorge Silva Melo, 1948, *António, um rapaz de Lisboa*)

(ii) Objeto preenchido:

(138) “ – *Hilda esperará. Si ela te ama sinceramente como o afirma a todos, e si ama e estremece a doce Mãe Pátria, dará eloqüente demonstração de patriotismo (...)*”

(PB- Ildefonso Juvenal, 1884, *Hilda, a filha do suposto traidor*)

II – Variáveis Independentes:

Para compor a análise, levaremos em conta as seguintes variáveis independentes:

1) Variedade do Português : PB ou PE

(139)” [...] *Roubou minha pasta!*

*Pode ter achado cv. Você não disse que perdeu cv?*

*Tinha identificação e endereço dentro! Os meus textos estão lá dentro! Ele não devolveu cv porque não quis cv! É um ladrão!*

(PB - Mário Júlio Amorim, 1939, *O dia do javali*)

(140) “*Não vem. Isso são nove horas, e ainda que esteja rebentando por se levantar, só o fará às dez em ponto, e se, por acaso,*



*as deixar escapar, temo-lo preso até o meio-dia”*  
 (PE João Batista de Matos Moreira, 1845, *Guerra aos Nunes*)

### Hipótese

Pelo caráter mais conservador com relação ao sujeito e ao objeto que o PE costuma apresentar em relação ao PB e, considerando pesquisas como as realizadas por Cyrino (2001) e Galves (1989), esperamos encontrar nas peças do PB de Santa Catarina uma tendência maior ao apagamento do objeto que nas peças de autores lisboetas, principalmente quando o pronome nulo tem como anáfora um SN.

2) Século de nascimento do autor da peça teatral: século XIX ou século XX.

O controle das peças teatrais a que pertencem os dados servirá para indicar a possível relação entre o século de nascimento do autor da peça e a tendência maior ou menor ao preenchimento do objeto.

- (141) *De cada vez, me lembrei da história que minha mãe me contou e não sei se alguma hora vos disse.*  
 - *Dela temos os ouvidos prenhes; mil vezes no-la dissestes.*  
 - *O quê!... Mil vezes, Teresica?*  
 - *Se a sabemos de cor! Mas contai cv, ainda, contai cv. É tão bonita.*

- [...] *Que a sabes de cor, dizes. Pois conta-ma; quero ouvi-la.*

(PE - D. João da Câmara, 1852, *O Beijo do Infante*, p. 599)

(142) “*As cartas dessa espécie não costumam trazer assinatura. Por isso, não liguei importância, rasguei-a, deitei-a fora, quando a acabei de ler.*”

(PE - Luiz Francisco Rebello, 1924, *É urgente o amor*, p. 29)

(143) – *Que eu penso, a respeito do Sr. Salustiano, exatamente como minha tia...*

[...]

– *É porque não o conheces, como eu... [...] Tudo quanto diz, sabe dizê-lo tão bem!...*

– (PB José C. de Lacerda Coutinho, 1842, *Quem desdenha quer comprar*, p. 20)

(144) *[o médico] já cansou de lhe dar remédios mas você não toma cv [...]*

- *Tome só um gole.*

- *Não quero cv, pode beber cv você!*

- *Agora não quer cv, é?... Só pra me fazer pirraça, tá louco pra tomar cv, eu sei cv. Vá, eu deixo cv. Beba tudo quanto você quiser cv.*

(PB Ademir Rosa, 1950, *Os Lobos*, p. 15-16)

### Hipótese

Nossa hipótese é que, à medida que se aproxima o século XX, haja maior tendência no PB ao apagamento do objeto (*Cf.* CYRINO, 1990; TARALLO, 1983). Entretanto, acreditamos que encontraremos também nas peças de autores lisboetas um aumento nos percentuais de ocorrência de objeto nulo em relação ao século XIX. Na verdade, o estudo piloto realizado em 2009 por Costa S. já mostrou indícios de que, embora de forma mais discreta que no PB, há no PE também uma certa tendência ao apagamento do objeto anafórico, principalmente quando o referente é uma oração.

- 3) Estatuto da oração: absoluta – principal, coordenada 1, coordenada 2, substantiva, adverbial, adjetiva.

(145) “*É esse o endereço. Não perca **cv**, seja hábil*”

(PB – Ademar Rosa, 1950, *Os Lobos*, p. 8)

(146) “*Eu já me contentaria em vê-**la** [Valentina] novamente*”

(PB -Antônio Cunha, 1961, *Flores de Inverno*, p. 7)

(147) “*Eu já estava casado, quando **a** conheci.*”

(PB – Antônio Cunha, 1961, *Flores de Inverno*, p. 17)

(148) “*Modos hei-de ter com zotes, que comigo **os** não têm!*”

(PE - D. João da Câmara, 1852, *O beijo do Infante*, p. 597)

### Hipótese:

Nossa expectativa, baseada em Duarte (1986) é a de encontrar

mais objetos nulos anafóricos em orações absolutas e coordenadas que em orações subordinadas.

4) Pessoa do discurso: 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoa.

(149) “- *O tipo perguntou se a gente... eu não me assustei...*”

(PE - Jorge Silva Melo, 1948, *António, um rapaz de Lisboa*, p. 25)

(150) “- *se viesses, levava-te a passear de carroça... pelo parque Maria Luísa...*”

(PE - Jorge Silva Melo, 1948, *Antonio, um rapaz de Lisboa*, p. 25)

(151) “-*Não sei. Eu tive a impressão que já o vi antes.*”

(PB - Antonio Cunha, 1961, *Flores de Inverno*, p. 4 )

(152) “- *Cigarros! Eu posso conseguir cigarros, se quiser cv.*”

(PB - Antonio Cunha, 1961, *Flores de Inverno*, p. 4 )

(153) “ - [...] *e os portugueses não têm aquele... diz que o Pedrito... não sei... não o viste no outro dia na “Zona Mais”?”*”

(PE - Jorge Silva Melo, 1948, *Antonio, um rapaz de Lisboa*, p. 43 )

(154) “... *ninguém noticiará (seu suicídio) cv, portanto ninguém ficará sabendo nada sobre o ocorrido (...) *Aí, sim, todo mundo noticiará cv...*”*

(PB -Ademir Rosa, 1950, *Os Lobos*, p. 10)

Hipótese:

Nos dados de peças teatrais catarinenses e lisboetas dos séculos XIX e XX, o percentual de objetos nulos não será o mesmo para todas as pessoas do discurso. Cyrino (2003), Raposo (2004) e Kato (2003) defendem que os clíticos de terceira pessoa estão desaparecendo no PB e, por isso, há tendência ao objeto nulo no português do Brasil. Por essa razão, acreditamos que encontraremos maior percentual de objetos nulos de terceira pessoa em dados do PB que em dados do PE, uma vez que no PB não é comum a omissão de objetos de 1ª e 2ª pessoa.

5) animacidade do referente: [+ animado] , [- animado] <sup>33</sup>

(155) “(...) *disse-lhe que picasse também os ossos, se quisesse, que ele pagava-os como se fossem carne,*”

(...)

*Quem convidou o Goguinho não foi ele fui eu, convidei-o porque é um rapaz fino, sério...*”

(PE Gervásio Lobato, 1850, *O festim de Baltasar*, p. 534)

(156) - *O que foi?*

- *Eu não sei cy. Eu tive a impressão que já o vi antes.*

(PB Antônio Cunha, 1961, *Flores de Inverno*, p. 4)

### Hipótese:

Levando em conta os resultados obtidos por Cyrino (2001),

---

33 Adotamos o termo [+ - animado] em vez de [+ - humano] por julgar o primeiro mais abrangente que o segundo.

esperamos encontrar, no PB, uma maioria de objetos nulos com antecedente inanimado e, no PE um preenchimento maior, independente de condição de animacidade.

6) Especificidade do referente : [+ específico] [- específico]

(157) *Eu devia entendê-la no decurso de dois anos.* ( Ana Augusta)  
(PE – Camilo Castelo Branco, 1825, *O último acto*, p. 304)

(158) *Mas não podiam saber cv (que tomamos isso)*  
(PB – Ademir Rosa, 1950, *O dia em que os porcos comerão sal*)

Hipótese:

Considerando, entre outros os estudos realizados sobre o assunto, Tarallo e Kato (1993) e Cyrino (2001) acerca da hierarquia da referencialidade, nossa expectativa é encontrar maior percentual de objetos anafóricos nulos nos casos em que o referente for [- específico].

7) Forma de (não) realização do objeto: nulo, clítico, pronome pleno, demonstrativo (isso, mesmo), SN simples, SN oracional. Optamos por incluir esta variável na análise para que seja feito o refinamento das formas variáveis anafóricas preenchidas.

(159) - *Tome só um gole.*

- *Não quero cv. Pode beber cv você”*

(PB Ademir Rosa, 1950, *Os lobos*, p. 15)

(160) “*E há tanto tempo que me dizes essas coisas, que acabasse por tomá-las a sério e acreditar que são verdade.*”

(PE – Luiz Francisco Rebello, 1924, *É urgente o amor*, p. 12)

(161) *Então vou chamar todo mundo de filho da outra.*

- *Não faz isso, rapaz.*

(PB – Ademir Rosa, 1950, *Os Lobos*, p. 25)

(162) *Acho que estão querendo se apossar. Isso não pode, não tem lei que cubra um crime desses, ou tem cv?*

(PB – Ademir Rosa, 1950, *Os Lobos*, p. 23)

### Hipótese:

Nossa expectativa para o PB é que a maioria dos objetos anafóricos seja nula. Dentre aqueles que se apresentarem preenchidos, o percentual de clíticos será menor em relação aos demais, se considerado o grupo de fatores século de nascimento do autor da peça teatral. Já com relação ao PE, os clíticos deverão ser os preferidos para o preenchimento do objeto (Cf. CYRINO, 2001), enquanto que o SN oracional, deve ser o ambiente preferido para o apagamento.

8) Ordem do objeto : nulo (não se aplica), VO, OV.

(163) - *Desejo falar com o Sr. Mendes. Ele está em casa*

- *Está, sim senhor. Vou chamá-lo.*

(PB Antero dos Reis Dutra, 1855, *Brinquedos de Cupido*, p. 124)

(164) *Dir-se-ia que já não o aborreço tanto... que já o não aborreço*

*nada... E por que **o** hei de aborrecer? Ele nunca me fez mal...!*

(PB José C. de Lacerda Coutinho, 1842, *Quem desdenha quer comprar*, p. 30)

(165) *Eu vi **o** ainda cair, e soltei um grande grito...*

(PB José C. de Lacerda Coutinho, 1842, *Quem desdenha quer comprar*, p. 30)

### Hipótese

Nos casos em que o objeto é preenchido, acreditamos que a ordem direta (SVO) - canônica- é a que prevalecerá sobre as outras, confirmando os resultados de alguns estudos já realizados. Deverá ser considerada exceção, no entanto, quando se tratar de objeto preenchido por clítico, visto que, nesse caso, outros critérios deverão ser adotados para o posicionamento dessas sentenças. No PB, por exemplo, como a tendência tem sido o uso de pronomes proclíticos, alguns dados fugirão à ordem SVO. A ordem SVO, portanto, deve aparecer bem mais em dados do PE que em dados do PB.

9) Elemento (X) entre V e O: não se aplica (VO ou OV), argumento interno (oi), adjuntos, argumento externo.

(166) “- Eu recebi ***anteontem*** uma carta de Jorge Valadares.”

(PE – Camilo Castelo Branco, 1825, *O ultimo acto*, p. 307)

(167) “***O café eu*** busco.”

(PB- Ademir Rosa, 1950, *O dia em que os porcos comerão sal*, p. 230)

### Hipótese:

A hipótese é que, na maioria dos casos de PB e de PE, não



haja elementos entre V e O, especialmente quando houver um clítico como complemento.

10) Estatuto do referente: pronome, oração, SN ou VP<sup>34</sup>.

(168) *Não há perigo de morrer de fome... se tiver dinheiro... que há de ter... estou convencido de que o tem... se não tiver cv é o mesmo”*

(PB José Cândido de Lacerda Coutinho, 1841, *A casa para alugar*, p. 53)

(169) - *Já veio o Sr. Mendes?*

- *Não sei cv Snr.*

(PB Antero dos Reis Dutra, 1855, *Brinquedos de Cupido*, p. 101)

(170) *Eu não chorei. Eu não consegui chorar. Eu não conseguiria cv”*

(PB Antônio Cunha, 1961, *Flores de Inverno*, p. 13 )

### Hipótese

Nossa expectativa para o estatuto do referente é que, principalmente, sejam omitidos os objetos que se referirem a orações. Isso porque, entre SNs, pronomes e orações estas últimas são as que mais provavelmente terão traço [- animado] e, como Cyrino (2007) já mostrou, antecedentes com esse traço têm maior possibilidade de gerar objetos nulos. Em contrapartida, esperamos que os objetos cujos referentes são SNs e pronomes tenham maior probabilidade de serem preenchidos, pois tendem mais a terem o traço [+ animado] e [+ específico]. Já quando o referente for um VP, nossa expectativa é de

---

34 VP: do inglês, *verbal phrase*.

que gerem sempre objetos nulos.

11) Estrutura da oração: SVO, SXV, nulo VO e VXO.

Para este grupo de fatores, analisamos orações em que:

(i) a representação do sujeito é nula, mas em que há objeto (ØVO):

(171) “ A senhora escondeu até hoje o seu segredo; cv escondeu-o como se esconde um crime.”

(PE – C.C. Branco, 1825 - *O último acto*, p. 305)

(ii) o sujeito está expresso na oração, e não há elementos (X) entre o sujeito e o verbo (SV)<sup>35</sup>

(172) “Todo mundo diz isto. É bonito também.”

(PE Gervásio Lobato, 1850, *O festim de Baltazar*, p. 561)

(iii) o sujeito está expresso e há elementos entre o sujeito e o verbo (SXV):

(173) “*O tio André nunca nos contou cv [o que lhe dizia]*”

(PE – João G. Z. Da Câmara, 1852, *O Beijo do Infante*, p. 600)

(iv) orações em que há elemento X entre o verbo e o objeto (VXO):

---

35 Consideramos “X” qualquer elemento entre sujeito e verbo, como adjuntos ou apostos, por exemplo.

(174) Imagine que o **não** creio.

(PE – Camilo Castelo Branco, 1825, *O último Acto*)

(175) Que já o **não** aborreço nada.

(PB – J.C. Lacerda Coutinho, 1842, *Quem desdenha quer comprar...*, )

### Hipótese

Espera-se que a maioria das sentenças apresentem a estrutura S V nulo. Estudos sobre a ordem do sujeito (COELHO, 2000; COSTA S., 2003, entre outros) já mostraram que a ordem direta, sujeito-verbo, é a preferida no PB. No que se refere ao objeto, os resultados mostrados no capítulo I apontaram para uma tendência ao apagamento do objeto cada vez maior à proporção que os anos se aproximavam do final do século XX. Por isso, esperamos encontrar, em relação às demais estruturas, um percentual maior de sentenças com a estrutura SV nulo no século XX. Assim, buscaremos também mostrar que, no século XIX o padrão sintático no PB era *sujeito nulo + verbo + objeto* (sujeito nulo VO) e passou a ser, no final do século XX *sujeito + verbo + objeto nulo* (SV nulo):

	Sujeito	Objeto
Século XIX	-	+
Século XX	+	-

Portanto, tendo por base a teoria laboviana acerca da variação e mudança e apoiados no programa estatístico VARBRUL (Cf. PINTZUK. S, 1988) é que analisaremos as ocorrências de objeto

direto anafórico nas vinte e nove peças teatrais selecionadas. Tal estudo servirá, esperamos, para atestar ou não as hipóteses levantadas neste capítulo e investigar se estamos ou não diante de um estado de competição entre gramáticas que, de um lado, seguem uma construção mais conservadora quanto à exigência de preenchimento do objeto – preferencialmente com clíticos - e, do outro, admitem a elipse de objeto anafórico em determinados contextos.

Apresentamos até aqui o método utilizado na pesquisa e a descrição do *corpus* utilizado – peças teatrais escritas por autores florianopolitanos e lisboetas nascidos nos séculos XIX e XX. Discutimos também, algumas hipóteses que motivaram a investigação sobre o (não)preenchimento do objeto anafórico no PB e no PE dos dois séculos.

É chegado o momento, então, de revelarmos os resultados que obtivemos a partir da análise desses dados. Na seção que segue, o leitor poderá encontrar os resultados percentuais e probabilísticos referentes à análise que realizamos.

### **3.4 A análise**

Após feitas as rodadas estatísticas considerando a variável dependente *preenchimento do objeto direto anafórico* e as variáveis independentes (i) variedade do português, (ii) século de nascimento do autor da peça teatral, (iii) estatuto da oração, (iv) pessoa do discurso, (v) animacidade do referente, (vi) especificidade do referente, (vii) forma de realização do objeto direto anafórico, (viii) estatuto do referente e (ix) estrutura da oração, obtivemos os resultados que mostraremos a seguir.

Por estarmos lidando com duas variedades do português,

apresentaremos os resultados da análise do (não)preenchimento do objeto anafórico na língua portuguesa em duas etapas: em dados do PB e em dados do PE. Antes, porém, apresentaremos alguns resultados da rodada preliminar que realizamos com todos os dados, envolvendo o *corpus* do PB e o *corpus* do PE, simultaneamente.

### 3.4.1 Rodada preliminar com todos os dados do PB e do PE

Para darmos início à análise, consideramos o preenchimento do objeto anafórico no conjunto de todos os dados referentes às peças teatrais do PB e do PE que são objeto de nosso estudo. Obtivemos, no início, os percentuais mostrados na tabela que segue:

Variedade do português	Objeto nulo		Objeto preenchido	
	n°	%	n°	%
PB	204/614	34	410/614	66
PE	263/663	39	400/663	61

**Tabela 9:** Percentuais de objeto nulo e preenchido em dados do PB e do PE

Note-se que, tanto no PB quanto no PE o percentual de objetos preenchidos foi maior que o de objetos nulos. Isso indica que, de maneira geral, nos dados que analisamos, se observados simultaneamente, ainda parece haver uma tendência maior na língua

portuguesa ao preenchimento do objeto que à elipse.

Dando continuidade à análise e considerando todos os grupos de fatores nesta primeira rodada, constatamos alguns knockouts sobre os quais, antes de serem eliminados, teceremos alguns comentários.

O primeiro fator em que apareceu knockout diz respeito ao estatuto da oração, cujos percentuais obtidos mostramos a seguir:

Estatuto da oração	Objeto nulo		Objeto preenchido	
	Nº	%	Nº	%
Oração absoluta / principal	397/1044	38	647/1044	62
Coordenada 2	35/96	36	61/96	64
Coordenada 1	2/7	29	5/7	71
Adverbial	14/48	29	34/48	71
Substantiva	19/68	28	49/68	72
Adjetiva	0/17	0	17/17	100

**Tabela 10:** Percentual de objetos anafóricos nulos e preenchidos em todos os dados do PB e do PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'estatuto da oração'.

Os percentuais apresentados na tabela revelam que nos dados que analisamos, as orações adjetivas constituem um fator que restringe a elipse do objeto anafórico. Por outro lado, a omissão desse complemento verbal parece ocorrer com maior frequência em orações absolutas/principais e coordenadas 2, em que os percentuais de ocorrência foram um pouco mais elevados que os demais. Seguem alguns exemplos :

a) Oração absoluta/principal:

(176) Sinto-o [que aquele beijo deu-me um pedaço da alma]

(PE – João G. Zarco de Câmara - *O beijo do infante*, 1898)

(177) Não adivinhei **cv**. [o que ela disse]

(PE – Gervásio J. G. Lobato- *O festim de Baltasar*, 1894 )

(178) Eu também quero **cv** [aquele licor]

(PB – Antônio Cunha- *Flores de Inverno*, 1992)

b) Oração coordenada 2:

(179) Sou cruel, meu amigo, podia já poupá-lo deste espetáculo e não quis **cv**. (PE- Camilo Castelo Branco, 1859, *O último Acto*)

c) Oração coordenada 1:

(180) Ele não devolveu **cv** [a pasta] porque não quis.

(PB – Mário Júlio Amorim, 1939, *O dia do javali*.)

d) Oração subordinada adverbial:

(181) Eu já estava casado quando **a** conheci.

(PB – Antônio Cunha, 1961, *Flores de Inverno*)

e) Oração subordinada substantiva:

(182) Eu já previa **cv** [que amas D. Adelaide]

(PB – Antero dos Reis Dutra, 1855, *Brinquedos de cupido*)

f) Oração subordinada adjetiva:

(183) Mas se sabe alguma razão que a impeça de vir. [Gilberta]

(PE – Manuel Francisco Pressler, 1907 - *A Menina Feia*)

(184) E quando soube que ele tinha uma pessoa que a protegia.

(PE – Luiz Fernando Rabelo, 1924, *É urgente o amor* )

(185) ...”ver nos olhos a boa vontade com que o encaro.”

(PE – Augusto C. Correia de Lacerda, 1825, *Clero, nobreza e povo*.)

Para resolvermos o problema do knockout nesse grupo de fatores e darmos continuidade às rodadas, optamos por descartar nas rodadas seguintes as 17 ocorrências de orações adjetivas encontradas, já que, em todas, a opção foi pelo preenchimento do objeto. Além disso, amalgamamos as orações coordenadas 1 e 2, por conta do pequeno número de ocorrências de objeto anafórico nas primeiras (apenas 2/7).

Também houve knockout no grupo de fatores que considerava a pessoa do discurso a que correspondiam os objetos anafóricos analisados. Ocorreu percentual de 100% de preenchimento na primeira pessoa do singular e na primeira e segunda pessoa do plural. Optamos, então, por amalgamar a primeira pessoa com a segunda, amalgamando-se singular e plural, de onde obtivemos os seguintes resultados:

<b>Pessoa do discurso</b>	<b>objeto nulo</b>	<b>objeto preenchido</b>
3ª	40%	60%
2ª	4%	96%

**Tabela 11:** Percentuais de ocorrência de objeto nulo e preenchido em dados do PB e do PE segundo o grupo de fatores 'pessoa do discurso'.

Por último, cabe comentarmos que, quanto à forma de realização, encontramos quatro ocorrências de objetos preenchidos com pronomes plenos, todas da mesma peça teatral, *O dia do javali* (PB -



Mário Júlio Amorim, 1939), que mostraremos a seguir:

- (186) Eu achei *ela*! (a pasta)  
 (187) Eu só peguei *ela*!  
 (188) Senta *ela*, senão cai! (a moça)  
 (189) Vão acabar matando *você*!

Para que se tenha conhecimento das formas de realização do objeto anafórico encontradas nas peças que estudamos, segue uma tabela com os resultados obtidos após a análise:

Forma de realização	Número	Percentual
Nulos	472	37%
Clíticos	765	60%
Pronomes plenos	04	1%
Outros <sup>36</sup>	36	2%

**Tabela 12:** Número e percentuais de objetos nulos e preenchidos no PB e no PE segundo o grupo de fatores 'forma de realização' do objeto anafórico.

<sup>36</sup> Consideramos outros: pronomes demonstrativos, artigos indefinidos.

Dando continuidade à análise dos resultados nesta primeira etapa, agora sem os knockouts que descrevemos, constatamos que o programa Varbrul selecionou como significativos para a ocorrência de dados com objeto direto anafórico nulo no PB e no PE, seis grupos de fatores:

- a) animacidade do referente;
- b) século de nascimento do autor da peça;
- c) estatuto do referente;
- d) estatuto da oração;
- e) especificidade do referente e
- f) pessoa do discurso.

### **Animacidade do referente**

O primeiro grupo de fatores selecionado pelo programa nesta rodada foi “animacidade” do referente. A análise do traço [+ - animado] nos dados que estudamos revelou que o maior percentual de objetos diretos anafóricos nulos se concentrou nos casos em que o referente tinha traço [- animado]:

<b>Traço <i>animacidade</i></b>	<b>Objetos nulos</b>	<b>P. R.</b>
[+ animado ]	5 % (27/495)	0,13
[- animado ]	56% (440/785)	0,77

**Tabela 13:** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB e do PE, segundo o grupo de fatores 'animacidade do referente'.

Nossos resultados atestaram os de Cyrino (2007), para quem a elipse do objeto é favorecida quando o referente tem traço [-animado].

### **Século de nascimento do autor da peça**

Ao levarmos em consideração todos os dados, pudemos constatar, numa análise simultânea das peças dos autores florianopolitanos e lisboetas, que a língua portuguesa está passando por mudança no que diz respeito à realização do objeto anafórico. Constatamos que no século XX a frequência de objetos anafóricos nulos é maior que o dobro daquela observada no século XIX. Entretanto, é nas rodadas que faremos ao longo do trabalho que poderemos investigar o quanto cada uma – PB e PE – é efetivamente “responsável” por essa mudança. Será o momento também de analisar mais detalhadamente, em termos cronológicos, o comportamento do objeto anafórico quanto ao seu preenchimento em cada uma das variantes da língua portuguesa.

<b>Século de nascimento do autor da peça teatral</b>	<b>Objetos nulos</b>	
	<b>Número</b>	<b>Percentual</b>
Século XIX	167/718	23%
Século XX	303/559	54%

**Tabela 14:** Percentuais gerais de objeto direto anafórico nulo em dados do PB e do PE, simultaneamente, segundo o grupo de fatores 'século de nascimento do autor da peça teatral'.

### Estatuto do referente

O programa selecionou, em seguida, o grupo de fatores 'estatuto do referente', sob o qual analisamos se o referente era sintagma nominal ou oração<sup>37</sup>. Foi possível constatar, pelos percentuais obtidos, que o preenchimento do objeto tende a estar relacionado a referentes em forma de sintagmas nominais, enquanto que a elipse do objeto anafórico está mais em evidência quando o referente é uma oração:

Estatuto do referente	Objeto nulo	P. R.
Sintagma nominal	29% (209/732)	0,36
Oração	69% (256/369)	0,76

**Tabela 15:** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB e do PE segundo o grupo de fatores 'estatuto do referente'.

### Estatuto da oração

<sup>37</sup> Iniciamos a rodada considerando pronome, sintagma nominal e oração, mas o primeiro foi amalgamado com o segundo, pois havia apenas cinco ocorrências de objetos nulos, de um total de 178 pronomes. Ainda, encontramos objetos anafóricos nulos com referentes VP; tais ocorrências foram retiradas da rodada porque geraram knockout (76/76), com 100% de objetos nulos.

O quarto grupo de fatores selecionado nesta rodada preliminar foi o estatuto da oração:

Estatuto da oração	Objetos nulos		PR
	Número	%	
Absoluta/Principal	397/1044	38	0,52
Coordenada	37/104	36	0,45
Adverbial	14/48	29	0,42
Substantiva	19/68	28	0,35

**Tabela 16** : Freqüência e probabilidade de ocorrência de objetos anafóricos nulos no PB e no PE segundo o grupo de fatores 'estatuto da oração'

Os resultados mostram na tabela 16 que as orações absolutas/principais são o contexto que mais favorece a elipse do objeto. Já os pesos relativos associados a orações coordenadas e, principalmente, subordinadas mostraram que nesses contextos a probabilidade de ocorrerem objetos nulos é um pouco menor, com destaque para a substantiva, que se revelou como um dos contextos que mais inibe a ocorrência de objeto nulo.

### **Especificidade do referente**

Em quinto lugar, o programa estatístico selecionou como favorecedor da ocorrência de objetos anafóricos nulos na língua portuguesa, considerando as duas variedades que analisamos, a especificidade do referente, revelando-nos os seguintes resultados:

Especificidade do referente	Objeto Nulo		PR
	Número	%	
[- específico]	435/776	56	0,59

[+ específico]                      32/505                      6                      0,37

---

**Tabela 17 :** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PB e no PE segundo o grupo de fatores 'especificidade do referente'

Os percentuais mostrados na tabela 17 confirmam o que já esperávamos: a frequência de objetos nulos anafóricos com antecedente com traço [-específico] é maior que aquela revelada para antecedentes com traço [+específico]. Além dos percentuais, os pesos relativos também corroboraram com o resultado, apontando uma maior probabilidade de elipse do objeto quando o antecedente é [-específico].

### **Pessoa do discurso**

O último grupo de fatores selecionado pelo programa Varbrul como favorecedor da elipse de objetos anafóricos foi a pessoa do discurso. Como já esclarecemos anteriormente, amalgamamos a 1ª e a 2ª pessoa do discurso por conta do knockout gerado para a primeira pessoa. A rodada estatística nos revelou o seguinte:

<b>Pessoa do discurso</b>	<b>Objetos nulos</b>		<b>PR</b>
	<b>Número</b>	<b>%</b>	
3ª	462/1147	40	0,53
2ª	5/134	4	0,28

**Tabela 18:** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB e do PE, segundo o grupo de fatores 'pessoa do discurso'.

Como se pode constatar, a terceira pessoa é a grande

favorecedora da elipse de objeto anafórico. O peso relativo de 0,53 (quase o dobro daquele obtido para a segunda pessoa), mostra que existe grande probabilidade de o objeto ser nulo quando seu referente é de terceira pessoa, o que já havia sido constatado também em outras pesquisas (Cf. CYRINO, 2003; KATO, 2003; RAPOSO, 2004).

Nossos resultados mostraram nesta rodada preliminar que o (não)preenchimento do objeto anafórico vem sendo influenciado na língua portuguesa, considerando-se o PB e o PE, por fatores como a *animacidade*, o *século* de nascimento do autor da peça, o *estatuto do referente*, o *estatuto da oração*, a *especificidade do referente* e a *pessoa do discurso*.

Ao apontar como favorecedor da ocorrência de objetos anafóricos nulos o grupo de fatores *século de nascimento do autor da peça* – componente extralinguístico – o programa pode estar sinalizando para uma mudança em progresso na língua. No entanto, essa e outras conclusões só poderão ser possíveis nas próximas rodadas, em que trataremos especificamente de cada amostra: uma do PB e outra do PE.

### **3.4.2 O objeto direto anafórico em dados do PB**

Na segunda etapa da análise, consideramos apenas os dados provenientes de peças teatrais escritas por autores florianopolitanos que, em nossa pesquisa, constituem a fonte de onde retiramos os dados do PB. Buscamos observar como se comporta o objeto direto anafórico nessas peças, quanto ao (não)preenchimento. Para tanto, foram analisados 390 dados do século XIX e 224 do século XX, num total de 614 ocorrências de objeto anafórico no PB.

Dentre as onze variáveis independentes que começamos a

investigar no início da pesquisa, acabamos por trabalhar com sete, por conta da eliminação de alguns knockouts e dos amálgamas que realizamos quando o número de dados não chegava a ser significativo em relação ao restante da amostra, como já explicamos no início da seção anterior. Além desses, houve também casos em que concluímos, após categorização dos dados, que alguns fatores se sobrepunham a outros ou que não seriam relevantes para este trabalho. Então, para os dados do PB, trabalhamos com (i) século de nascimento do autor da peça teatral, (ii) estatuto da oração, (iii) pessoa do discurso, (iv) animacidade do referente, (v) especificidade do referente, (vi) estatuto do referente e (vii) estrutura da oração.

Analisamos os 614 dados que, após submetidos ao programa estatístico, revelaram os resultados que passamos agora a descrever.

Dos sete grupos de fatores considerados, o programa selecionou, para os dados do PB, apenas os quatro que apresentaremos a seguir, por ordem de relevância:

- 1°) animacidade do referente;
- 2°) século de nascimento do autor da peça teatral;
- 3°) estatuto do referente e
- 4°) pessoa do discurso.

### **Animacidade do referente**

A animacidade foi o grupo de fatores apontado como mais significativo nesta rodada pelo programa estatístico Varbrul. Após análise, os resultados mostraram, para os dados do PB, os resultados a seguir:



Animacidade	Objetos nulos		P.R.
	Número	%	
<b>[- animado]</b>	196/390	50	0,77
<b>[+ animado]</b>	8/224	4	0,11

**Tabela 19:** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'animacidade do referente'.

Os resultados mostraram que o traço [- animado] condiciona favoravelmente a ocorrência de objeto direto anafórico nulo, uma vez que em 50% dos dados cujos referentes têm traço [- animado] o objeto é elíptico. Por outro lado, houve uma quase unanimidade na opção pelo objeto preenchido nos casos em que o referente é [+ animado]. O peso relativo (0,77) também comprovou que a probabilidade de elipse do objeto anafórico é bem maior em contextos cujo referente detém o traço [-animado] que naqueles em que o referente é [+ animado], que tiveram peso relativo igual a 0,11.

Cyrino (2007) explica que, com base na Hierarquia da Referencialidade, o objeto tende a ser nulo quando o referente é de terceira pessoa e tem o traço [ - animado], enquanto que referentes com traço [+ animado] tendem a dar origem a objetos preenchidos. Assim, os resultados obtidos com relação à animacidade do referente atestam nossa hipótese de que os objetos anafóricos nulos são favorecidos quando o referente tem traço [- animado], formulada a partir dos resultados de Cyrino (2007).

### **Século de nascimento do autor da peça teatral**

O segundo grupo de fatores selecionado como relevante pelo programa estatístico foi o século de nascimento do autor da peça teatral. Apresentamos na tabela que segue os valores que encontramos após a análise:

Século de nascimento do autor da peça teatral	Objetos nulos		PR
	Número	%	
XIX	65/390	17	0,33
XX	139/224	62	0,77

**Tabela 20:** Frequência e probabilidade de ocorrência de de objetos nulos em dados do PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'século de nascimento do autor da peça teatral'.

É possível observar nos resultados apresentados na tabela que houve um aumento considerável (de 17 para 62%) na frequência de objetos anafóricos nulos do século XIX para o século XX. O peso relativo de 0,77 comprova a probabilidade maior de ocorrência de objeto anafórico nulo nos dados do século XX, em relação ao século anterior. Os resultados confirmam, portanto, nossa hipótese de que à medida que chega o século XX, “chegam” também mais objetos nulos ao PB.

### **Estatuto do referente**

O terceiro grupo de fatores selecionado como relevante para o (não) preenchimento do objeto anafórico nos dados do PB dos séculos

XIX e XX foi o estatuto do referente. Analisamos o estatuto do referente quanto à possibilidade de ser oração ou sintagma nominal<sup>38</sup>.

Estatuto do referente	Objeto nulo		P. R.
	N °	%	
SN oracional	78 /158	49	0,55
SN não oracional	94 /424	22	0,48

**Tabela 21:** Frequência e probabilidade de ocorrências de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'estatuto do referente'.

Como mostram os resultados apresentados na tabela, os referentes em forma de oração favorecem o uso do objeto nulo no PB dos séculos XIX e XX, o que confirma nossa hipótese, baseada em Cyrino (2007). Entretanto, apesar de a frequência de elipse do objeto anafórico nulo ser maior quando o referente é oracional (49%), não se pode desprezar o peso relativo de 0,48 que o programa estatístico apontou para referentes SN. Tal resultado nos alerta para o fato de, nos dados do PB desses dois séculos, a probabilidade de elipse de objeto com antecedente SN se aproximar, em termos de peso relativo, daquela que ocorre quando se tem referente oracional.

### **Pessoa do discurso**

O quarto e último grupo de fatores apontado como

---

38 Conforme já explicamos anteriormente, os casos de objetos nulos com referentes VP foram retirados da análise, uma vez que geraram knockout.

favorecedor para a ocorrência de elipse do objeto anafórico no PB dos séculos XIX e XX foi a pessoa do discurso. Os resultados obtidos aparecem na tabela a seguir:

Pessoa do discurso	Objeto nulo		PR
	Nº	%	
3ª	203/539	38	0,56
2ª	1/75	1	0,17

**Tabela 22:** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'pessoa do discurso'.

A frequência e a probabilidade maior de ocorrência de objetos anafóricos nulos nos dados do PB do século XIX e XX que analisamos confirma nossa hipótese de que a 3ª pessoa favorece a elipse do objeto anafórico, baseada no que já haviam mostrado outras pesquisas desenvolvidas por Cyrino (2003), Kato (2003) e Raposo (2004).

### **Comparando-se os séculos, o que dizem os resultados do PB?**

A tabela a seguir resume os resultados obtidos após os cruzamentos que realizamos entre os grupos de fatores selecionados para esta rodada:

Grupos de fatores	Século XIX	Século XX
[- animado]	29%	74%
[+ animado]	2%	10%

Referente oracional	29%	74%
Referente não-oracional	11%	48%
3ª pessoa do discurso	19%	69%
2ª pessoa do discurso	0%	4%

**Tabela 23:** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo os grupos de fatores 'animacidade', 'estatuto do referente' e 'pessoa do discurso'

Os resultados mostraram que no PB do século XX houve um aumento expressivo na frequência de objetos nulos, em relação ao que observamos no século XIX. Para todos os grupos de fatores selecionados, houve aumento de mais de 50% nos valores, o que indica uma forte influência da chegada do século XX sobre a frequência de uso do objeto nulo.

Além do que nos mostra a tabela 23, não se pode, ainda, deixar de comentar que a análise revelou sobre a presença dos clíticos no PB, quando o objeto anafórico é preenchido: observou-se uma queda acentuada do século XIX para o século XX, na presença dos clíticos em PB, como mostra a tabela:

Forma de realização	Século XIX	Século XX
Clíticos	65%	30%
Nulos	12%	57%

**Tabela 24:** Percentual de clíticos e nulos como forma de (não)realização do objeto anafórico no PB dos séculos XIX e XX.

Tal queda no percentual de clíticos no PB pode estar associada à tendência cada vez maior à elipse do objeto, o que atesta a hipótese de Raposo (2004) para quem, no PB, o objeto nulo resulta da elipse de um clítico ou de um pronome pleno.

Outro fato que merece comentários é que, embora o SN oracional seja favorecedor da omissão do objeto anafórico, percebemos que do século XIX para o século XX os objetos cujos referentes são SNs não oracionais também tenderam ao apagamento. Constatamos, nesse caso, a tendência à elipse do objeto com o passar dos séculos:

	Século XIX	Século XX
SN oracional	29% (25/86)	74% (53/72)
SN não oracional	11% (33/297)	48% (61/127)
VP	100% (7/7)	100% (25/25)

**Tabela 25:** Percentual de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, com antecedente SN oracional, SN não oracional e VP

Note-se que no século XX, os objetos nulos com antecedente SN não oracional chegaram a mais que o quádruplo do percentual revelado para o século XIX (11%). Mais uma vez, constatou-se que cada vez mais se elevam os percentuais de elipse quando se consideram aqueles fatores que, no século XIX, inibiam a mudança. Quanto aos VPs, notou-se também que no século XX o número de VPs triplicou-se em relação ao século anterior, revelando assim, a presença de outro fator que cada vez mais favorece a elipse do objeto anafórico no século XX.

Os resultados atestam, enfim, que estamos vivenciando no PB uma tendência cada vez maior à elipse do complemento verbal anafórico, favorecida principalmente pela *passagem dos séculos*, pelo *traço [- animado]* do referente, pelo *estatuto do elemento* a que se refere o objeto e *pela pessoa do discurso*. Além desses, também a queda no percentual de clíticos do século XIX para o século XX parece estar contribuindo com o uso cada vez mais frequente do objeto nulo no PB, pois seu lugar parece estar sendo cada vez mais “ocupado” pela categoria vazia de objeto.

### **3.4.3 O objeto direto anafórico em dados do PE**

Consideramos para esta etapa da análise os mesmos grupos de fatores tomados na etapa anterior: (i) século de nascimento do autor da peça teatral, (ii) estatuto da oração, (iii) pessoa do discurso, (iv) animacidade do referente, (v) especificidade do referente, (vi) estatuto do referente e (vii) estrutura da oração. Foram analisados 328 dados do século XIX e 335 do século XX, totalizando 663 ocorrências.

Após rodada estatística com os 663 dados do PE dos séculos XIX e XX, o programa estatístico selecionou como relevantes cinco fatores, apresentados a seguir, em ordem de significância:

- 1º) animacidade do referente;
- 2º) estatuto do referente;
- 3º) estatuto da oração;
- 4º) século de nascimento do autor da peça teatral;
- 5º) especificidade do referente.

Interessante observarmos que o século de nascimento do autor da peça teatral foi selecionado tanto na análise dos dados do PB quanto nesta, em que analisamos os dados do PE. Entretanto, na rodada com os dados do PB, esse foi o segundo grupo de fatores selecionados como mais relevante para a ocorrência de objetos nulos mas, no PE, apareceu somente em quarto lugar na análise.

### **Animacidade do referente**

O programa mostrou como o primeiro grupo de fatores relevante na análise do objeto anafórico nulo no PE dos séculos XIX e XX a animacidade do referente. Os resultados obtidos apontaram para um percentual mais elevado de ocorrência de objetos nulos quando os referentes tinham traço [- animado] enquanto que, com os referentes com traço [+ animado] a opção era pelo preenchimento do objeto:

Animacidade	objeto nulo		P.R.
	N °	%	
[+ animado]	19/271	7	0,14
[- animado]	244/396	62	0,78

**Tabela 26:** Frequência e probabilidade ocorrência de objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'animacidade do referente'

Nossa expectativa, baseada nos resultados de Cyrino (2001) era que, no PE, os percentuais de preenchimento fossem maiores que os de elipse do objeto, independentemente do traço de animacidade do referente. Chama a atenção, no entanto que, em termos percentuais, os



referentes com traço [- animado] estejam influenciando tanto na frequência (62%) quanto na probabilidade de ocorrência de objetos elípticos (0,78) no PE.

### **Estatuto do referente**

O segundo fator selecionado - estatuto do referente – levou em conta o fato de o objeto anafórico se referir a uma oração ou a um sintagma nominal (SN). Após a rodada estatística, o programa apontou para uma tendência a se utilizarem objetos preenchidos quando o referente era SN não oracional e a se utilizarem objetos nulos quando o referente era SN oracional, confirmando nossa expectativa, baseada em Cyrino (2007)<sup>39</sup>.

Estatuto do referente	Objetos nulos		P.R.
	Nº	%	
SN não oracional	127/497	26	0,44
SN oracional	92/126	73	0,71

**Tabela 27:** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'estatuto do referente'.

### **Estatuto da oração**

O estatuto da oração foi o terceiro grupo de fatores

---

<sup>39</sup> Lembramos, mais uma vez, que os referentes pronominais foram amalgamados aos SNs e os referentes VP foram excluídos da rodada por knockout.

selecionado como mais significativo na opção pelo objeto nulo:

Estatuto da oração	Objetos nulos		PR
	Nº	%	
Absoluta /principal	221/520	42	0,55
Coordenada	21/58	36	0,38
Adverbiais	10/31	32	0,31
Substantivas	11/47	23	0,26

**Tabela 28:** Frequência e probabilidade de objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'estatuto da oração'

Os resultados mostram que as orações absolutas e principais são o contexto que mais favorece a elipse do objeto. Podemos dizer, ainda, que as orações substantivas, em contrapartida, constituem o contexto que oferece mais resistência ao uso de objetos nulos, o que pode ser comprovado pela baixa frequência (23%) e também pelo peso relativo de 0,26 (menos da metade daquele mostrado para as orações absolutas ou principais, apontado para essas orações.

### **Século de nascimento do autor da peça teatral**

A exemplo do que fizemos com os autores do PB, também agrupamos as peças de teatro de autores nascidos em Lisboa (PE) segundo o século de nascimento dos seus autores. Os resultados obtidos são trazidos na tabela a seguir:

Século de nascimento do autor	Objetos nulos		P.R.
	Nº	%	
XIX	(99/328)	30%	0,42
XX	(164/335)	49%	0,52

**Tabela 29:** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos anafóricos nulos em dados do PE dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'século de nascimento do autor da peça teatral'.

Destaca-se na tabela o aumento na tendência ao uso do objeto anafórico elíptico à medida que se aproxima o século XX, assim como ocorreu também no PB, confirmando nossa expectativa baseada no estudo piloto realizado por Costa S. em 2009, o qual já mostrava que no PE, a exemplo do que ocorre no PB, também se observa tendência ao apagamento do objeto.

### Especificidade do referente

O último grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico como relevante para a ocorrência de objetos anafóricos nulos no PE dos séculos XIX e XX foi a especificidade do referente:

Especificidade do referente	Objeto nulo		P.R.
	Nº	%	
[- específico]	239/384	62	0,60
[+ específico]	24/283	8	0,36

**Tabela 30:** Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos no PE dos séculos

XIX e XX, segundo o grupo de fatores 'especificidade do referente'.

Os resultados revelaram que antecedentes com traço [- específico] geram objetos nulos com maior frequência (62%) que aqueles que tem traço [+específico]. Da mesma forma, o peso relativo 0,60 confirmou que há maior probabilidade de se encontrarem objetos nulos no PE quando seus referentes são [- específicos].

### **Comparando-se os séculos, o que dizem os resultados do PE?**

Pode-se perceber na tabela a seguir que, os grupos de fatores animacidade do referente, estatuto do referente, estatuto da oração e especificidade do referente são favorecedores da elipse do objeto no PE do século XX uma vez que, para todos os fatores, houve aumento na frequência de objetos nulos do século XIX para o século XX:

<b>Grupos de fatores</b>	<b>Século XIX Obj. Nulo</b>	<b>Século XX Obj. Nulo</b>
[- animado]	51 %	70%
[+ animado]	6%	8%
SN oracional	51%	86%
SN não oracional	21%	31%
Absoluta /principal	34%	50%
Coordenada	24%	54%
Substantivas	14%	37%

Adverbiais	24%	50%
[- específico]	52%	70%
[+ específico]	9%	8%

**Tabela 31** : Frequência de objetos anafóricos nulos no PE dos séculos XIX e XX, segundo os grupos de fatores 'animacidade do referente', 'estatuto do referente', 'estatuto da oração' e 'especificidade do referente'.

A tabela mostra, comparativamente, o PE dos séculos XIX e XX quanto à ocorrência de objetos anafóricos nulos. Percebe-se que, em termos de percentuais houve algumas mudanças de um século para outro. O traço [- animado], por exemplo, parece que segue rumo ao seu reconhecimento como favorecedor da ocorrência de objeto nulo. O século XX representou o momento em nossa análise em que tivemos, no PE, os percentuais mais altos de elipse do objeto. Entretanto, se observarmos os percentuais relativos ao estatuto do referente, poderemos constatar que o valor relacionado às elipses de orações subiu mais (37%) que o valor relacionado às elipses de SNs (10%), do século XIX para o século XX, indicando que, no PE, referentes oracionais favorecem fortemente o uso de objetos nulos, se comparados aos referentes SNs não oracionais.

Os resultados quanto ao estatuto da oração nos permitiram observar que, no PE do século XX, a frequência de objetos nulos é maior em orações coordenadas, seguidas das absolutas ou principais e das adverbiais. As substantivas foram aquelas em que menos se observou a presença de elipse do objeto.

Além do que nos revelou o que mostramos na tabela \_\_\_\_ em termos de grupos de fatores que favorecem a elipse do objeto anafórico no PE, a análise dos dados também nos permitiu observar

que houve queda do século XIX para o XX no percentual de clíticos, apesar de não ser tão acentuada como a que ocorreu no PB, que foi de 35%; em contrapartida, o percentual de objetos nulos se elevou no século XX, o que pode indicar que haja no PE, embora de uma forma mais contida que no PB, uma tendência à elipse do objeto oracional, principalmente, atrelada à queda dos clíticos.

	Século XIX	Século XX
Clíticos	68% (228/332)	50% (168/335)
Nulos	30% (102/332)	49% (165/335)

**Tabela 32:** Percentual de clíticos e objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX

A exemplo do que fizemos para o PB, trazemos a seguir uma tabela para ilustrar a variação nos percentuais de referentes SNs oracionais. SNs não oracionais e VPs, no PE dos séculos XIX e XX:

	Século XIX	Século XX
SN oracional	50% (23/46)	86% (69/80)
SN não oracional	21% (55/265)	31% (72/232)
VP	100% (21/21)	100% (23/23)

**Tabela 33:** Percentual de objetos nulos com antecedente SN oracional, SN não oracional e VP no PE dos séculos XIX e XX

Os resultados da tabela aumento no PE do século XIX para o PE do século XX no percentual de objetos nulos com antecedente SN

oracional. Entretanto, o aumento para o percentual de antecedentes SN não oracionais não foi tão expressivo, apenas 10%. Os objetos nulos com antecedente VP no PE também se mantiveram em 100% de um século para o outro, mostrando que o VP é o tipo de antecedente que mais favorece a elipse de objeto.

### **Considerações acerca do objeto direto anafórico no PB e no PE**

Ao compararmos os resultados obtidos durante as rodadas realizadas com os dados do PB e do PE, é possível tecermos alguns comentários sobre a (não)realização do objeto anafórico nessas duas variedades da língua portuguesa.

Primeiramente, observou-se que tanto na análise do PB quanto na do PE, o grupo de fatores selecionado como mais significativo foi a 'animacidade do referente'. Os resultados percentuais e de probabilidade mostraram, tanto em uma amostra quanto na outra, que o grande favorecedor da elipse do objeto nos dados que analisamos foi o traço [-animado] do referente.

A partir desse grupo de fatores, entretanto, observaram-se diferenças entre as duas variedades quanto aos grupos de fatores selecionados e quanto à ordem de significância em que apareceram, como podemos visualizar no quadro a seguir:

Ordem	Grupos de fatores para o PB	Grupos de fatores para o PE
1°	Animacidade	Animacidade
2°	Século de nascimento do autor da peça	Estatuto do referente
3°	Estatuto do referente	Estatuto da oração
4°	Pessoa do discurso	Século de nascimento do autor da peça
5°	-	Especificidade do referente

**Quadro 3:** Grupos de fatores selecionados na análise do PB e do PE, segundo a ordem de significância

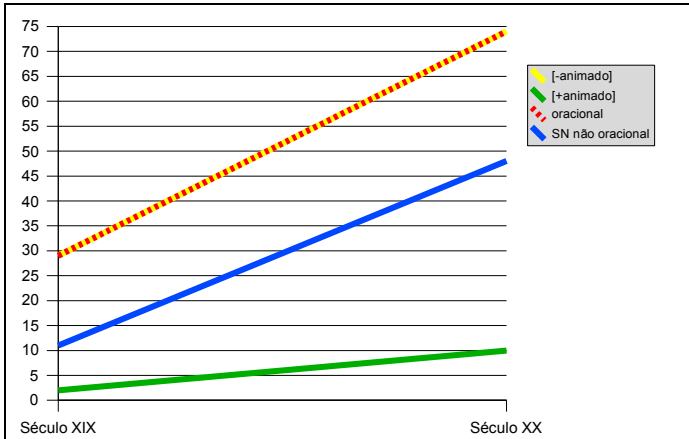
Note-se que, o século de nascimento do autor da peça teatral aparece, no PB, como segundo grupo de fatores mais significativo para a ocorrência de objetos anafóricos nulos, enquanto que no PE apareceu somente em quarto lugar. Tal fato pode estar apontando para uma mudança no PB mais acentuada no século XX, em termos de ocorrência de objetos elípticos, como mostra a tabela a seguir ao trazer os percentuais de objetos nulos em cada século, nas duas variedades e de acordo com cada grupo de fatores selecionado:



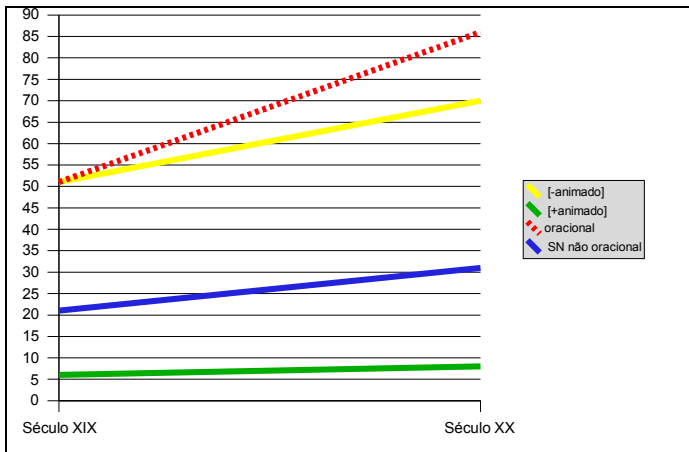
Grupos de Fatores	PB		PE	
	XIX	XX	XIX	XX
[-animado]	29%	74%	51%	70%
[+ animado]	2%	10%	6%	8%
SN oracional	29%	74%	51%	86%
SN não oracional	11%	48%	21%	31%
3ª pessoa	19%	69%		
2ª pessoa	0%	4%		
Coordenada			24%	54%
Absoluta/principal			34%	50%
Adverbial			24%	50%
Substantiva			14%	37%
[ específico]			52%	70%
[+ específico]			9%	8%

**Tabela 34** : Frequência de objetos nulos no PB e no PE dos séculos XIX e XX, segundo os grupos de fatores selecionados em cada rodada

Se considerarmos os dois grupos de fatores cuja seleção coincidiu na análise realizada com as duas amostras, poderemos perceber que o “salto” do século XIX para o século XX nos percentuais de objeto nulo do PB é bem maior que aquele observado no PE, durante o mesmo período. Tal constatação pode ser melhor visualizada nos gráficos a seguir:



**Gráfico 4** : Frequência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo os grupos de fatores 'animacidade' e 'estatuto' do referente'.



**Gráfico 5** : Frequência de objetos nulos no PE dos séculos XIX e XX segundo os grupos de fatores 'animacidade' e 'estatuto' do referente'.

Como afirma Cyrino (2007), há relação entre a hierarquia da referencialidade e a opção pela elipse do objeto no PB. Segundo os resultados que obtivemos, no PE se observou a relação entre hierarquia da referencialidade e a opção pela elipse do objeto na língua portuguesa (Cf. CYRINO, *op. cit.*), uma vez que os percentuais de objetos nulos com antecedente [- animado] e [- específico] no século XIX (51% e 52%, respectivamente) já indicavam a importância desse grupo de fatores no estudo do objeto nulo.

O século de nascimento do autor da peça teatral, segundo fator selecionado para o PB e quarto para o PE – também comprovou nossa hipótese de que à medida que se aproximam os dias atuais, cresce a possibilidade de ocorrerem objetos anafóricos nulos.

A seleção do estatuto do referente – terceiro fator selecionado para os dados do PB e segundo para os dados do PE – comprovou em nossos dados os resultados revelados em outras pesquisas, como a de Cyrino (2007): os referentes oracionais tendem mais a gerar objetos nulos que os referentes em forma de SN. Revelou também que no PE a influência dos referentes oracionais na opção pelo objeto nulo vem desde o século XIX, quando já era bem maior que a dos SNs não oracionais. Já quando o referente é um SN não oracional, no PB observamos um “salto” do século XIX para o século XX bem maior nos percentuais, o que não ocorre no PE, como ilustraram os gráficos que mostramos anteriormente.

Tais resultados nos fazem refletir sobre o comportamento das duas variedades – PB e PE – ao longo dos séculos XIX e XX com relação à elipse do objeto.

No PB tem-se a impressão de que a variação (mudança, quiçá) deve ocorrer mais rapidamente que no PE, tendo em vista a variação nos

percentuais de objetos nulos de referentes SN não oracionais que é bem maior de um século para o outro, que nos dados do PE.

Percebeu-se, no quadro, levando-se em consideração o traço [-animado] do referente nos dados do PB, o aumento do percentual de ocorrência de objetos nulos, que sobe de 31% no século XIX para 74% no século XX.

Já nos dados do PE também houve aumento nos percentuais de objeto nulo do século XIX para o século XX. O fato de os percentuais de uso de objetos nulos considerando-se o fator animacidade do referente no PE irem de 51% no século XIX para 70% no século XX revelou que, proporcionalmente falando, no PB houve maior influência do traço [- animado] sobre a opção pelo objeto nulo que no PE, tendo em vista que, no século XIX, esse percentual era bem menor na variedade brasileira que na europeia.

Por fim, os percentuais apontaram para uma queda bastante acentuada – de 65% para 30% - na frequência de clíticos no PB do século XIX para o XX, aliada ao aumento expressivo – de 12% para 57% - da elipse do objeto. Já no PE, a variação nos percentuais não foi tão acentuada. Obtivemos 70% de clíticos no século XIX que foram para 54% no século XX, enquanto que o percentual de nulos foi de 30% no século XIX para 49% no século seguinte. O que podemos afirmar diante de tais percentuais é que parece realmente haver uma relação entre a realização do objeto anafórico e o uso de clíticos e que, no PB, essa variação parece ser mais evidente, dadas as diferenças maiores nos percentuais de clíticos e objetos nulos de um século para outro.

No PE, essa relação também parece existir, embora de uma forma mais tímida; note-se que a variação nos percentuais de clíticos

entre os dois séculos mostrou uma redução de 16%, enquanto que o aumento de objetos nulos foi de 19%. No caso do PB, o “salto” nos percentuais foi bem maior, uma vez que o uso dos clíticos caiu, no século XX, em 35%, e o aumento do percentual de objetos nulos foi de 45% em relação ao século XIX.

É chegado o momento, então, de retomarmos algumas hipóteses que levantamos ao longo deste trabalho para, à luz dos resultados obtidos, verificarmos quais foram confirmadas ou não.

A primeira hipótese que levantamos no início deste trabalho foi que haveria percentuais de elipse de objeto mais elevados no PB que no PE. Nossos dados revelaram que no PB do século XX o percentual de elipse é maior (62%) que o do PE (49%) no mesmo século. Além disso, é possível afirmar que, apesar de o PB apresentar um percentual maior de objetos nulos no século XX, no PE também houve aumento (de 30% para 49%) no percentual de objetos nulos de um século para outro.

Propusemo-nos, também, a investigar a respeito dos fatores [animacidade] e [especificidade], apontados, entre outros por Cyrino (2007), como determinantes na opção pela elipse do complemento verbal. Como foi possível constatar com a análise dos resultados que acabamos de apresentar, esses fatores quanto ao seu traço negativo se mostraram, sim, favorecedores do uso de objetos nulos.

Conseguimos também atestar a hipótese de Raposo (2004) segundo a qual o percentual de objetos nulos no PB é maior que no PE, principalmente se levarmos em conta o fato de a elipse de SNs não oracionais ser mais comum na variedade brasileira do século XX. Lembremo-nos de que, segundo o próprio autor, há mais contextos no PB em que podem ocorrer objetos nulos que no PE, o que pode

explicar os “saltos” nos percentuais de objetos nulos do PB do século XIX para o século XX, se considerarmos os valores apresentados na tabela 34.

Outra hipótese que conseguimos atestar foi a que diz respeito ao percentual de clíticos no PB e no PE. Os resultados mostraram que no PE há maior frequência de clíticos que no PB. Enquanto que no século XIX o PB mostrou 65% de clíticos, no século XX esse percentual caiu para 30%. O PE, que por sua vez apresentou 70% de clíticos no século XIX, teve esse percentual reduzido para 54% no século seguinte.

Como já foi apontado anteriormente, tais resultados podem sinalizar uma relação, no PB entre a queda dos clíticos e o uso cada vez maior de objetos nulos. Lembre-se que o percentual de nulos no século XIX na variedade brasileira era de apenas 12% , subindo para 57% no século XX.

Em se tratando do grupo de fatores *século de nascimento do autor da peça teatral*, temos comentários importantes para tecer.

Embora não tenha sido o primeiro fator selecionado em cada uma das etapas, ele estava presente em todas. Em todas, também, percebemos que a chegada do século XX representou um aumento no percentual de objetos nulos. Também, se considerarmos os pesos relativos associados aos grupos de fatores, veremos que a passagem do século XIX para o XX reafirmou a probabilidade de uso de objetos nulos em relação a cada fator selecionado. Pode-se dizer, então, que estamos caminhando, em termos de preenchimento de complemento do verbo para uma mudança em tempo real.

Considerando-se o embasamento teórico, nossa pesquisa está pautada na teoria laboviana de variação e mudança linguística,

segundo a qual existem problemas empíricos a serem “enfrentados” antes que a mudança ocorra de fato.

Nossa análise revelou que há alguns grupos de fatores cujo papel é, ainda, restringir o uso de objetos nulos, favorecendo o preenchimento do objeto. Constatamos que as orações coordenadas 1, substantivas e adjetivas favorecem o preenchimento do objeto anafórico. Em especial, destacamos as últimas, para as quais o programa revelou 100% de preenchimento do objeto.

Além desses contextos em que o referente do objeto era a 1ª pessoa do singular ou a 1ª ou 2ª pessoa do plural também se mostraram determinantes para o preenchimento e, portanto, inibidoras da elipse de objeto, ficando esta mais favorecida nos casos de referentes de terceira pessoa.

Somam-se a esses, o traço semântico (animacidade / especificidade) e o estatuto do referente (nulo de oração ou nulo de SN), como contextos mais importantes quanto ao favorecimento à elipse do objeto. No caso do PE, os resultados mostraram que a passagem de um século para o outro não significou muito (apenas 19% de diferença) em termos percentuais na preferência pela elipse do objeto com antecedentes [- animado]. Entretanto, quando analisamos os percentuais de objetos nulos no PB, percebemos que a passagem do tempo atuou na influência exercida pelo traço [-animado] para a opção pela elipse, já que a diferença entre os dois séculos foi bem maior (45%), na verdade, mais que o dobro do que foi mostrado para a variedade europeia.

Outro destaque nos grupos de fatores que licenciam objetos anafóricos nulos é o estatuto do referente. Constatamos que os objetos nulos que têm como referente orações representam maioria tanto no

PB (74%) quanto no PE (86%) do século XX. Entretanto, a variação no PE (35%) foi menor que aquela observada no PB (45%), se considerados os dois séculos. No PB, ao contrário do que ocorre no PE, também se observa que a diferença nos percentuais de aumento de objeto nulo com referente oracional e com referente SN não oracional aumenta bastante (em torno de 37%) do século XIX para o século XX. Tal fato parece significativo para nossa análise na medida em que aponta para um aumento na opção pela elipse do objeto relacionada a referentes não oracionais no PB.

Para pensarmos no problema do encaixamento linguístico levando em conta nosso objeto de estudo, é preciso que retomemos, mais uma vez, alguns resultados que obtivemos.

Em primeiro lugar, nossa análise simultânea do PB e do PE revelou que mais da metade (60%) dos dados de objeto que analisamos, quando preenchidos tinham como forma de realização um clítico.

Entretanto, se observarmos o que ocorre com os percentuais de clíticos nos séculos XIX e XX, teremos:

	<b>PB</b>	<b>PE</b>
Século XIX	65 %	70%
Século XX	30%	54%

**Tabela 35:** Percentual de clíticos no PB e no PE, segundo o grupo de fatores século de nascimento do autor da peça

A diferença entre os percentuais referentes ao PB dos dois séculos (35%) e ao PE (24%) no mesmo período aliada ao aumento do



uso de objetos nulos nas duas variedades e no mesmo período não nos permite deixar de associar os dois fatos.

Tanto no PB quanto no PE os resultados apontaram para uma relação entre a queda dos clíticos e o aumento do uso de objetos elípticos, bem mais evidente no PB. Assim, se por um lado os clíticos estão “desaparecendo” na língua portuguesa, por outro, a categoria vazia em lugar de objeto anafórico é cada vez mais comum.

O que parece ter ocorrido (ou estar ocorrendo) é que, no século XIX, quanto à realização do objeto anafórico, o PB contava com estruturas SVO em que o objeto poderia ter como referente principalmente uma oração e se realizar por meio de um clítico. Com a chegada do século XX, a preferência, em lugar de clíticos, passou a ser pela categoria vazia, especialmente se o referente for um SN com traço [-animado].

No PE do século XIX, entretanto, já tínhamos um número expressivo de orações como referentes de objetos elípticos e, no século seguinte, esse número cresceu ainda mais. O que não se observou, no entanto, foi um crescimento tão expressivo no percentual de nulos de SNs não oracionais. Isso nos leva a crer que no PE, diferentemente do que ocorreu no PB, a elipse do objeto esteja atrelada a referentes oracionais em que o traço *animacidade* não tenha tanta influência quanto aquela que exerce no PB.

Outro problema empírico que WLH discutem e do qual nos propusemos a tratar é a transição. O que nos parece, com relação ao objeto que estudamos é que, como ainda convivemos com dois sistemas (um que licencia objetos nulos e outro que o preenche) estamos, quem sabe, a caminho de uma mudança. Observamos, ao longo da pesquisa, que as duas formas (objeto nulo e preenchido)

estão convivendo, cada qual em seu contexto, de acordo com seus respectivos condicionadores.

Talvez possamos ainda dizer que estamos próximos do momento da implementação da mudança, tendo em vista o grande salto nos percentuais de objeto nulo apresentados do século XIX para o século XX, especialmente no PB.

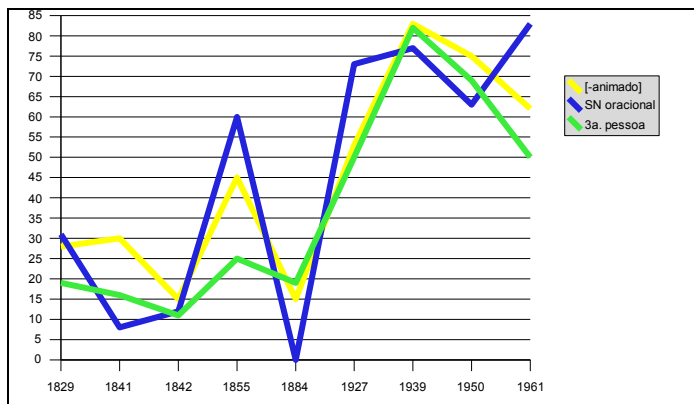
Entretanto, como já atestamos, há duas formas em evidência, tanto no PB quanto no PE; indício de que a implementação deva ainda acontecer.

Além dos problemas empíricos de WLH, nosso trabalho também se pautou na teoria de Kroch (1989; 1994; 2001). Kroch defende, como já comentamos no Capítulo II em que tratamos do aparato teórico, que existe relação entre a mudança linguística e o estágio que ele nomeia *gramáticas em competição*.

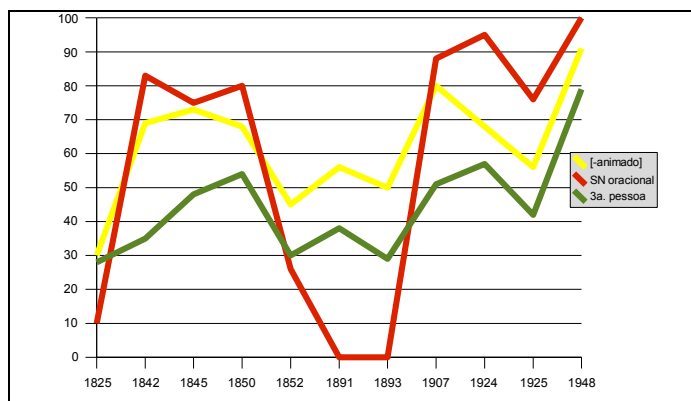
Com base na teoria de Kroch que entende a mudança como resultado do processo em que certas estruturas gramaticais acabam por se substituírem após terem convivido por certo tempo, podemos afirmar que, no caso da (não)realização do objeto anafórico na língua portuguesa estamos diante de um período de co-variação no PB e no PE entre uma gramática de objetos nulos e outra, que ainda preenche objeto anafórico em certos contextos.

Para ilustrar, trazemos os gráficos a seguir, em que representamos os percentuais gerais de objetos nulos no PB e no PE, segundo os grupos de fatores *animacidade, estatuto do referente e pessoa do discurso*, selecionados na análise realizada com dados do PB como os de maior peso relativo, para que possamos fazer uma comparação entre as duas variedades da língua portuguesa (para uma melhor visualização, trazemos o ano de nascimento do autor, em vez

de mostrarmos apenas o século):



**Gráfico 6:** Frequência de objetos anafóricos nulos no PB, segundo os grupos de fatores 'animacidade', 'estatuto do referente' e 'pessoa do discurso', considerando-se o ano de nascimento do autor de cada peça teatral



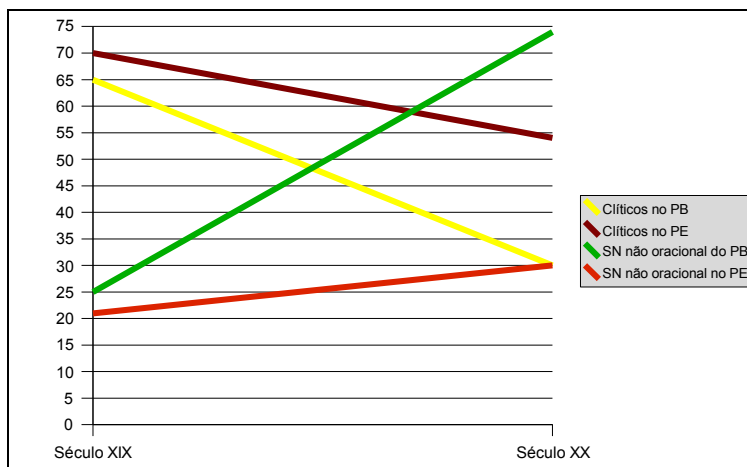
**Gráfico 7:** Frequência de objetos anafóricos nulos no PE, segundo os grupos de fatores 'animacidade', 'estatuto do referente' e 'pessoa do discurso', considerando-se o ano de nascimento do autor de cada peça teatral

Kroch (1989) representou no seu gráfico (ver p. 150) o uso do auxiliar *do* estudado por Ellegard. No gráfico que elaboramos, buscamos mostrar de que modo o uso do objeto nulo aconteceu nos dois séculos, levando-se em conta o ano de nascimento dos autores das peças.

A exemplo do que ocorreu no gráfico de Kroch (1989), nossos resultados também culminaram em curvas cuja inclinação parece mostrar que o PB segue rumo à implantação do objeto anafórico elíptico, principalmente no século XX, estando atrelado aos condicionadores traço [-*animado*] do referente, referentes *SNs oracionais e terceira pessoa do discurso*. No PE, apesar de o gráfico também ter mostrado uma tendência maior ao uso do objeto nulo no século XX, isso parece acontecer de uma maneira mais contida que no PB.

Durante a análise dos gráficos nos chamou a atenção o fato de no PB haver algo de novo na passagem do século XIX para o século XX: a semelhança na proporção do aumento no percentual de objetos anafóricos nulos, segundo os três grupos de fatores analisados. No PE, por outro lado, apesar de os objetos nulos que são resultado da elipse de SNs oracionais estarem se destacando, ainda se observa uma certa resistência à elipse do objeto com relação aos percentuais de objeto nulo relacionados aos outros grupos de fatores representados no gráfico. Tal fato pode indicar uma tendência maior ao uso do de objetos nulos no PB que no PE.

Examinemos o gráfico a seguir que representa, o percentual de objetos nulos anafóricos como resultado de referentes SN não oracionais e, ao mesmo tempo a queda de clíticos nas duas variedades da língua portuguesa que analisamos:



**Gráfico 8:** Percentual de clíticos e de objetos nulos, por século, com referente SN não oracional no PB e no PE

No gráfico 8 fica nítida a influência de referentes SNs não oracionais na opção pelo objeto anafórico nulo no PB do século XX em relação ao século XIX, bem como em relação ao PE dos dois séculos. A curva representada no gráfico mostra que o PB do século XX é marcado por objetos nulos resultantes de SNs não oracionais. Além disso, a queda no percentual de clíticos no PB do século XIX para o século XX também nos faz refletir acerca de uma possível relação entre esses dois fatores.

### 3.5 Sobre a (não) realização do objeto anafórico e do sujeito

Finalizar este trabalho sem fazer referência ao (não)

preenchimento do sujeito seria deixar a pesquisa que realizamos muito mais incompleta do que costumam ser os trabalhos que realizamos no meio acadêmico. Incompletos, sim. Felizmente incompletos, porque é essa incompletude que nos faz constantemente ir em busca de respostas e explicações para tudo que nos rodeia. Foi essa incompletude que fez e faz com que muitos pesquisadores se lancem em busca de conhecimento. Foi essa necessidade que nos fez estarmos aqui, buscando respostas para questões que um dia achamos instigantes.

Quando demos início à pesquisa, nossa intenção era investigar, simultaneamente, o preenchimento do sujeito e do objeto no PB e no PE dos séculos XIX e XX. Olhem só que pretensão a nossa! Tais foram os desdobramentos de que fomos “vítimas” que fomos obrigados, em certo momento, a delimitar nosso objeto de estudo. Apesar disso, não poderíamos deixar de dedicar parte de nosso trabalho, ainda que pequena fosse, a comentar alguns resultados e a fazer observações acerca daquilo que consideramos a “semente” desta pesquisa, o que despertou em nós, como pesquisadores, o desejo de saber mais sobre a língua portuguesa.

Assim, dedicamos esta seção a uma pequena análise do (não) preenchimento do sujeito e do objeto no PB e no PE, a fim de registrar não somente os resultados que obtivemos até aqui mas, principalmente, de deixar expressa nossa intenção de, no futuro, aprofundar o assunto.

### **Revisitando (brevemente) o sujeito**

Duarte (1993) realizou uma pesquisa diacrônica, a partir de dados coletados em peças teatrais escritas nos séculos XIX e XX (entre 1845 e 1992), com o intuito de observar os efeitos da simplificação dos

paradigmas flexionais do PB provocados pela perda das formas pronominais **tu** e **vós**, praticamente em todas as regiões do país em que foram substituídas por **você(s)** e **o(s) senhor(es)**. Além disso, a análise do pronome **a gente** que co-existe com o pronome **nós** e gera um paradigma que apresenta apenas três formas distintas também foi alvo do estudo da autora. Seguem algumas de suas conclusões.

- 1) a perda gradual da opção pelo sujeito nulo no PB pode estar relacionada à redução dos paradigmas flexionais: nos períodos em que os índices de sujeito nulo eram mais elevados, estava em vigor um paradigma pronominal semelhante ao do português europeu; já nos períodos a partir de 1937, houve uma elevação nos índices de preenchimento de sujeito, o que coincide com a substituição da segunda pessoa (tu /vós) por *você(s)* e o *senhor* (a);
- 2) a mudança não atua uniformemente por todas as pessoas do discurso: a primeira pessoa é a que mais apresenta sujeitos preenchidos, enquanto que na terceira pessoa observa-se maior número de sujeitos nulos;
- 3) o tipo de texto escrito em peças de teatro, embora não sendo uma reprodução fiel, aproxima-se bastante da fala: o percentual de queda do pronome de primeira pessoa é bastante baixo, assim como ocorre com o de terceira pessoa.

Portanto, Duarte acredita que existe relação entre a perda de

propriedades *pro-drop* e a simplificação no quadro pronominal. Tal perda, no entanto, não se dá igualmente em todas as pessoas, encontrando maior resistência na terceira pessoa.

Para a autora, portanto, o PB perdeu, devido ao enfraquecimento da flexão, a propriedade típica de línguas de sujeito nulo do grupo *pro-drop* por não ser mais possível, em alguns casos, a identificação da categoria vazia sujeito. Segundo ela, essa perda não é ainda o que se poderia chamar de mudança concluída, pois “o PB atual vive com um sistema agonizante” em que ainda se observam características de língua *pro-drop* e uma “riqueza flexional” perdida, que já não é suficiente para a identificação de sujeito. Assim, o que se tem é um sistema *pro-drop* defectivo em que a concordância verbal é capaz de licenciar sujeitos nulos, cuja identificação fica cada vez mais restrita por conta da perda do traço de pessoa, antes mais fortemente presente no paradigma verbal.

Duarte se refere ao sujeito nulo em PB como um *pro* residual, pois é identificado e licenciado de acordo com os mecanismos utilizados nas línguas *pro-drop* românicas. Apesar de o sistema ser defectivo, a categoria vazia aparece nos mesmos contextos em que ele é obrigatório nas línguas românicas.

Assim, a autora afirma, com base nos resultados que obteve, que está ocorrendo uma mudança em progresso e que o PB caminha para o estabelecimento do pronome pleno, como se pode observar na tabela a seguir:



ANO	SUJEITOS NULOS (%)
1845	80
1885	77
1918	75
1937	54
1955	50
1975	33
1992	23

**Tabela 36:** Percentual de ocorrência de sujeitos nulos (adaptada de DUARTE, 1995. p. 19)

Além desse trabalho, Duarte (1995) analisa o preenchimento do sujeito na fala de 13 informantes cariocas, com nível universitário, em entrevistas de rádio e TV. A autora inicia a pesquisa mostrando resultados da análise do preenchimento do sujeito no PE coloquial e no PB, afirmando que, ao contrário do que ocorre no PB, em PE o sujeito nulo supera a preferência em relação ao pleno.

Para desenvolver sua tese, Duarte levanta três hipóteses acerca da tendência ao preenchimento do sujeito. A primeira diz respeito à perda do princípio 'evite o pronome', desencadeada pela redução no paradigma pronominal em PB; em seguida, a autora afirma existir um sistema defectivo de sujeitos nulos, cuja redução na frequência torna-os menos salientes e, por último, o surgimento do duplo sujeito.<sup>40</sup>

---

40 Segundo Duarte (1995, p. 44-45), construções com sujeito duplo (deslocamento à esquerda ou à direita) não são típicas em línguas do tipo *pro-drop*. Entretanto, para ela, é imprescindível que analisemos sentenças como as apresentadas a seguir para confirmarmos a hipótese do afastamento do PB do grupo das línguas de sujeito nulo:

- a) Eu acho que os militares, na época eles, foram muito hábeis em esconder as coisas... (H3b...)
- b) Ele é muito interessante, o Edifício Barão de Lucena.
- c) *cv* é bem carioca esse termo “vexaminoso”

Após fazer a análise das entrevistas, Duarte chegou a algumas conclusões, que merecem ser destacadas. A primeira delas é que há, ainda, contextos de resistência ao uso do sujeito pleno, como a terceira pessoa, as sentenças com pretérito perfeito, a presença do referente bem estabelecido no contexto discursivo e correferência entre sujeitos de estruturas subordinadas. Em segundo lugar, a autora constatou que o fator faixa etária foi bastante importante para mostrar a evolução gradual e constante em favor do sujeito pleno.

Além disso, Duarte chama a atenção para o fato de a ocorrência do duplo sujeito ser uma evidência da perda do princípio 'evite o pronome' e também que “retomar pronominalmente em posição de sujeito um SN ou um outro pronome, dentro da mesma sentença é [...] uma prova do encaixamento da mudança no sistema. (*op. cit.*, p. 142)

Por último, cabe destacar que, de acordo com Duarte, à medida que a mudança progride, aumentam as diferenças entre fala e escrita, pois a última ainda conserva um paradigma funcionalmente rico, ao contrário do que ocorre com a fala espontânea (*cf.* PAREDES DA SILVA, 1988; 1993, *apud* DUARTE, 1995) e, ainda, os informantes mais velhos optam tanto pelo sujeito nulo quanto pelo pleno, enquanto que os mais jovens dão preferência ao preenchimento. Isso ocorre porque os mais velhos têm opção de realização nula para a escrita e a fala mais formal, enquanto que os mais jovens não procedem a essa troca com tanta facilidade, uma vez que a gramática que utilizam já está em fase mais adiantada de mudança (*cf.* KATO, 1992 *apud* DUARTE, 1995).

---

Em outro estudo, Duarte (1999) reitera as evidências de que há, no PB, uma forte tendência ao preenchimento do sujeito e dá exemplos de estratégias utilizadas pelos falantes para usar a forma plena:

A) substituição, pela forma plena, da categoria vazia de sujeito indeterminado:

(189) Hoje em dia, quando a gente levanta as coisas, é que a gente vê tudo o que aconteceu. Mas na época a gente não podia acreditar (...) A gente não acredita nisso, primeiro porque a gente era novo.

(190) Você se sente rodeado de pessoas nas quais você pode confiar.

B) sujeitos deslocados à esquerda:

(191) Você, quando você viaja, você passa a ser turista. Então você passa a fazer coisas que você nunca faria no Brasil.

C) uso de você aliado aos verbos *ter* e *ver* como variação de *ter* e *haver* existenciais:

(192) Em Buenos Aires você tem confeitarias.

(193) Você vê muito concreto na tua frente.

D) alçamento de SNs sujeitos de encaixadas:

(194) Eles eram pra [cv] chegar às seis horas.

E) movimento de SNs gerados na posição de objeto:

(195) Isso aí tem [cv] bastante nesses shoppings.

F) movimento de complementos do SN:

(196) Ela cresce a unha rapidinho.

G) uso do demonstrativo isso em sentenças existenciais e temporais:

(197) Isso tem dez anos.

H) uso de SNs ou demonstrativo em vez do dêitico nulo:

(198) Mas normalmente esse acesso é um acesso que fica um pouco

prejudicado.

I) cópia de um sujeito sentencial na oração raiz:

(199) Se um adolescente tem um ataque, isso é coisa de adolescente.

J) uso de pronome pessoal:

(200) O Bob's monopolizou a Tijuca, né: Ele tem três Bob's aqui na Tijuca que vendem pra caramba.

K) uso de sintagmas adverbiais como *lá tem, aqui havia...* para preencher sujeitos nulos.

Para a autora, as estruturas que ela apresenta como exemplos estão começando a se mostrar no sistema e não se pode deixar de analisá-las sem estabelecer a relação de uma mudança com uma teoria sintática que permita observá-las e prever os caminhos que vão trilhar.

Outro trabalho desenvolvido por Duarte (2003a) buscou analisar a representação do sujeito pronominal sob a perspectiva do tempo real de curta duração com o intuito de observar a possível implementação da mudança em direção ao sujeito pleno. A autora realizou estudo do preenchimento do sujeito em duas amostras, considerando os mesmos informantes, em um intervalo de dezenove

anos.

Após comparar os resultados em dois tempos, e considerando fatores como faixa etária, escolaridade, estrutura da oração, presença/ausência de adjuntos a IP<sup>41</sup>, condições de referência e traço do referente, a autora constatou uma certa estabilidade no comportamento do indivíduo e da comunidade no que se refere ao processo de mudança nos últimos 19 anos. Tal resultado, salienta a autora, com certeza se deve ao curto espaço de tempo entre as gravações, uma vez que estudos diacrônicos (TARALLO, 1983; DUARTE, 1993) já revelavam uma trajetória de mudança no PB em direção ao sujeito pronominal preenchido.

Confirmaram-se ainda, também nesse estudo, os contextos que favorecem a implementação da mudança mesmo que ainda seja de forma lenta: presença de conjunções subordinativas, relativas e adjuntos, existência de elementos intervenientes entre o referente e a posição do sujeito, além de um referente [+ animado]. O sujeito nulo, por sua vez, ainda é encontrado em estruturas iniciais sem conectivos e adjuntos e quando há um referente sintaticamente acessível e com traço [-animado].

Além disso, Duarte encontrou as evidências do encaixamento da mudança, como a preferência por formas nominais plenas para a expressão do sujeito deslocado à esquerda. Segundo afirma a autora, “tais estruturas, que não ocorrem em línguas de sujeito nulo, são consideradas evidências do encaixamento da mudança paramétrica por

---

41 Do inglês, *inflectional phrase*.

que passa o português do Brasil.” (2003a, p.128)

Em outra pesquisa realizada por Duarte (2003b) o foco da autora dirigiu-se ao estudo do preenchimento do sujeito nas orações impessoais e em construções existenciais. As duas amostras, compostas por 30 informantes cada, estratificados segundo a escolaridade e a faixa etária, tiveram origem na comunidade de fala carioca (parte do acervo do Projeto PEUL) e foram gravadas no início dos anos 1980 e durante os anos de 1999 e 2000. Trata-se, nos termos de Labov, de um estudo de tendência, visto que os informantes são distintos e que os resultados servirão de base para investigar mudanças em curso dentro de uma comunidade, em tempo real de duração. Seguem, alguns exemplos dados pela autora:

(201) Não há/não tem mais clientela no centro da cidade.

(202) *Você* não tem mais clientela no centro da cidade.

*Você* vê muito concreto na tua frente.

(203) *Em Brasília* tem muito prédio. (alçamento do locativo para a posição do sujeito)

(204) *Strogonoff* tem a receita\_\_\_\_\_ aí. (preenchedor da posição à esquerda do verbo)

Os resultados mostraram que há uma reorganização em curso nas estruturas das sentenças existenciais com *ter* e *haver*, além de *ver*.

Tais estruturas, segundo a autora, passam a apresentar, mais

frequentemente, elementos à esquerda do verbo, sejam eles constituintes topicalizados, adjuntos ou SNs nominais e pronominais, que ocupam a posição de sujeito. A autora chama a atenção para a possibilidade de o processo de substituição de *haver* por *ter* também estar relacionado à projeção da posição do sujeito.

Os trabalhos de Duarte (1993; 1995; 2003a, 2003b, entre outros) servem para comprovar, portanto, que existe uma mudança em curso no PB que o leva de um estado de língua de sujeitos nulos para uma língua de sujeitos preenchidos.

A partir do estudo diacrônico realizado com peças teatrais (DUARTE, 1993) que revelou uma perda gradual no percentual de uso de sujeito nulo ao longo dos séculos, passando pela pesquisa que apontou o PE como uma língua que dá preferência ao sujeito nulo (1995) até chegar aos resultados que mostraram as estratégias utilizadas no PB para preenchimento do sujeito (1999), foi possível acompanhar, em vários momentos, o curso da mudança do parâmetro do sujeito nulo rumo ao preenchimento.

Os resultados obtidos por Duarte, além de fornecerem informações importantes sobre o estudo da realização do sujeito em peças teatrais brasileiras e na fala e na escrita de informantes cariocas constituirão, também, um elemento de comparação com os resultados que obtivemos neste trabalho.

Cyrino (2003) também retoma o trabalho acerca do preenchimento da posição de sujeito no PB (DUARTE, 1993) cuja autora afirma que a forma de realização do sujeito está condicionada à necessidade ou não de preenchimento para que seja devidamente



interpretado pelo interlocutor. Por causa disso, Cyrino chama a atenção para a semelhança entre o caso do princípio “evite o pronome” - parâmetro *pro-drop*, para o sujeito – e o caso do objeto nulo no PB. Isso porque a opção entre usar ou não o clítico está condicionada à interpretação, como no exemplo que ela traz, do século XVIII:

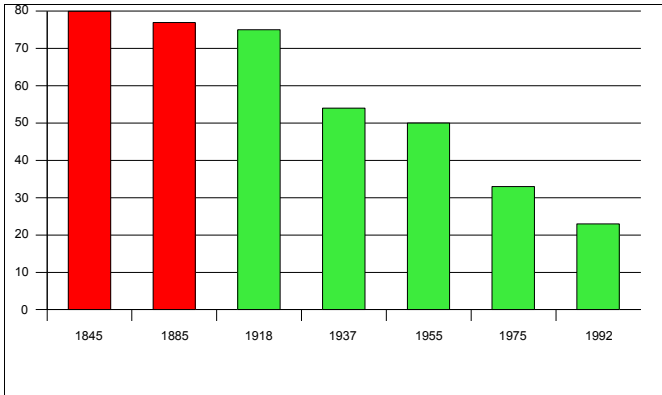
(205) Foi que D. Tibúrcio, com a pena de se ver cometido de três mulheres, como vossa mercê \_\_\_ sabe... (Antônio José, *Guerras do Alecrim e de Manjerona*, 1937, *apud* Cyrino, 1997)

(206) – Que é isto, sobrinho?

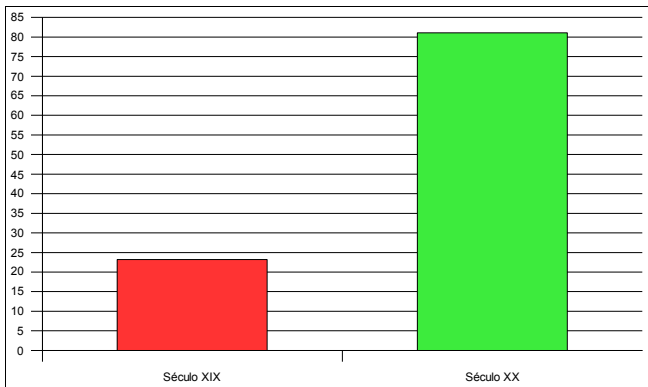
- Eu **o** não sei, em minha consciência. ( Antônio José, *Guerras do Alecrim e de Manjerona*, 1937, *apud* Cyrino, 1997)

Para Cyrino, teríamos em **a** e **b** um efeito do princípio 'evite o pronome' e ela afirma que “gostaria de reformulá-lo como sendo um princípio 'evite a redundância' ou 'não pronuncie nada a não ser que seja estritamente necessário.’” (p. 44)

Os resultados obtidos com a análise quantitativa do preenchimento do sujeito realizada por Duarte (1993, 1995, 1999, 2003, 2004) e da realização do objeto feita por Cyrino (1993, 1995, 1997, 2003, 2007), revelam que os percentuais de sujeitos e objetos nulos nos séculos XIX e XX se invertem com o passar do tempo, o que pode ser melhor visualizado nos gráficos a seguir:



**Gráfico 9:** Percentuais de sujeitos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo os resultados de Duarte (1995)



**Gráfico 10:** Objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo os resultados de Cyrino (1990)

Por isso, não podemos deixar de comentar a respeito do (não)preenchimento do sujeito quando estudamos a (não)realização do objeto anafórico, pois parece haver correlação entre esses dois

fenômenos.

### **Comparando resultados**

Os resultados sobre a representação do sujeito e do objeto no PB parecem mostrar que os dois fenômenos concorrem na língua, como se houvesse a necessidade de preenchimento do sujeito para compensar o esvaziamento da posição do objeto. Nesse sentido, a forma padrão (com sujeitos nulos e objetos preenchidos) – aprendida na escola – e o vernáculo (com sujeitos preenchidos e objetos nulos) – adquirido – parecem estar concorrendo, podendo indicar uma futura mudança nos parâmetros do PB que passará a ser, ao que tudo indica, uma língua *não pro-drop* e de objetos nulos.

Já no que diz respeito ao preenchimento do sujeito e do objeto no PE, a situação não parece ser a mesma que encontramos no PB. Enquanto os resultados de Duarte (1995) evidenciaram uma preferência pelo preenchimento do sujeito no PB, a autora constatou que o PE é uma língua que “prefere o sujeito pronominal nulo ao pleno”, afirmando que isso confirma a hipótese de Roberts (1993), baseada na “riqueza funcional” do paradigma verbal.

Quanto ao preenchimento do objeto, Cyrino (2001) constatou que, se para o PB há preferência pela elipse do objeto, no PE os clíticos acusativos mantêm seu lugar e a exceção, como a autora mostrou em sua pesquisa, é a omissão do objeto.

Diante desse quadro, observamos o comportamento do sujeito e do objeto quanto à realização no PB catarinense e no PE lisboeta representado nas peças de teatro dos séculos XIX e XX. Os resultados obtidos, após confrontados com os de Duarte e Cyrino, poderão

contribuir com estudos do PB e do PE, quanto à realização do sujeito e do objeto, numa perspectiva diacrônica.

A investigação em torno da (não)realização do sujeito e do objeto faz-se necessária uma vez que, diferentemente do que foi feito em outros trabalhos, para a coleta de dados, analisarei o sujeito e o objeto nas mesmas construções sintáticas em um *corpus* do PB e em um *corpus* do PE. A análise trará resultados inovadores, tendo em vista a originalidade do *corpus*: peças teatrais produzidas por autores florianopolitanos e lisboetas. O uso de peças teatrais foi a estratégia encontrada para que pudéssemos nos aproximar o máximo possível do vernáculo dos autores, visto que, no gênero teatral, a linguagem tende a se aproximar mais do cotidiano do que em outros gêneros.

Observamos contextos de verbos transitivos, potencialmente desencadeadores de objeto e verificamos se o preenchimento do sujeito e do objeto está ou não ocorrendo. Controlamos o preenchimento do sujeito e do objeto anafóricos simultaneamente, a fim de observar se quando o sujeito é preenchido o objeto é nulo, ou vice-versa.

Tal investigação servirá para mostrar o grau de relação entre os dois fenômenos e comparar em que proporção a mudança está acontecendo em Portugal e no Brasil. Será possível, então, verificar se existe relação (e em caso positivo, de que tipo) entre a tendência em se utilizarem sujeitos preenchidos e objetos elípticos. Por fim, procuramos saber se temos um caso de gramáticas em competição, ou não. Para tanto, alguns questionamentos guiaram as etapas do trabalho:

- (i) Existe relação, de fato, entre a tendência cada vez maior ao preenchimento do sujeito e ao apagamento do objeto no *corpus* analisado em PB? E em PE, o que acontece?

- (ii) De que maneira a mudança se encaixa no sistema?
- (iii) Em que se assemelham ou diferem as duas línguas quanto aos fenômenos estudados?
- (iv) Em algum momento da história do PB ou do PE sujeito e objeto estavam com um percentual de preenchimento equivalente?

Para refinarmos um pouco mais a análise, consideremos a tabela a seguir, onde mostramos os percentuais de sujeito e de objeto nulos, nos dois séculos, para o PB e o PE:

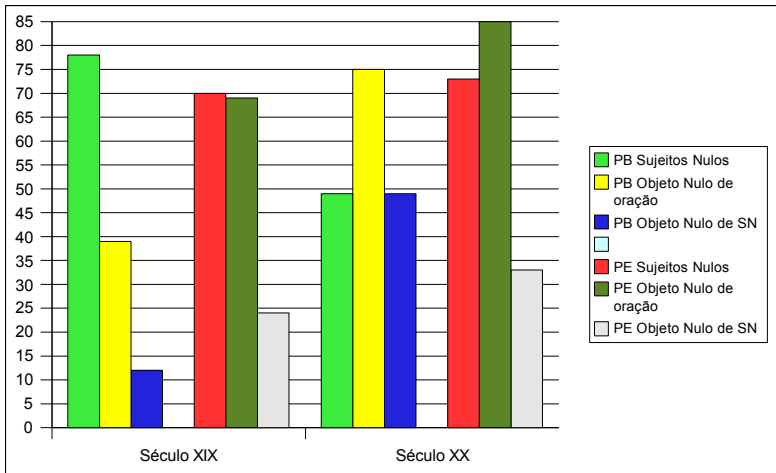
	PB				PE	
	Sujeitos nulos	Objetos Nulos		Sujeitos Nulos	Objetos Nulos	
		SN	Oração		SN	Oração
Século XIX	78%	12%	39%	70%	24%	69%
Século XX	49%	49%	75%	73%	33%	85%

**Tabela 37:** Percentuais de sujeitos e objetos no PB e no PE do séculos XIX e XX

A tabela mostra, para o PB do século XIX, uma predominância de sujeitos nulos e objetos preenchidos. Nota-se, também, que no século XX ocorre um aumento expressivo nos percentuais de objetos nulos, acompanhado de uma redução no percentual de sujeitos elípticos.

Em se tratando do PE, também temos no século XX um percentual alto de sujeitos nulos, assim como era no século anterior. Observa-se, ainda, que no século XX, os percentuais que indicam frequência de sujeitos nulos e objetos nulos tiveram aumento discreto

em relação ao século anterior, com exceção daquele que se refere à objeto nulo de oração, que chegou a 85%.



**Gráfico 11:** Percentuais de sujeitos e objetos nulos no PB e no PE dos séculos XIX e XX

Nossos resultados mostraram, para o PB, uma queda na retenção do objeto preenchido anafórico do século XIX para o século XX, a exemplo do que já havia mostrado Tarallo (1983). Por sua vez, os percentuais de sujeitos preenchidos aumentaram nas peças teatrais que analisamos, confirmando os resultados de Duarte (1995) que atestaram queda progressiva nos percentuais de sujeitos nulos do século XIX para o século XX.

Nota-se na tabela e no gráfico que apresentamos que, enquanto no PB os percentuais de sujeito preenchido se elevaram bastante no século XX, no PE isso não ocorreu da mesma forma, pois o percentual

de sujeitos nulos ainda ficou em 73%.

Outro fato que chama a atenção é que parecem caminhar na mesma direção o sujeito preenchido e o objeto nulo. Observe-se que o aumento no percentual de objetos nulos no PB, como mostrou o gráfico 10, levou, também, a um aumento expressivo no percentual de preenchimento de sujeito.

Cabe, ainda, tecer comentários sobre a descrição feita por Tarallo (1993) do (não)preenchimento do sujeito e do objeto no PB e no PE. Para discutirmos, convém lembrarmos que o autor propõe que o PB tenha no lado direito do verbo um sujeito preenchido (com interpretação dentro ou fora da sentença) e, na posição de objeto, a elipse (categoria vazia), um pronome tônico ou, ainda, um clítico, com ligação no discurso (o que não seria a opção mais frequente).

Já para o PE, o autor afirma que teríamos, no lado esquerdo, na posição de sujeito, a elipse (categoria vazia), com interpretação fora do nível da sentença – no discurso, portanto – enquanto que na posição de objeto teríamos somente um clítico, já que o pronome pleno ou a categoria vazia seriam considerados agramaticais na variedade europeia da língua. Comparando nossos resultados com o que propõe Tarallo (1993) com relação ao (não)preenchimento do sujeito e do objeto e retomando o diagrama da página 66, no Capítulo I, poderíamos ter dois momentos na língua portuguesa:

I) No século XIX:

	<b>SUJEITO</b>	<b>V</b>	<b>OBJETO</b>
<b>PB</b>	nulo (78%) preenchido (22%)	<b>E</b> <b>R</b>	clítico (65%) nulo (12%)
-----			
<b>PE</b>	nulo (70%) preenchido (30%)	<b>B</b> <b>O</b>	clítico (70%) nulo (30%)

II) No século XX:

	<b>SUJEITO</b>	<b>V</b>	<b>OBJETO</b>
<b>PB</b>	nulo (49%) preenchido (51%)	<b>E</b> <b>R</b>	clítico (57%) nulo (30%)
-----			
<b>PE</b>	nulo (73%) preenchido (27%)	<b>B</b> <b>O</b>	clítico (54%) nulo (44%)

O diagrama representa o preenchimento do sujeito e do objeto no PB e no PE dos séculos XIX e XX. Nota-se que no século XIX tínhamos no PB percentuais elevados tanto de sujeitos nulos quanto de clíticos. A mesma situação era observada no PE.

Algo novo, no entanto, acontece no século XX, com relação às duas variedades. O PB tem seu percentual de sujeitos preenchidos elevado de 22% para 51% e o de objetos nulos de 12% para 30%. O PE, por sua vez, manteve no século XX sua resistência pelo sujeito preenchido e, com relação à elipse do objeto, notamos um aumento bem inferior ao que ocorre no PB.



Nossos dados parecem atestar, portanto, o que Tarallo (1993) disse ao afirmar que o PB busca a interpretação do sujeito na sentença (por isso o sujeito é mais frequentemente realizado) enquanto que no PE a interpretação é fora da sentença ou no discurso (por isso é frequentemente nulo).

Além disso, nossos dados também apontam para o que Tarallo (*op. cit.*) afirma com relação ao preenchimento do objeto. Ele diz que o PB é mais orientado para o discurso, enquanto que o PE tem orientação mais sintática; por isso o primeiro licencia mais facilmente objetos nulos que o segundo.



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise diacrônica feita em torno dos dados de objeto direto anafórico oriundos de peças teatrais do PB, escritas por autores florianopolitanos e de peças teatrais do PE cujos autores são naturais de Lisboa, é o momento de tecermos alguns comentários sobre a pesquisa que realizamos.

Dentre os grupos de fatores analisados em cada amostra, o programa estatístico selecionou quatro para o PB e cinco para o PE e, como mais significativo para a ocorrência de objeto nulo nas duas amostras, a *animacidade*. Tanto para o PB quanto para o PE, objetos cujos referentes apresentavam traço [- *animado*] mostraram-se favorecedores da elipse do objeto.

Também chamou nossa atenção o grupo de fatores *século de nascimento do autor da peça teatral*, uma vez que esse foi o segundo grupo de fatores apontado pelo programa como mais relevante no uso do objeto nulo nos dados do PB e que, no PE, só apareceu em quarto lugar na análise. Isso nos levou a pensar que, em se tratando de elipse de objeto, o PB foi muito mais “sensível” à chegada do século XX que o PE.

Ao contrário do que esperávamos, houve nos dados do PE que analisamos, aparentemente, a mesma tendência que existe no PB quanto ao apagamento do objeto. Entretanto, ao refinarmos a análise, percebemos que fatores como animacidade e estatuto do referente foram decisivos na interpretação dos resultados.

Constatamos ainda que a progressiva preferência pelo objeto nulo sobretudo ao longo do século XX, tem vindo acompanhada

também de uma progressiva preferência pelo sujeito preenchido, principalmente no PB, podendo revelar que a elipse do objeto está atrelada ao preenchimento do sujeito.

Além disso, a queda na frequência de clíticos do século XIX para o século XX, sobretudo no PB, não permite que deixemos de associar os dois fenômenos: à medida que cai o percentual de uso de clíticos na língua portuguesa, eleva-se o percentual de elipse do objeto.

Os resultados que obtivemos nos permitiram, também, refletir acerca da língua portuguesa que permite tanto a elipse quanto o preenchimento de objetos anafóricos (competição entre gramáticas, nos termos de Kroch).

Vimos também que o assunto de que tratamos aqui está longe de ser esgotado, que outros estudos diacrônicos ou sincrônicos ainda estão por se realizarem e que a utilização de diferentes *corpora* de outras regiões brasileiras servirá para ajudar a mapear como o objeto anafórico está (ou não) sendo preenchido nas mais diversas regiões do Brasil.

No futuro, quiçá, partindo dos resultados que apresentamos nesta pesquisa, poderemos refletir um pouco sobre o papel da escola no ensino dos complementos verbais. Vimos que, de forma geral, as gramáticas tradicionais não fazem referência ao objeto anafórico e nem sequer mencionam o fato de que o objeto pode estar, em alguns casos, elíptico na oração. Acabam, com isso, apenas “mostrando” aos alunos que existem alguns verbos chamados transitivos que precisam de complemento para serem compreendidos na frase, sem que proporcionem aos alunos o momento para refletir sobre a língua que utilizam no dia-a-dia. Quando discutimos PB em sala de aula, é preciso que consideremos a variação a que a língua está sujeita e, mais ainda,

em se tratando de preenchimento de objeto, que consideremos que há muitas situações em que é possível, sim, optarmos pelo preenchimento ou não.

Por último, a ideia de reunir a análise do (não)preenchimento do sujeito e do objeto fez com que percebêssemos que esses dois fenômenos estão relacionados no PB e, ao mesmo tempo, abriu horizontes para novas pesquisas sobre o assunto.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZEREDO, José Carlos. **Fundamentos da gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 3.ed., 2004.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?- um convite à pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Parábola, 2004.

BECHARA, Evanildo.. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

BERLINCK, Rosane de Andrade. **A ordem VSN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. Dissertação de Mestrado. Campinas – SP: UNICAMP, 1988.

BORGES NETO, José . **Lingüistas ou camaleões? Uma resposta a Tarallo**. Delta vol. 3, nº 1, São Paulo: Educ, p. 85-95, 1987.

\_\_\_\_. *A incomensurabilidade e a “compatibilização” de teorias*. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola, p. 195-223, 2004.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. De; MORAIS, Maria Aparecida T. De; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas:SP, Pontes Editores, 2007.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

CHOMSKY, Noan. **Lectures on government and binding**. Dordrech: Foris, 1981.

\_\_\_\_\_. **Knowledge of language: Its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986.

COELHO, Izete Lehmkuhl. **A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica**. Tese de Doutorado. Florianópolis, UFSC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Variação na sintaxe: estudo da ordem do sujeito no PB*. In.: RAMOS, Jânia (org.) **Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL**. Belo Horizonte: FALE – UFMG, p. 83-114, 2006.

COELHO, Izete Lehmkuhl; MONGUILHOTT, Isabel; MARTINS, Marco Antonio. *Estudo diacrônico da inversão sujeito-verbo no PB: fenômenos*



*correlacionados*. In. Cláudia Roncarati & Juçara Abraçado (orgs.) **Português Brasileiro II – contato linguístico, heterogeneidade e história**. Niterói: EdUFF, 2008.

COSTA, Sônia Bastos Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2004.

COSTA, Sueli. **O sujeito usado por crianças e adolescentes de Florianópolis: um estudo da ordem e do preenchimento**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

\_\_\_\_\_. **Um olhar diacrônico sobre o sujeito e o objeto no PB e no PE**. Trabalho apresentado no VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 04 a 07 de março de 2009, João Pessoa/ PB, 2009.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. **O objeto nulo no português do Brasil: uma investigação diacrônica**. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. “Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos”. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (orgs.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Objeto nulo no português brasileiro*. São Paulo: D.E.L.T.A, Vol. 12, n 2, 1996.

\_\_\_\_\_. **O objeto nulo no português do Brasil**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

\_\_\_\_\_. “*O objeto nulo no português do Brasil e no português de Portugal*”. Boletim da ABRALIN nº 25 173-181, 2001.

\_\_\_\_\_. *Para a história do Português Brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos*. In: **Letras de Hoje** v. 38 nº 1, p. 31-47, Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_. *Anáfora do complemento nulo na história do português brasileiro*. In.: LOBO, Tania; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. **Para a história do português brasileiro**. TOMO I. Salvador: UDFBA, 2006.

\_\_\_\_\_. *Objeto nulo nas cartas de leitores publicadas na imprensa brasileira do século XIX*. In: RAMOS, Jânia M.; ALCKMIN, Mônica A (orgs). **Para a história do português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Mudança sintática e português brasileiro*. In: CASTILHO, Ataliba; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; LOPES, Ruth & CYRINO, Sonia (org.) **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, p. 361-373, 2007b.

CUNHA, Celso; CYNTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Lisboa: Edições João Sá da Costa. 12 ed., 1996.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. PUC – SP, 1986.

\_\_\_\_\_. *Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. In.: TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas- SP: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil*. In. Roberts, I.; Kato, M. (org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas.: Unicamp, p.107-128, 1993.

\_\_\_\_\_. **A perda do princípio “evite o pronome” no Português Brasileiro**. Tese de Doutorado. Campinas- SP: UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. *A sociolingüística paramétrica: perspectivas*. In: HORA, D. & CHRISTIANO E. (orgs.) **Estudos lingüísticos: realidade brasileira**. João Pessoa: Idéia, p. 107-114, 1999.

\_\_\_\_\_. *A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos*.

In: PAIVA, M. C. & DUARTE, M. E. L. **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 115-128, 2003b.

\_\_\_\_\_. *O sujeito expletivo e as construções existenciais*. In: RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara (orgs.) **Português Brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro : 7 letras, p. 123-131, 2003b.

\_\_\_\_\_. *On the ‘embedding’ of a syntactic change*. In: **Language variation in Europe: Papers from ICLaVE2 – Second International Conference on Language variation in English** - Uppsala Sweden: Universitetstryckeriet, 2004.

DUARTE, M. E. L. & PAIVA, M. C. *Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira*. (posfácio) In: WEINREICH, LABOV & HERZOG. **Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança linguística**. (Tradução de Marcos Bagno) São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *O tratamento ‘você’ em português: uma abordagem histórica*. Curitiba/PR: **Fragmenta**, nº 13,, 51-81, 1996.

\_\_\_\_\_. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Gramática**. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. **A posição do sujeito no português brasileiro – frases finitas e infinitivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

FREIRE, Gilson Costa. **A realização do acusativo e do dativo de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

GALVES, Charlotte. *Pronomes e categorias vazias no português do Brasil*. **Cadernos de estudos linguísticos**, n 7, p. 107-136, 1984.

\_\_\_\_\_. “O objeto nulo no Português Brasileiro: Percurso de uma pesquisa”. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. 17: 65-90, 1989a.

\_\_\_\_\_. *O objeto nulo e a estrutura da sentença em português brasileiro*. [1989b] In.: **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *La syntaxe pronominale du Portugais Brésilien et la typologie des pronoms*. In A. Zribi-Hertz (orgs.) **Lês Pronoms**. Presses Universitaires de France, Paris, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *A língua da caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro*. In.: CASTILHO, Ataliba; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; LOPES, Ruth & CYRINO, Sônia (org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007.

GUY, Gregory R. *As comunidades de fala: fronteiras internas e externas*. Abralin, ([http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais\\_con2int\\_conf02.pdf](http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf)), 2001.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana (2007). **Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

KATO, Mary Aizawa. *Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros*. Porto Alegre: **Letras de Hoje**, v.30, nº 4, dez., p. 57-73, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra—lingüística*. João Pessoa, 1996.

\_\_\_\_\_. *Construções de deslocamento à esquerda e o parâmetro do sujeito*

*nulo: o caso do português brasileiro.*- Semana comemorativa dos vinte anos do português no ensino húngaro, Budapest, 28 de outubro a 1º de novembro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-linguística.* In.: HORA, D.; E. CHRISTIANO (org.) **Estudos linguísticos: realidade brasileira.** João Pessoa: ed. UF da Paraíba, Ed. Ideia, 1999.

\_\_\_\_\_. *A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil.* **Fórum linguístico.** Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 97-127, 2000.

KATO, CYRINO & CORREA. *The recovery of diachronic losses through schooling.* Paper presented at the NWAWE, U PENN, 1995.

KATO, Mary; DUARTE, Maria Eugênia L.; CYRINO, Sonia e ANDRADE BERLINCK, Rosane. *Português brasileiro no fim do século XX e na virada do milênio.* In.: CARDOSO, Susana Alice; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (orgs.) **Quinhentos anos de história linguística do Brasil.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever – estratégias de produção textual.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

KROCH, Anthony. *Toward a theory of social dialect variation*. **Language in society**. Volume 7. Cambridge University Press, 1978.

\_\_\_\_\_. *Reflexes of grammar in patterns of language change*. **Language Variations and change**, 1: 199-244, 1989.

\_\_\_\_\_. *Morphosyntactic variation*. In: K. Beals et al (eds.), *Papers from the 30th regional meeting of the Chicago Language society*, Vol 2: *The Parassession on Variation in linguistic theory*, 1994.

\_\_\_\_\_. *Syntactic Change*. In: Baltin & Collins (eds) **The handbook of contemporary syntactic theory**. Massachusetts. USA: Blackwell. 2001, p. 699-729, 2001.

LABOV, William. **Sociolinguistics Patterns**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

\_\_\_\_\_. *Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera*. **Working Papers in Sociolinguistics**. Austin, Texas, n. 44, abril, 1978.

\_\_\_\_\_. *Building on Empirical Foundations*. In: Winfred P. Lehmann & Yakov Malkiel (eds) **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 19-92, 1982.



\_\_\_\_\_. *The functional character of change*. In: \_\_\_\_\_. **Language and society 20. Principles of linguistic change – internal factors**. Cambridge, Blackwell, p. 545-605, 1994.

LAVANDERA, B. R. *Where does the sociolinguistic variable stop?* **Language in Society**. Great Britain, Vol. 7, 1977.

LEPSCHY, G. A. **Lingüística estrutural**. [1966] São Paulo: Perspectiva, 1975.

LIGHTFOOT, David. *A theory of change*. In: \_\_\_\_\_. **Principles of Diachronic Syntax**. New York: Cambridge University Press, 1979.

LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. *O princípio das categorias vazias: evolução e tendências*. **D.E.L.T.A.**, n 2, V. 4, São Paulo, p. 225-263, 1988.

\_\_\_\_\_. *Objetos nulos e clíticos ausentes no português do Brasil: comentários a Cyrino 2000*. **Letras de Hoje** v. 38, nº 1, março de 2003: 49-69, 2003.

LOREGIAN-PENKAL L. **Re-análise de referência de segunda pessoa na fala da região sul**. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

LOPES, Ruth Vasconcellos. **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, p. 361-373, 2007.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem – um percurso na história da lingüística moderna**. São Paulo: Parábola, 2004.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português**. São Paulo: Pioneira, 1987.

MAGALHÃES, Telma Moreira Vianna. *Pronomes na aquisição de PE e do PB: primeiras observações*. **Lingüística**, vol. 13, 2001.

\_\_\_\_\_. *Aprendendo o sujeito nulo na escola*. **Letras de Hoje** 38:1, 189-202. PUCRS, Porto Alegre, 2003.

MARAFONI, Renata Lopes. **A distribuição do objeto nulo no português europeu e no português brasileiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

MARTINS, Marco Antonio. **Competição de gramáticas do português na escrita catarinense**. Tese de Doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. **“O português são dois...” – novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola 2004a.

\_\_\_\_\_. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004b.

\_\_\_\_\_. **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Caminhos da linguística histórica – ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MENON, Odete Pereira da Silva. *Uso do pronome sujeito de primeira pessoa no português do Brasil*. **Organon/ UFRGS**, vol. 14, nº 28 e 29. Porto Alegre, p. 157 – 177, 2000.

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth E. Vasconcellos. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2a. ed., 2005

MIRA MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub. **Gramática da língua portuguesa**. 6 ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NARO, Anthony Julius. *Idade e mudança linguística*. IN.: MOLICA, Maria Cecília de Magalhães. **Introdução à sociolinguística variacionista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

\_\_\_\_\_. *O dinamismo das línguas*. In. MOLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.) **Introdução à sociolinguística – o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto Editora, 2003.

NICOLAU, Eunice da Dore. *Resultados de análises quantitativas da representação do sujeito no PB: indícios de uma nova gramática?* **Revista de estudos da Linguagem** nº5, v. 1, Belo Horizonte, p. 23-64, 1997.

OMENA, Nelize Pires. **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1978.

PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE Maria Eugênia Lamoglia (orgs.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

PASCHOALIN & SPADOTO. **Gramática**. São Paulo: FTD, 1996.

PERINI Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. **Princípios de gramática descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estudos de gramática descritiva – as valências verbais**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PINTZUK, S.V. **Programs**. Mimeo, 1988.

PONTES, Eunice. **O tópico no português do Brasil**. Campinas – SP: Pontes, 1986.

RAPOSO, Eduardo P. *On the null object in European Portuguese*. Em O. JAEGLI and C. SILVA-CORVALÁN (orgs.) **Studies in Romance Linguistics**. Foris. Dordrecht, 1986.

\_\_\_\_\_. *Objetos nulos e CLLD: uma teoria unificada*. In.: **Revista da**

**ABRALIN**, v.3, Brasília-DF, p. 41-73, 2004.

ROBERTS, I. & KATO, M.(org) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 28ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SIMÕES, Luciene Juliano. *Sujeito nulo na aquisição do português do Brasil: resultados quantitativos de um estudo de caso*. Porto Alegre: **Letras de Hoje**, v. 32, nº 4, p. 107-123, 1997.

SOLEDADE, Carolina de la Vega. **A realização do objeto direto anafórico em peças de autores brasileiros dos séculos XIX e XX: dados empíricos para observação da mudança no Português Brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

TARALLO, Fernando. **Relativization Strategies in Brazilian portuguese**. Tese de Doutorado, Universidade da Pensilvânia, 1983.

\_\_\_\_\_. *Zellig: um camaleão-lingüista*. **D.E.L.T.A.**, Vol. 2, nº 1 . São Paulo, Educ, p. 127-144, 1986.

\_\_\_\_\_. **Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o conceito de mudança lingüística*. **Organon/** UFRGS, nº 18, p. 11-2, 1991.

\_\_\_\_\_. *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar no final do século XIX*. In.: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A (orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ed. Campinas/SP. Ed. da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias*. In.: ROBERT, I. e KATO, Mary A. (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas/SP. Ed. da UNICAMP, p. 35-68, 1996.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1999.

TARALLO F. & KATO, M. *Harmonia trans-sistêmica: variação intra e inter-lingüística*. Preedição- 5. Campinas, UNICAMP. Departamento de Lingüística, 1989a.

\_\_\_\_\_. *The loss of vs. syntax in brazilian portuguese*. In I. V. Koch and Brigitte Schlieben-Lange (eds), **Linguistik in Brasilien**. Tübingen, Niemeyer, 1989b.

VANDRESEN, Paulino (org.) **Variação, mudança e contato lingüístico no Português da região Sul**. Pelotas/RS: EDUCAT, 2006.

WEINER, J. & LABOV, W. *Constraints on the agentless passive*. **Journal of linguistics**. 19:29-58, 1983.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Empirical foundations for a theory of language change*. In: Winfred p. Lehmann & Yakov Malkiel (eds.). **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press. Pp. 97-195, 1968.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança lingüística**. [1968] BAGNO, Marcos (trad.) São Paulo: Parábola, 2006



**ANEXO A****PEÇAS DE TEATRO FLORIANOPOLITANO (PB)**

AMORIM, Mário Júlio (1983). **O dia do Javali** . Texto não publicado. Manuscrito do autor cedido por Antônio Cunha.

CARVALHO, Álvaro Augusto de. [1868] **Raimundo – drama em cinco atos**. Florianópolis: FCC, ed. da UFSC, 1994.

COUTINHO, José Cândido de Lacerda. [1867] **Quem desdenha quer comprar: comédia em um ato/A casa para alugar: comédia em um ato**. Porto Alegre: Movimento, 2001.

CUNHA, Antônio. [1992] *Flores de Inverno*. In.: **Três d(r)amas possíveis**. Joinville: Letradágua, 2004, p. 82-111. Peça em um ato.

DUTRA, Antero dos Reis Dutra. *Brinquedos de Cupido* (1898) In.: **Miscellanea**. Desterro. Drama de um ato.

FRAGA, Ody. [1954]\_\_\_\_\_. *Um homem sem paisagem* [1947] . In.: **SUL – Revista de Arte Moderna**, ano 1, nº 5. Florianópolis, agosto de 1948.

JUVENAL, Idelfonso. *Hilda, a filha do suposto trahidor* (1918). **Obras Completas – Teatro**. Volume I. Florianópolis, 1942, p.74-121.

\_\_\_\_\_. *A filha do operário* (1942). In.: **Obras Completas – Teatro**. Volume I. Florianópolis, 1942, p.74-121.

NUNES, Horácio. [1881] *Um cacho de mortes*. In: JUNKES, Lauro (org.) **Teatro Selecionado**. Florianópolis: FCC, ed. da UFSC, 1999, p.197-216.

\_\_\_\_\_. [1889] *Dolores*. In: JUNKES, Lauro (org.) **Teatro Selecionado**. Florianópolis: FCC, ed. da UFSC, 1999, p. 134-196.

ROSA, Ademir. *O dia em que os Porcos Comerão Sal* (1978). In.: UCZAI, Pedro (org.) **Ademir Rosa: paixão pela arte, paixão pela vida**. Florianópolis: [s.n.], 2007, p. 223-258. Peça de um ato.

\_\_\_\_\_. *Os Lobos* [1992]. In.: UCZAI, Pedro (org.) **Ademir Rosa: paixão pela arte, paixão pela vida**. Florianópolis: [s.n.], 2007, p. 195-219. Consulta ao texto manuscrito de Ademir Rosa cedido por Antônio Cunha Peça em um ato.

\_\_\_\_\_. *O que a vida fez de mim, de nós* (1996) In.: UCZAI, Pedro (org.) **Ademir Rosa: paixão pela arte, paixão pela vida**. Florianópolis: [s.n.], 2007, p. 289-323.

**ANEXO B****PEÇAS DE TEATRO LISBOETA (PE)**

ABREU E SOUSA, Manuel Gustavo. [1919] *Penélope*. In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1900-1945)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 347-360.

ALVES, Vasco Mendonça. [1925] *Viva da costa!*. In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1900-1945)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 403-425.

BRANCO, Camilo Castelo. [1859] *O último acto*. In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1800-1899)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 299-317.

CABRAL, Carlos de Moura. [1879] *Paris em Lisboa*. In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1800-1899)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 507-527.

CÂMARA, D. João da. [1898] *O beijo do infante*. In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1800-1899)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 593-607.

CHAGAS, Manoel Pinheiro. [1874] *Quem desdenha...* In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1800-1899)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 479-505.

LACERDA, César de. [1871] *Clero, Nobreza e Povo*. In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1800-1899)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 445-477.

LOBATO, Gervásio. [1894] *O festim de Baltasar*. In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1800-1899)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 529-566.

MELO, Jorge Silva [1995] **António, um rapaz de Lisboa**. Lisboa: Cotovia, 2005.

MOREIRA, Matos. [1869] *Guerra aos Nunes*. In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1800-1899)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 401-427.

PONCE DE LEÃO, António Cardoso. [1915] *A onda*. In: Luiz Francisco Rebello (org.) **Teatro Português em um acto (1900-1945)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 311-330.

PRESSLER, Manuel Frederico. **A menina Feia**. [1954] Lisboa: Prelo Editora, 1970.

REBELLO, Luiz Francisco **É urgente o amor – peça em 3 partes**. [1958] Lisboa: Óptima Tipográfica, 1984.

SAMPAIO, Jaime Salazar. **Os preços**. Lisboa: Prelo Editora, 1976.